



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

NIVIA MARIA VIEIRA COSTA

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE NOS
CURSOS DO PROEJA FIC, EM TUCURUÍ - PA**

FORTALEZA- CE

2014

NIVIA MARIA VIEIRA COSTA

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE NOS
CURSOS DO PROEJA FIC, EM TUCURUÍ - PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, para ser submetida à apreciação de Banca Examinadora como requisito final do Curso de Doutorado em Educação Brasileira

Orientadora: Prof^a. Ph. D. Eliane Dayse Pontes Furtado

FORTALEZA-CE

2014

C837q Costa, Nivia Maria Vieira

A qualificação profissional e a elevação da escolaridade dos cursos do PROEJA FIC, em Tucuruí - PA / Nivia Maria Vieira Costa. — 2014.

118 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^o Ph. D. Eliane Dayse Pontes Furtado.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, 2014.

Inclui Bibliografia

1. Educação de Jovens e adultos – Pará. 2. PROEJA FIC. 3. Educação Profissional. 4. Escolarização. 5. Qualificação Profissional. I. Furtado, Eliane Dayse Pontes (orientadora). II. Título.

CDD: 374.012098115

NIVIA MARIA VIEIRA COSTA

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE NOS
CURSOS DO PROEJA FIC, EM TUCURUÍ – PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, para ser submetida à apreciação de Banca Examinadora como requisito final do Curso de Doutorado em Educação Brasileira

Aprovada em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ph. D. Eliane Dayse Pontes Furtado (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Kátia Regina Rodrigues Lima (Colaboradora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Cassandra Ribeiro Joye (Colaboradora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Gadelha de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico esta tese aos alunos do PROEJA FIC - IFPA/Campus Tucuruí, do período de 2010-2011, e aos milhares de alunos do Brasil da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, que com luta e perseverança nunca desistem de seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato solene de reconhecimento de que não somos quem somos sem a presença e contribuição direta do outro, sujeito de nossa formação. Assim, agradeço a todos os professores que tive dentro e fora da escola, pelos grandes e valiosos aprendizados.

Agradeço aos alunos, alunas e professores do PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí com os quais aprendi que, apesar de toda dificuldade, nunca devemos desistir de nossos sonhos e do ideal que nos move. Agradeço ainda à direção do IFPA/Campus Tucuruí, que permitiu a realização desta pesquisa e por nos fornecer os materiais necessários para sua consecução.

Às professoras da banca examinadora, que sabiamente ajudaram a eleger os caminhos percorridos nesta tese, agradeço pelo tempo dedicado nas leituras e cada contribuição dada.

Agradeço imensamente a minha orientadora prof.^a Ph.D. Eliane Dayse, que assume como ideal de vida a educação e contribui diretamente para que esta transforme pessoas e estas, por sua vez, o mundo. Grande mulher, grande mãe, grande educadora, meus sinceros agradecimentos!

À Universidade Federal do Ceará, pela excelência na condução de seus trabalhos, e a todos os professores e amigos do Curso de Doutorado em Educação Brasileira/ano 2009.

Ao Instituto Federal do Pará/Campus Bragança, por compreender que os docentes necessitam continuar sua formação a qual deve ser permanente. Obrigada pela liberação no período de conclusão desta tese!

Aos meus pais, Claudemiro e Nazaré Costa, meus primeiros amores, que sempre foram amigos de todas as horas, conselheiros e grandes educadores do caráter e da fé.

Aos meus irmãos, amigos e também educadores Norma Cristina, Neidson Cláudio e Nilton César, que são parte de quem eu sou e com os quais construo minha identidade, obrigada por existirem em minha vida e por me darem de presente cunhadas e sobrinhos maravilhosos. De modo especial, agradeço a você Norma, grande incentivadora, futura doutora em Biologia Ambiental e amiga fiel, alguém que belamente consegue conciliar as funções de mãe de três filhos, esposa e professora universitária. Manteve-se ao meu lado durante todo o doutorado e na etapa final

impulsionou-me para a reta de chegada, obrigada por ser meu anjo protetor nessa vida.

A Andrei Wilson, esposo amoroso, pai incondicional e amigo dedicado. Dono de uma alma límpida e repleta de luz, pessoa serena, de caráter inabalável, grande disseminador da paz!

À Alice, com quem em seus três meses de vida tanto já aprendi. Obrigada por sua paciência enquanto finalizava a escrita da tese e por restaurar minhas energias com seus sorrisos e olhar de incentivo a cada mamada. Esta tese também é sua por dois motivos: escrevemos juntas enquanto estava em meu ventre e, sob sua inspiração, escrevi ao seu lado, velando seu sono enquanto dormia. Divido-a com você, bebê iluminado que é e grande mulher que será.

A todos os amigos, sogra e demais pessoas que deram o apoio necessário durante o doutorado e em sua finalização, meus profundos agradecimentos!

Por fim, agradeço a Jesus Cristo, modelo de vida, o maior dos educadores, meu melhor amigo e companheiro de luta, alguém que sempre está ao meu lado e cuida de mim como quem zela por algo muito precioso. Obrigada pela conquista de mais esta etapa em minha vida, porque nada aconteceria se não fosse sob sua permissão!

“A elevação da escolaridade é um direito, como resgate de parte da dignidade que um dia foi negada quando do afastamento da escola, pelos motivos mais diversos. Retomar e concluir os estudos, no caso de jovens e adultos, é um direito, portanto, que incide justamente sobre a “parte essencial da vida”, que é aprender e, em razão disso, de traçar com autonomia suas próprias biografias formativas.”

(DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 70, 75)

RESUMO

Esta tese trata da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional no Ensino Fundamental, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Estado do Pará. Teve como objetivo investigar quais as contribuições do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental - PROEJA FIC, para a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos alunos do IFPA/Campus Tucuruí, bem como a atuação docente presente nestes cursos ofertados. Como percurso metodológico, optamos por uma pesquisa com abordagem qualitativa, e como instrumentos para coleta das informações, foi eleita a observação *in loco*, a pesquisa documental, a entrevista reflexiva e o grupo focal. Como teoria de análise dos resultados, elegemos o materialismo histórico dialético. Os resultados da pesquisa mostram que a capacitação profissional foi o fator determinante para a presença dos alunos nos cursos do PROEJA FIC, mas o que garantiu a permanência dos alunos foi a compreensão da elevação da escolaridade. Verificamos ainda a necessidade da oferta permanente de novas turmas do PROEJA FIC no Estado do Pará, uma vez que essa vinculação da educação profissional ao ensino fundamental trouxe resultados positivos de modo geral. Constatamos, ao final da pesquisa, que apenas o certificado de Auxiliar Técnico garantido pelo PROEJA FIC não foi suficiente para a inserção no mercado de trabalho local, mas que, a partir desta capacitação inicial, houve o reconhecimento da necessidade da certificação técnica integrada ao ensino médio.

Palavras-chave: PROEJA FIC. Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. Escolarização. Qualificação Profissional.

ABSTRACT

This thesis deals with the Education Youth and Adult Integrated professional education in Elementary Education at the Federal Institute for professional and Technical Education in the state of Pará. Which aimed to investigate the contributions of the National Program for Integration of professional Education to basic education in the Mode of Education Youth and Adults in Initial and Continuing Education in Elementary Education - PROEJA FIC for the qualification and school attendance of students IFPA / Tucuruí Campus, as well as the pedagogical action present in these course offerings. As a methodological approach we chose a qualitative research and as a tool for data collection in locus elected observation, reflective interviews and focus groups. As a theory of data analysis works with dialectical historical materialism. The survey results show us that vocational training was the determining factor for the presence of students in courses PROEJA FIC factor, but what ensured the permanence of the students was the understanding of school attendance. We also verified the need for ongoing supply of new classes of PROEJA FIC in the state of Pará since that binding of integrated professional education to primary education has brought positive results overall. Understand the end of the survey that only the certificate Technical Assistant guaranteed by PROEJA FIC was not enough for the insertion in the local labor market, but from that initial training was recognition of the need for integrated technical certification to high school.

Keywords: PROEJA FIC. Professional Education. Education of Young and Adults. Schooling. Professional Qualification.

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1	Localização do município de Tucuruí, no Estado do Pará e na Região Norte do Brasil.....	20
Figura - 2	Imagem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí.....	21
Figura - 3	Ilhas formadas pela criação da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí.....	23
Figura - 4	Imagem da notícia divulgada sobre a escassez do peixe no lago de Tucuruí – PA.....	25
Figura - 5	Informações preliminares das entrevistas realizadas com os pescadores do Projeto Ipirá, nos bairros de Tucuruí: São Sebastião, Nova Matinha, Liberdade, Velha Matinha, Mangal, Beira Rio e GETAT/junho de 2012.....	27
Figura - 6	Quadro comparativo do número de estabelecimentos escolares de educação básica no município de Tucuruí, do Estado do Pará e do Brasil.....	28
Figura - 7	Imagem da entrada principal do prédio do IFPA/Campus Tucuruí.....	48
Figura - 8	Imagem da lateral do prédio do IFPA/Campus Tucuruí.....	48
Figura - 9	Dados gerais dos alunos do PROEJA FIC/Campus Tucuruí, ano 2009	68
Figura - 10	Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução - Brasil - 2009/2011.....	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONTEXTO E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	18
3	PROEJA FIC: FUNDAMENTOS, LEGISLAÇÃO E TRAJETÓRIA.....	35
4	O PROEJA FIC NO ESTADO DO PARÁ: RECENTE EXPERIÊNCIA E NOVAS DESCOBERTAS.....	51
4.1	Escolha do curso e permanência no PROEJA FIC.....	53
4.2	Histórias de vida que se entrelaçam: as narrativas de ex-alunos do PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí – PA.....	60
4.3	A elevação da escolaridade dos alunos do PROEJA FIC do Instituto Federal do Pará/Campus Tucuruí.....	66
4.4	A inserção no mercado de trabalho pós PROEJA FIC: o que dizem os alunos.....	70
4.5	A compreensão dos docentes do IFPA/Campus Tucuruí quanto à continuidade dos estudos e à educação profissional no PROEJA FIC.....	76
5	CONCLUSÃO.....	85
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICE.....	97
	ANEXO.....	105

1 INTRODUÇÃO

A minha experiência profissional em instituição federal de educação profissional e a atuação na modalidade¹ Educação de Jovens e Adultos - EJA, por meio de acompanhamento de estágio de alunos dos cursos superiores, pesquisas sobre formação docente para a EJA, evasão escolar, relação entre qualificação profissional e EJA, entre outros, converteram-se ao longo dos anos em problemática da pesquisa que, agora, se concretiza em tese de doutorado.

Como pesquisadora da EJA, integro um grupo de pesquisa do PROEJA TEC, mantido pelo Centro de Apoio à Pesquisa no Ensino Superior – CAPES/MEC, cujos membros são professores dos Institutos Federais dos Estados do Pará e Ceará, os quais fazem parte dos cursos de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Ceará - UFC, que, juntamente com outras universidades, constitui uma rede de investigação e estudos da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional.

A inquietude em realizar pesquisas no campo da EJA é de longo tempo e deve-se ao fato de se tratar de um segmento educacional que ainda necessita de maior atenção de todos os educadores e do poder público de modo especial, uma vez que o descaso quanto à efetivação de políticas públicas e a ausência de melhores condições educacionais que possam garantir o ingresso e a permanência da pessoa jovem e adulta no espaço escolar ainda persistem.

A legislação educacional brasileira reconhece a necessidade de vinculação entre educação e trabalho. No artigo 205 da Constituição Federal, diz-se que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, § 2º do artigo 1º, diz-se que a educação “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. O Decreto nº 5.154/2004 da Presidência da República, § 2º do artigo

¹O termo modalidade está explicitado na Resolução CNE/CEB n. 1/2000, no Art. 2º - “A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (...)” Conforme Jamil Cury (2005), relator das diretrizes curriculares da EJA, modalidade implica um modo próprio de fazer a educação, indicando que as características dos sujeitos jovens e adultos, seus saberes e experiências do estar no mundo, são guias para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas de atendimento.

3º, garante que “a educação profissional deverá articular-se, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com o aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho”.

Frente ao baixo nível de escolaridade dos brasileiros que estão no mercado de trabalho e diante da crescente exigência de elevação da escolaridade pelo mundo mercantil, vê-se surgir um aumento da demanda pelo ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conforme nos mostram os dados do Censo Escolar 2010, que revelam que a matrícula no ensino fundamental, na EJA, alcançou o número de 2.860.230 pessoas inscritas (INEP, 2011).

O número é contundente, todavia, o atendimento da EJA é muito aquém do que poderia ser. Esta questão precisa ser mais bem analisada, e os dados deste Censo podem contribuir para um diagnóstico e proposição de políticas de ampliação da oferta dessa modalidade de ensino. É certo, porém, que tem diminuído o número de escolas que oferecem EJA, o que significa um problema para o trabalhador que precisa de motivação para voltar à escola. Menos escolas, mais dificuldades, sobretudo nos grandes centros urbanos, em que o deslocamento pode-se tornar um impeditivo para o acesso aos locais de oferta.

Não se pode negar que a taxa de analfabetismo funcional no Brasil está em queda, mas ainda é bastante preocupante, uma vez que o Censo de 2010 mostra que 12,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, o que totaliza 8,6% dos brasileiros, estão sem escolaridade (IBGE, 2011). Ainda, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012, o brasileiro com mais de 15 anos estudou em média 7,7 anos. Este número é pouco maior que o resultado de 2009, quando a média era de 7,6 anos. O tempo médio de estudo, portanto, não é suficiente para se completar o ensino fundamental, que é de nove anos.

Garantir a formação para o trabalho vinculada à formação geral é o grande desafio enfrentado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA - e pelos docentes dos Institutos Federais que atuam com esse público.

É importante destacar que se, por um lado, os docentes dos Institutos Federais reconhecem que a oferta da EJA integrada à educação profissional é uma ação governamental pública afirmativa decorrente da luta de muitos grupos e movimentos sociais, por outro, como não participaram da construção coletiva desta nova proposta e inserção nos institutos, os então Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs - sentiram angústia frente a este novo desafio educacional “imposto”.

O termo imposto, de imposição, aqui utilizado significa algo que foi simplesmente colocado e não preparado para ser recebido. De qualquer modo, não se pode deixar de mencionar a participação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e do Ministério da Educação – MEC nesse processo o qual resolveu, após sentir e ouvir relatos da angústia dos docentes da Rede Federal em todo o Brasil, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, possibilitar a formação dos professores dos Institutos Federais no PROEJA, em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, junto a algumas universidades federais, concomitantemente à implantação do projeto.

Vale destacar que o problema não esteve no ingresso da EJA nos institutos federais, ao contrário, sua presença enriqueceu a ação docente e possibilitou que novos modos de ensinar fossem construídos. Trata-se aqui da preocupação em garantir um ensino de qualidade, e para tal seria preciso criar pesquisas, grupos de estudo e trabalhos científicos neste segmento, para discutir as situações e necessidades da EJA nos Institutos Federais de todo o Brasil.

Quanto ao PROEJA FIC, por ser um programa recém-criado e implementado nos estados brasileiros - pois as turmas iniciaram no ano de 2010 -, pouco se sabe sobre ele, suas contribuições e dificuldades de percurso.

A implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental - PROEJA FIC, ocorreu por meio do Ofício Circular nº 40 encaminhado pela SETEC/MEC, com data de envio do dia 08 de abril de 2009 (ANEXO 1) e destinado aos Institutos Federais, cujo assunto tratava de um convite para implantar o PROEJA FIC em parceria com os municípios, estados e sistemas penais. O PROEJA FIC seria implantado mediante apresentação de propostas dos Institutos Federais e deveria atender as seguintes ações:

- a) formação continuada de profissionais para implantação dos cursos PROEJA FIC;
- b) implantação dos cursos;
- c) produção de material pedagógico para os cursos;
- d) monitoramento, estudo e pesquisa com vistas a contribuir para a implantação e consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões atinentes ao PROEJA, considerando a realidade das escolas municipais ou, conforme o caso, da educação em estabelecimentos penais.

O ofício ditou os encaminhamentos necessários sobre os objetivos do programa, finalidade, parceria, elaboração do projeto pelos Institutos Federais e critérios que deveria atender. Entre eles, destacam-se:

- a) sintonia com as necessidades locais de formação e a vocação socioeconômica e cultural da região;
- b) a matriz curricular do curso deverá alcançar a integração da formação geral com a profissional;
- c) a metodologia que será desenvolvida deverá atender as especificidades do público do programa.

Este documento faz referência ainda à avaliação do estudante, infraestrutura do local e estratégias para pensar a continuidade de estudo ou inserção no mundo do trabalho para os egressos. Com base nos projetos enviados pelos Institutos Federais ao MEC, estimava-se no ano de 2009 que 18 mil estudantes fossem atendidos, mas apenas 171 turmas, com 30 alunos cada, foram aprovadas no país.

No Estado do Pará, 10 turmas em 02 campi do IFPA foram aprovadas, 09 no Campus Tucuruí/IFPA e 01 turma no Campus Altamira/IFPA. Vale lembrar que os municípios, além de garantirem a infraestrutura, assumiriam as 1.200 horas mínimas de formação geral aos alunos - formação básica -, e os Institutos Federais, as 200 horas mínimas de formação profissional - formação técnica -, ambos trabalhariam de modo integrado.

A pesquisa ora apresentada refere-se aos jovens e adultos que optaram por regressar à escola para continuidade dos estudos, tendo a educação profissional como fator motivador deste retorno. Faz, portanto, referência aos milhares de jovens e adultos que por diversos motivos abandonaram a escola ou a ela nunca tiveram

acesso e que, depois de longo tempo distantes da educação formal, a ela regressaram, mas agora não apenas em busca da continuidade dos estudos, mas também da possibilidade de formação adequada para um melhor posicionamento no mercado de trabalho.

A tese aborda questões referentes à educação profissional e manter-se-á discutindo a inserção do aluno que regressa ao espaço escolar na busca de um direito que lhe pertence: a educação; e, neste caso, especificamente da educação integrada ao ensino profissional, na certeza de que, a partir da garantia desse direito, seja reconhecido como sujeito construtor de sua própria história.

Esta tese versa, portanto, sobre a integração da EJA com a educação profissional, por meio do PROEJA FIC, extensão do PROEJA - que fora criado pelo Decreto nº 5.840 em 13 de julho 2006.

A problemática da pesquisa, assim, fruto das inquietações surgidas na prática do PROEJA FIC no Estado do Pará, configura-se na pergunta: a oferta do ensino integrado da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA, por meio do programa federal PROEJA FIC, apresentou-se como alternativa eficaz para a garantia da elevação da escolaridade e melhor inserção dos alunos do IFPA/Campus Tucuruí, no mercado de trabalho?

As categorias destacadas nesta pesquisa referem-se à qualificação profissional e à elevação da escolaridade em turmas da EJA integradas à Educação Profissional, uma vez que toda a pesquisa foi conduzida a partir desses dois segmentos. Sua análise será realizada à luz de autores nacionais e internacionais que discutem tais temáticas, centrando-se na discussão das contribuições, ou não, do PROEJA FIC frente às categorias selecionadas.

Ao se realizar uma busca no portal de periódicos da CAPES, foram encontrados 11 artigos sobre o PROEJA, do ano de 2008 a 2013, todos voltados para o Ensino Médio. Deste total, 04 pesquisas discutem o ensino nos campos de conhecimento de Língua Portuguesa, Química e Matemática; outras 04 tratam do currículo abordando questões diversas, entre elas, a integração do ensino médio com a educação profissional; 02 discutem a integração da EJA com a Educação Profissional por meio do PROEJA; e 01 artigo aborda a relevância da prática docente sobre as questões étnico-raciais.

Dos artigos publicados pela CAPES, 08 foram produzidos de 2011 a 2013, o que demonstra que pesquisas nacionais sobre o PROEJA estão sendo

realizadas nos últimos anos. É fato que esse montante não representa o quantitativo nacional de investigações neste campo, pois, ao participarem de eventos educacionais nacionais e internacionais, diversos artigos são apresentados como resultados de pesquisas realizadas e são publicados somente nos anais impressos dos eventos, portanto, limitados a um pequeno público.

De acordo com pesquisas realizadas por Araújo e Silva (2012), as dissertações e teses defendidas abordando o tema PROEJA totalizaram, no período de 2011 a 2012, 69 produções. Dessas, 61 são dissertações e 08 teses.

Na tabela a seguir, podem-se conferir as principais questões, segundo Araújo e Silva (2012, p. 7), abordadas nas 69 produções. São elas:

Tabela 1 - Número de teses e dissertações produzidas no Brasil nos anos de 2011 e 2012 abordando o tema PROEJA, de acordo com o Portal Capes

Dissertações e teses por tema		
Categoria	Quantidade	%
Currículo Integrado na EJA	23	33,33
Implementação do Proeja	12	17,39
Sujeitos da EJA/Proeja	11	15,94
Acesso, evasão e permanência no Proeja	6	8,69
Inovação Curricular	6	8,69
Formação de professores para a EJA/Proeja	5	7,25
Saberes do Trabalho e Conhecimentos escolares	3	4,35
Representações da/na EJA/Proeja	3	4,35
Total	69	100

Fonte: Banco de Teses da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>> e <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

Esse significativo número de produções no período de apenas um ano, no campo do PROEJA, justifica-se pela carência de pesquisas que havia sobre a integração entre Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Diante de tal carência, a SETEC/MEC cria o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA – CAPES/SETEC). Esse programa resultou de um convênio entre a SETEC e a CAPES, por meio do Edital PROEJA CAPES/SETEC nº 03/2006, para fomentar pesquisas sobre Educação Profissional integrada à EJA.

Merece destaque o fato de não ter sido identificado no portal de periódicos da CAPES qualquer pesquisa voltada para o PROEJA FIC, mas se

compreende que, pelo fato de as primeiras turmas no país terem finalizado no ano de 2011, ainda não há muito material produzido e publicado sobre o assunto.

Para realizar a pesquisa ora apresentada, o IFPA/Campus Tucuruí foi eleito como lócus da investigação em virtude de ter ofertado o maior número de turmas do PROEJA FIC no Estado do Pará; e assim teríamos uma melhor compreensão das categorias qualificação profissional e elevação da escolaridade em turmas de EJA integradas ao Ensino Fundamental.

A pesquisa possui um caráter qualitativo, por isso foi utilizada a entrevista reflexiva a partir da perspectiva de Szymanski (2004), a observação direta e a análise documental para a coleta das informações.

O objetivo da pesquisa foi investigar se o PROEJA FIC trouxe contribuições para a qualificação profissional e a elevação da escolaridade dos alunos inseridos nas turmas do programa, bem como a atuação docente presente nesse curso ofertado para a garantia da continuidade dos estudos e melhor inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos poderão servir de base para se lançar um olhar sobre a relação entre EJA e Educação Profissional no ensino fundamental, bem como compreender os programas governamentais existentes que estejam voltados para essa finalidade analisando-se sua contribuição ou não, a fim de que, a partir de resultados nacionais positivos, se tornem políticas públicas.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, elenquei alguns objetivos específicos. São eles:

- a) descrever à luz da legislação brasileira o PROEJA FIC;
- b) discutir elevação da escolaridade X qualificação para o mercado de trabalho;
- c) verificar se a prática docente se adequou ao propósito de qualificação desse público específico.

O propósito desta pesquisa é que possa trazer por meio dos estudos realizados uma contribuição para o entendimento das relações entre qualificação profissional e elevação da escolaridade e fornecer subsídios à construção de novos saberes e à transformação da realidade, na busca da concretização da educação integral como direito dos trabalhadores.

A tese está dividida em quatro capítulos, sendo este o capítulo inicial que aborda a problemática da pesquisa e situa o leitor quanto ao objetivo e objeto da

investigação. No capítulo 2, será apresentado o referencial teórico-metodológico em que serão explanados os caminhos metodológicos da pesquisa, a justificativa da escolha do IFPA/Campus Tucuruí como lócus de investigação e o modo como os resultados foram analisados.

No capítulo 3, trato do PROEJA FIC, objeto de investigação desta tese, apresentando seu surgimento, seu fundamento legal e seus propósitos. Os resultados da pesquisa, quanto à elevação da escolaridade e à qualificação profissional pós PROEJA FIC, obtidos ao final das investigações realizadas serão apresentados no capítulo 4, que tratará de visibilizar a voz dos alunos e professores, sujeitos da pesquisa, quanto à real contribuição do programa federal para uma melhor inserção no mercado de trabalho assim como para a continuidade dos estudos. Essa apresentação será feita à luz de autores da área da educação de jovens e adultos e qualificação profissional que auxiliarão na compreensão da questão.

Por meio desta pesquisa espero contribuir para o debate sobre o ensino profissional integrado à EJA, tanto por se tratar de uma pesquisa pioneira na temática como por trazer novos elementos acerca da proposta do PROEJA FIC no processo de escolarização de jovens e adultos no Estado do Pará.

2 CONTEXTO E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa no campo das ciências humanas e sociais, optei pela abordagem qualitativa como seu eixo central. Para Van Maanen (1979), a expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados nas ciências sociais, tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social e trata de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação. Por sua vez, Moreira (2002) afirma que os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades, consideradas não apenas como agentes interpretativos de seus mundos, mas também como agentes que compartilham suas interpretações, à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas.

O desenvolvimento de um estudo com base na pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é,

o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados (MANNING, 1979).

Realizei pesquisa documental e pesquisa de campo para compreender o fenômeno no espaço em que ele ocorre, uma vez que a aproximação do cenário da pesquisa e dos sujeitos participantes foi primordial para a compreensão do fenômeno estudado.

Segundo Minayo (2009),

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, estabelece uma interação com os 'atores' que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico para quem faz pesquisa social (p. 61).

O cenário da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Tucuruí. Antes de apresentar o cenário da pesquisa, é necessário dar informações sobre o município onde a pesquisa foi realizada, pois conhecer o local e a região em que determinado fato ocorre, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, contribui para uma análise melhor dos acontecimentos.

O município de Tucuruí faz parte da mesorregião do sudeste paraense, possui 97.109 habitantes e 2.086 km² e situa-se a 310 km de Belém, capital do Estado do Pará. Faz limites com os municípios de Baião (ao norte), Novo Repartimento (ao sul), Breu Branco (a leste) e Pacajá (a oeste), segundo informações do IBGE (2010).

A seguir, apresento o mapa da Região Norte do país, com destaque para a localização do município de Tucuruí, no Estado do Pará.

Figura 1 - Localização do município de Tucuruí, no Estado do Pará e na Região Norte do Brasil



Fonte: Eletrobrás/Eletronorte: <http://www.eln.gov.br>.

Para Maciel (2012), na etimologia da palavra “Tucuruí”, observa-se a grande influência do rio para o povo local, como é relatado a seguir:

Na linguagem indígena, Tucuruí quer dizer “rio das formigas” ou “rio dos gafanhotos”. Em toda a sua história, o município foi, e ainda é, de alguma forma, influenciado pelas águas do Rio Tocantins, que hoje encontra-se em parte represado formando o lago, que totaliza uma área de 2.918 km² (p. 7).

A origem nativa de Tucuruí, de acordo com Maciel (2012), pode estar ligada a três povos indígenas: os ‘Parakanã’, que, devido à formação do lago artificial, foram removidos para áreas demarcadas no município de Novo Repartimento, os ‘Gaviões da Montanha’, que foram removidos para o município de Rio Maria, e os ‘Assurini’, que ainda permanecem no município, no quilômetro 18 da Rodovia Transcmetá.

O município de Tucuruí detém o sexto maior Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Pará devido aos *royalties* pagos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (IDESP, 2012).

Tucuruí possui atualmente a maior usina hidrelétrica (Fundada em 22 de novembro de 1984) genuinamente brasileira e a quarta maior do mundo (Figura 2). Sua energia, distribuída pela Eletrobras Eletronorte a partir de Tucuruí, atende 87%

do mercado de energia elétrica do Pará e já alcança 10% do consumo nacional. A UHE de Tucuruí produz 8.370 MW, abastecendo também parte do Estado do Maranhão e integrando o sistema brasileiro de energia elétrica (MACIEL, 2012). Esta usina foi responsável pela transformação de toda a microrregião e até do país, em virtude da geração de energia elétrica que abastece muitas cidades brasileiras.

Figura 2 - Imagem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí



Fonte: Arquivo pessoal/abril de 2013.

De acordo com o relatório final da Comissão Mundial de Barragens (2000) sobre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - URFJ, a criação da UHE Tucuruí teve um objetivo específico: atender a demanda energética das empresas multinacionais instaladas na Região Amazônica. O relatório alega que,

Na medida que a crise do petróleo afetou também a produção de alumínio do Japão e dos Estados Unidos devido ao alto custo de energia, houve grande interesse por parte deles em economizar energia em seus respectivos países e explorar os recursos minerais e energéticos amazônicos. Criaram-se assim, condições para a instalação de grandes empresas nacionais e transnacionais mínero-metalúrgicas. A oferta do Japão para criar a Albrás juntamente com a companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi decisiva para optar pela construção de uma usina de grande porte, fortalecida pela proposta de implantação da Alumar, pela Alcoa-Billington. Foi, portanto, sobretudo para atender às novas demandas dos projetos de produção de alumínio, que se definiu a construção da UHE Tucuruí iniciada em novembro de 1975 como parte de uma ousada logística regional. Paralelamente, buscou-se garantir o suprimento de energia a Belém, São Luiz e Marabá, bem como efetuar a interligação elétrica com a Região Nordeste (p. 20).

Pinto² (2012) afirma que a UHE foi a obra mais cara de toda a história da Amazônia, como vemos a seguir:

Não há dúvida: Tucuruí se tornou a maior obra pública de toda a história da Amazônia. Está entre as cinco maiores do país em todos os tempos. Não ficará de fora da relação das mais caras de todo o mundo (p. 779).

Com a retenção do curso do rio, foram formadas 1.652 ilhas, sendo que 800 delas são habitadas por 5,5 mil famílias, e outras 10.000 pessoas aproximadamente vivem do extrativismo praticado nessa área, destacando-se a pesca, a caça, a coleta do açaí e castanha, além do cultivo de pequenas lavouras (MACIEL, 2012).

Segundo Pinto (2012), os moradores das ilhas são os desapropriados quando da formação do lago de Tucuruí, que possui três mil quilômetros quadrados. O autor afirma que este lago é o segundo maior reservatório do país, abaixo apenas de Sobradinho-BA, mas de acordo com suas pesquisas, na região das ilhas, apesar da hidrelétrica, várias comunidades não têm acesso à energia elétrica ou só passaram a dispor dela recentemente.

²Lúcio Flávio Pinto é paraense, jornalista e sociólogo. Considerado referência na área do jornalismo investigativo e na cobertura de eventos relacionados à Amazônia, é um dos principais escritores das grandes obras da Amazônia. Lançou diversos livros, entre eles destacamos: *Amazônia, o anteato da destruição* (Editora: Grafisa - Belém, 1977. 372 páginas / 2ª edição, 1978); *Amazônia: no rastro do saque* (Editora: Hucitec - São Paulo, 1980. 219 páginas); *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia* (Editora: Marco Zero - São Paulo, 1982. 112 páginas / 2ª edição ampliada, 1982, 140 páginas); *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig* (Editora: Marco Zero - São Paulo, 1984); *Amazônia, a fronteira do caos* (Edição do autor - Belém, 1991. 159 páginas); *Amazônia, o século perdido* (Edição Jornal Pessoal - Belém, 1992. 160 páginas); *Internacionalização da Amazônia* (Edição Jornal Pessoal - Belém, 2002. 57 páginas); *Hidrelétricas na Amazônia* (Edição Jornal Pessoal - Belém, 2002. 124 páginas); *CVRD: a sigla do enclave na Amazônia* (Editora: Cejup - Belém, 2003. 256 páginas); e *Guerra amazônica* (Edição Jornal Pessoal - Belém, 2005. 300 páginas). Recentemente lançou o livro intitulado "Tucuruí: a barragem da ditadura".

Como toda grande obra, a UHE Tucuruí causou impactos de diferentes ordens que ainda hoje são duramente sentidos, de modo especial pelos moradores do município de Tucuruí e dos municípios circunvizinhos, como afirma Pinto (2012), ao dizer que as lutas até hoje são travadas pela população atingida em função da barragem contra a Eletronorte, como vemos no trecho a seguir:

A construção de Tucuruí incentivou a migração desordenada de trabalhadores de outras regiões para a Amazônia. A barragem provocou a união de vários segmentos populares para a busca de direitos não respeitados na construção das barragens. Na mesma luta estavam pescadores, trabalhadores rurais, extrativistas e ambientalistas. Além de enfrentar problemas como a malária, esse conjunto de atores começou a discutir uma indenização mais justa, para os casos dos que já conseguiram recebê-la. Outra reivindicação tratava da criação de uma reserva extrativista a ser coordenada pelo conjunto das entidades populares, luta que durou mais de dez anos e que não teve o resultado esperado. Até hoje, o movimento popular trava uma batalha judicial contra a Eletronorte, responsável pela hidrelétrica, pelo pagamento de indenizações às famílias desapropriadas (p. 778).

A seguir, imagem das ilhas formadas pela criação do lago da UHE Tucuruí.

Figura 3 - Ilhas formadas pela criação da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí



Fonte: <http://jornaldetucuruí.blogspot.com.br/2013/01>.

Outro fato, observado *in loco* no decorrer da pesquisa, foi o de que centenas de pescadores ficaram impossibilitadas de continuar sua profissão em virtude do grande lago ter ficado sob a responsabilidade da Eletronorte, o que reduziu a liberdade dos pescadores para realizar a pesca no local. Devido às mudanças no represamento da água, houve a diminuição do quantitativo de peixes do lago e o desaparecimento de algumas espécies, o que representa um prejuízo para o meio ambiente.

Maciel (2012) explica esse fenômeno ao dizer que

O represamento do Tocantins também causou impactos negativos à ictiofauna à jusante da barragem. Quando o projeto de construir a quarta maior hidrelétrica do mundo foi iniciado, os pescadores da região chegaram a pensar que o rio Tocantins secaria e todos os peixes do rio morreriam, acabando com seu meio de sobrevivência (...). Três bons exemplos de peixes que desapareceram da área do lago são o Filhote, a Piabanha e o Jaraqui, que provavelmente migraram para as regiões acima do mesmo (pág. 25).

A escassez do pescado foi noticiada no Jornal Diário de Carajás, em novembro de 2012, conforme imagem a seguir. Registra-se que o município de Tucuruí já foi referência nacional em pesca desportiva dada à abundância de peixes em seus rios.

Figura 4 - Imagem da notícia divulgada sobre a escassez do peixe no lago de Tucuruí - PA

Diário de Carajás
Marabá-PA QUARTA-FEIRA 07/11/12

CIDADE 9

PESCA ESPORTIVA

Peixe escasso no Lago de Tucuruí

Pescadores esportivos apontam os indícios da situação crítica no município, que já foi referência em todo país

EDINALDO SOUSA

Da Redação

Paulatinamente acontece um fenômeno no Lago de Tucuruí, que até então desperta pouco interesse das autoridades ligadas à preservação ambiental: a escassez de peixe. Formado a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, o Lago oferecia abundância em diversas espécies de peixes como o jaraqui e a piabanha, que praticamente desapareceram.

Até mesmo o tucunaré, que também era encontrado com facilidade está cada vez mais escasso e por conta disso causa um efeito negativo no turismo de pesca esportiva, tanto que está praticamente reduzido a pescadores locais.

Pra se ter uma idéia do quanto o peixe está escasso, os pesca-



EDINALDO SOUSA

Baixo nível do Lago de Tucuruí causa escassez de peixe ; pescadores confirmam o desastre ambiental no município

dores esportivos, Luís Rodrigues e Alexandre Lourenço, passaram três dias e no máximo conseguiram fisgar um pequeno tucunaré e uma Aruanã, sendo que ambos foram devolvidos ao Lago.

Pescadores artesanais como Francisco Maciel Santos Cardoso confirmam a escassez de peixe e credita que a pesca predatória é um dos fatores que

contribuem para esta situação. Outro ponto levantado pelo pescador diz respeito à baixa do nível do Lago de Tucuruí. “Nunca vi o Lago tão seco”, sentencia.

NÍVEL

Para se ter uma idéia do quanto o Lago está com o nível baixo, a caixa d'água da antiga Jacundá está totalmente de fora. Geralmente essa estrutura fica

parcialmente submersa.

Este cenário forma um “paliteiro”, que são árvores mortas, e que neste período aparecem os galhos o que dificulta a navegação. Alexandre Lourenço, um dos donos da Ilha dos Perdidos, disse que há doze anos frequenta o Lago e confirma que nunca viu tamanha sequeidão. “É a primeira vez que vejo um cenário destes”, confirma.

Com a redução do peixe no local, muitos pescadores tiveram que buscar outras fontes de renda como a agricultura nas ilhas formadas pelo gigantesco lago artificial ou passaram a enfrentar a busca pelo emprego formal, surgindo assim a necessidade de continuidade dos estudos e qualificação para o mercado de trabalho. A volta à escola, portanto, em muitos casos, não se tornou uma escolha, mas algo necessário para a sobrevivência dos ex-pescadores, como veremos nos resultados da pesquisa.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA, em parceria com a Universidade Federal do Ceará - UFC e a Universidade da Integração da Lusofonia Afro Brasileira - UNILAB, da qual participei no início, foi possível identificar o efeito negativo do empreendimento da Eletrobrás na vida dos pescadores de Tucuruí.

A seguir, quadro elaborado logo no início da pesquisa:

Figura 5 - Informações preliminares das entrevistas realizadas com os pescadores do Projeto Ipirá, nos bairros de Tucuruí: São Sebastião, Nova Matinha, Liberdade, Velha Matinha, Mangal, Beira Rio e GETAT/junho de 2012

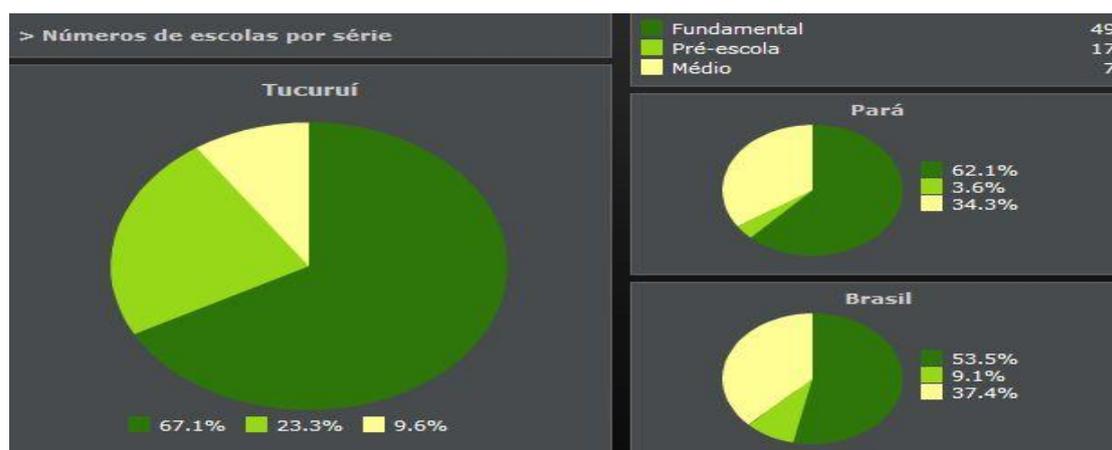
QUESTÕES/TEMAS				
Origem	Escolaridade	Atividade atual	Tipos de pesca	Equipamentos de pesca (outros)
Cametá, Baião	Todas as crianças estudando; os pescadores e os seus filhos com ensino fundamental incompleto	Pesca, comércio, tecer tarrafa e malhadeira, 'bicos'	Pé da barragem, jusante: canoa e rabeta, anzol e malhadeira <ul style="list-style-type: none"> • Arrastão, espinhel • Arpão • Tarrafa • Malha 4, 5,8,9,14... 	Isopor, anzol, malhadeira, corda e cabo
Atuação no projeto	Planos para o futuro	O que espera da Eletronorte	Futuro da atividade de pesca	Ajuda a resolver esta situação
A maioria das pessoas nenhuma atuação, comida para os peixes, limpar os tanques, vigia e cozinha, arrastar tanque para água.	Criar boi, plantar, sair da pesca, ter um comércio, ir para Belo Monte, a maioria quer continuar na pesca, espera indenização Espaço no mercado para evitar preço baixo de atravessador.	Continuar o projeto modificado (espécie, local- Caraipé/Jusante), infraestrutura, quantidade de tanques, localização), que o projeto ainda dê certo, que resolva o problema do nivelamento da água, indenização.	Cada vez mais difícil, não terá mais no futuro. Na jusante praticamente não tem mais peixe e na montante está acabando, mal dá para sobrevivência.	O peixe não é bom, outras espécies de peixe, pouco tempo de capacitação, melhorar o projeto, realocização, Porto para o transporte fluvial dos pescadores.

Uma questão que também foi decisiva para a realização desta pesquisa no município de Tucuruí foi o fato de se tentar investigar como um município que possui um PIB considerável ainda carrega em seus ombros altos índices de analfabetos e pessoas com baixa escolaridade? Que disparidade é essa, já que tanto se arrecada, mas o povo continua ignorado e esquecido?

Segundo dados do IBGE (2010), quanto ao nível de escolaridade da população, 25,6% são analfabetos funcionais e 3.847 pessoas de 15 anos a 60 anos ou mais nunca frequentaram a escola, o que representa cerca de 4% dos residentes de Tucuruí no ano de 2010.

A seguir, gráfico com o número de escolas por série no município de Tucuruí e seu comparativo com o Estado do Pará e o Brasil.

Figura 6 - Quadro comparativo do número de estabelecimentos escolares de educação básica no município de Tucuruí, do Estado do Pará e do Brasil



Fonte: IBGE, 2011.

Em relação ao nível nacional e estadual, a oferta de escolas de ensino médio no município de Tucuruí é baixa, o que compromete a continuidade de estudos de muitos alunos, de modo especial dos jovens e adultos trabalhadores.

O IFPA/Campus Tucuruí foi eleito como cenário da pesquisa por ofertar 09 turmas do PROEJA FIC, em parceria com a rede municipal, do total das 10 turmas existentes no Estado do Pará.

A primeira etapa da pesquisa foi a fase exploratória que se deu por meio da observação direta intensiva (LAKATOS, 2009), que significa utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Para este autor, “esta técnica

não consiste em apenas ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

No contexto da pesquisa qualitativa, a observação também representa um importante método de investigação que, associada à estratégia da entrevista, torna possível para o pesquisador uma aproximação pessoal e estreita do fenômeno estudado (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

A pesquisa teve duas fases distintas. Na primeira fase, desenvolvida no segundo semestre de 2010, realizei observação *in loco* na intenção de obter autorização para a realização do estudo e ter o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa. Este primeiro contato ocorreu em outubro de 2010 quando, na oportunidade, falei com a diretora de ensino do IFPA/Campus Tucuruí para autorização da pesquisa e com o diretor da Escola Municipal de Tucuruí onde as turmas do PROEJA FIC estavam tendo suas aulas. Entrei em contato também com 03 das 09 turmas do PROEJA FIC para apresentação minha enquanto pesquisadora e do objetivo da pesquisa.

Ainda no primeiro momento, dialoguei com alguns professores que ministravam aulas nas turmas do PROEJA FIC e falei sobre a pesquisa que seria realizada. Recebi, então, do pedagogo do IFPA/Campus Tucuruí um material (Ainda não analisado por ele) que ele havia coletado nas 09 turmas do PROEJA FIC com as respostas dos alunos sobre a escolha dos cursos e permanência neles, para que fosse utilizado na pesquisa.

O primeiro objetivo proposto, na primeira fase da pesquisa, foi o de analisar de que maneira seria possível conciliar qualificação profissional e elevação da escolaridade nos cursos do PROEJA FIC. Para tal intento, seria necessário acompanhar as turmas que estavam se formando e novas turmas do PROEJA FIC que possivelmente seriam ofertadas. Todavia, após a conclusão das 09 turmas vinculadas ao IFPA/Campus Tucuruí, no ano de 2011, nenhuma outra turma do PROEJA FIC foi ofertada, o que inviabilizou a continuidade da pesquisa dentro da proposta inicial. Assim, surgiu a necessidade de um redirecionamento do trabalho, mantendo-se os objetivos propostos.

Sem perder a essência da pesquisa, que foi compreender a elevação da escolaridade e a qualificação profissional no PROEJA FIC, redirecionei-a aos ex-alunos dos cursos do PROEJA FIC que se mantinham vinculados ao IFPA/Campus Tucuruí, para que fosse possível analisar se o fato de terem concluído o ensino

fundamental por meio do PROEJA FIC apresentou-se como alternativa eficaz para a garantia da elevação da escolaridade e qualificação profissional.

Assim, na segunda fase da pesquisa, que ocorreu no primeiro semestre de 2013, participaram 08 ex-alunos do Curso de Auxiliar de Topografia/PROEJA FIC, agora regularmente matriculados no Curso de Agrimensura /PROEJA Técnico, e 02 de seus professores que ministram disciplinas aos alunos participantes da pesquisa desde o PROEJA FIC. Esses, portanto, foram os sujeitos da pesquisa.

Para a coleta das informações, na segunda fase da pesquisa, utilizei a entrevista reflexiva e o grupo focal. A entrevista reflexiva, segundo Szymanski (2004), coloca o entrevistado de encontro com sua fala na fala do pesquisador; esse movimento reflexivo faz com que o entrevistado possa discutir e articular melhor a informação.

O que caracteriza uma boa entrevista para Bogdan e Biklen (1994) é o fato de os protagonistas estarem à vontade e expressarem seus pontos de vista a partir da produção de uma riqueza de dados, que, aliás, segundo estes autores, estão “recheadas de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes” (p. 136). Para os autores,

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas (p. 73).

Os dois objetivos da entrevista reflexiva, segundo Szymanski (2004), são: “1 – Suscitar informações objetivas e subjetivas (estas últimas remetendo à construção do significado); e 2 – Conduzir o processo de diálogo para que o tema discutido seja ampliado e aprofundado” (p. 107). Daí a opção pela entrevista reflexiva também por compreender sua contribuição para o estudo do fenômeno, uma vez que os sujeitos, os entrevistados, possuem elementos essenciais de sua experiência no PROEJA FIC, o que possibilitou a compreensão daquilo que se objetivava estudar.

Pedi aos alunos que falassem sobre uma questão central, que é denominada, na entrevista reflexiva, como pergunta geradora. Na elaboração desta pergunta, além de se levar em consideração os objetivos propostos para a pesquisa, é preciso ter cuidado também em evitar a indução de respostas e manter altivez na

utilização de termos da pergunta e usar a linguagem do sujeito entrevistado para não abordar uma linguagem muito distante dele (SZYMANSKI, 2004).

A pergunta geradora tratou sobre a elevação da escolaridade e a qualificação profissional pós PROEJA FIC: “Como você avalia as oportunidades de trabalho e continuidade dos estudos após a conclusão do PROEJA FIC. O que mudou em sua vida?”

Antes dos alunos responderem a essa questão, fiz o aquecimento, etapa inicial da entrevista reflexiva, que objetiva aproximar o entrevistador do universo do entrevistado. A questão proposta aos alunos foi: “Conte um pouco da sua história: nome, idade, família, trabalho, rotina diária, e relate também sobre sua vida escolar e seu ingresso no PROEJA FIC”.

O desenrolar da entrevista com os alunos se deu da seguinte maneira: logo após a autorização da direção do Campus para continuidade da pesquisa, um professor do Curso de Agrimensura, integrado ao Ensino Médio – PROEJA Técnico, que iria ministrar disciplina na noite que realizei a visita apresentou-me aos alunos os quais já me conheciam, pois já havíamos tido um contato inicial no ano de 2010. O professor permitiu que parte da sua aula fosse destinada para que eu pudesse apresentar o objetivo da pesquisa e o modo (por meio de entrevistas e grupo focal) como ocorreria a participação dos alunos, sujeitos da pesquisa.

Perguntei aos ex-alunos do PROEJA FIC quem gostaria de participar da entrevista reflexiva. Espontaneamente, os alunos foram se oferecendo para participar da pesquisa, os quais propuseram que ela fosse realizada naquele mesmo dia. Como eu estava com todo o material da entrevista em mãos (gravador de voz, papéis para anotação e roteiro da entrevista.), disse que não haveria problema e que necessitaríamos apenas da autorização do professor.

O professor autorizou que ocorresse a entrevista e seguiu sua aula normalmente naquela noite, permitindo que os alunos fossem se retirando um por vez para uma sala reservada, para que pudéssemos realizá-la. Recebi os alunos individualmente, apresentei brevemente os objetivos da pesquisa e solicitei autorização para a gravação da voz e para a publicação de trechos das falas, além de informá-los que manteríamos o sigilo de suas identidades. Todos concordaram, e a entrevista prosseguiu normalmente, sendo todos os alunos entrevistados na mesma noite. Posteriormente, a entrevista foi transcrita para que fosse possível a análise das narrativas dos sujeitos.

A entrevista também foi realizada com os dois professores do IFPA/Campus Tucuruí que ministraram disciplinas no PROEJA FIC no Curso de Auxiliar de Topografia e que permanecem como docentes no PROEJA Técnico, no Curso de Agrimensura. Fiz também com os professores o aquecimento e propus que respondessem a questão inicial: “Conte-nos um pouco da sua história: nome, idade, trabalho e rotina diária, e nos fale também sobre sua formação para atuação no magistério e sua experiência em trabalhar no PROEJA FIC”. Posteriormente, os docentes responderam a pergunta geradora: “Como você avalia o currículo integrado do PROEJA FIC e de que maneira sua prática pedagógica esteve voltada para a qualificação profissional e continuidade dos estudos desses alunos?”.

Para definir quem seriam os professores participantes da pesquisa, falei com a direção de ensino do IFPA/Campus Tucuruí e perguntei quais dos professores que ministraram disciplinas permaneciam trabalhando no Campus e continuavam atuando como docentes no Curso de Agrimensura integrado ao Ensino Médio – PROEJA Técnico. Foram citados dois professores com os quais conversei. Apresentei-lhes o objetivo da pesquisa e solicitei sua autorização para gravação da voz e publicação de trechos da conversa. Mediante consentimento de ambos, marquei a data e o horário da entrevista com cada um docente.

O Grupo Focal tem sido utilizado em pesquisas qualitativas com o objetivo de coletar informações por meio da interação grupal. Assim, também o realizei (com duração de duas horas), para aprofundamento das informações, com todos os alunos (Foram 13 participantes no total) provenientes do PROEJA FIC que agora cursam o PROEJA TEC no Curso de Agrimensura. Segundo Charlesworth e Rodwell (1997), o grupo focal é, especialmente, utilizado em delineamento de pesquisas que consideram a visão dos participantes em relação a uma experiência ou a um evento. Como a pesquisa tratou da elevação da escolaridade e qualificação profissional, questões estas vivenciadas por todos os alunos participantes do grupo focal por meio do PROEJA FIC, essa visão, na maioria das vezes compartilhada coletivamente, foi notada durante a realização do grupo focal. Daí a importância da utilização desta técnica na coleta de informações, no campo da pesquisa qualitativa.

Nesta técnica, os participantes descrevem detalhadamente suas experiências, o que pensam em relação a comportamentos, crenças, percepções e atitudes (CAREY, 1994). Para Morgan (1997), o grupo focal é um método de pesquisa, com origem na técnica de entrevista em grupo.

Essa técnica possui muitas vantagens, entre elas podemos dizer que o grupo focal promove um *insight*, isto é, os participantes se dão conta das crenças e atitudes que estão presentes em seus comportamentos e nos dos outros, do que pensam e aprenderam com as situações da vida, por meio da troca de experiências e opiniões entre os participantes. Os grupos focais são eficientes na etapa de levantamento de dados, pois um número pequeno de grupos pode gerar um extenso número de ideias sobre as categorias do estudo desejado (CAREY, 1994; O'BRIEN, 1993; MORGAN e KRUEGER, 1993).

Para a análise dos dados, lancei mão do materialismo histórico dialético. O referencial teórico-metodológico pautado nesta perspectiva tem por enfoque analisar a realidade buscando atingir sua essência.

Para Kosik (1995),

A dialética materialista como método de explicitação científica da realidade humano-social não significa [...] redução da cultura a fator econômico. A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico" (p. 39).

O materialismo histórico dialético entende que não existem oposições dualistas/dicotômicas entre as instâncias sociais e individuais, objetividade-subjetividade, interno-externo. O marxismo fundou na história do pensamento uma ontologia ancorada em bases de uma dialética eminentemente histórica, que redimensionou um conjunto de questões concernentes à relação do homem com sua história, do homem consigo mesmo (SILVEIRA, 1989).

A lógica dialética, fio condutor da temática aqui abordada, foi ao encontro de uma análise multilateral (KUENZER, 1998), na tentativa de abranger o objeto de estudo em sua totalidade, em suas diversas mediações.

Adotar, nesta pesquisa, como posicionamento teórico-metodológico, o materialismo histórico dialético demanda que se tenha "(...) trabalhado adequadamente com as categorias de conteúdo e de método (...)” (KUENZER, 1998, p. 61), o que exige que se tenha assumido uma análise crítica acerca do objeto de pesquisa.

Assim, buscou-se por meio desta pesquisa ir além da imagem aparente. Para alcançar tal intento, foi necessário conhecer a realidade empírica na qual o objeto encontrava-se inserido por meio da reflexão teórica (movimento do

pensamento, abstrações) e, posteriormente, a realidade concreta do fenômeno, pensada, plenamente compreendida. Assumindo-se tal proposta, a construção do pensamento parte do empírico, passa pelo abstrato e chega ao concreto, conforme preconiza Saviani (1986).

As respostas das entrevistas reflexivas e do grupo focal direcionaram para a formação de algumas categorias que serão apresentadas no quarto capítulo, a saber: Ingresso e Permanência no PROEJA FIC; História de Vida e Educação Profissional; Elevação da escolaridade; Qualificação Profissional e Mercado de trabalho; e Atuação Docente.

As categorias como expressão conceitual, segundo Cury (1979), dão conta de uma certa realidade, da forma mais abrangente possível. Concordamos com o autor ao alegar que

“(…) é importante considerar o contexto, porque é ele que possibilita que as categorias não se isolem em estruturas conceituais puras, mas se mesclm de realidade e movimento” (p. 1).

Foi considerando o contexto, a realidade dos sujeitos, as observações realizadas, as narrativas nas entrevistas e o grupo focal que se notou que determinados posicionamentos conceituais, políticos e filosóficos conduziam os resultados para questões recorrentes naquele tempo e lugar; assim emergiu cada uma das categorias.

A primeira categoria observada foi Ingresso e Permanência no PROEJA FIC. O discutir sobre o ingresso, evasão e permanência dos alunos, nas 09 turmas do PROEJA FIC ofertadas pelo IFPA/Campus Tucuruí, surgiu a partir de uma pesquisa informal já existente no Campus Tucuruí feita pelo pedagogo quanto à escolha dos cursos e a permanência deles, cujos dados ainda não haviam sido analisados. Após autorização para analisá-los, observei que emergiram inúmeras questões sobre o motivo que levou os alunos do PROEJA FIC a escolher determinado curso e o que os faziam permanecer estudando. Notei, ainda, que muitas respostas similares começaram a surgir, o que coincide com o que afirma Cury (1979) ao dizer que assim surgem as categorias: da análise da multiplicidade do fenômeno e do alto grau de generalidade.

A segunda categoria apresentada tratou da história de vida dos alunos no sentido de como se deu a opção pela EJA integrada à Educação Profissional. Esta categoria surgiu a partir da pergunta inicial da entrevista reflexiva, que pedia que

cada aluno, individualmente, relatasse sua história de vida e como esta história o conduziu ao PROEJA FIC. Ao discorrerem sobre suas histórias de vida, foi notado que se tratava de histórias que se entrelaçavam, pois possuíam muito em comum. Tanto os homens entrevistados quanto as mulheres viviam ou viveram histórias muito semelhantes. Dada à aproximação dos relatos dos alunos, viu-se emergir esta categoria, que se tornou fundamental para se compreender as questões quanto ao mercado de trabalho e elevação da escolaridade.

A elevação da escolaridade e a qualificação profissional, células centrais da pesquisa, foram discutidas como categorias distintas, pois nem sempre essas duas questões apresentavam-se relacionadas nos discursos dos alunos, durante o grupo focal ou mesmo as entrevistas. A elevação da escolaridade surgiu em diversas ocasiões nas falas dos alunos, especialmente, quando mencionaram seu retorno à escola em decorrência da oferta da EJA, etapa final do Ensino Fundamental, integrada à educação profissional.

A inserção no mercado de trabalho foi também uma questão recorrente durante toda a pesquisa, de modo especial quando questionados sobre a contribuição do PROEJA FIC para uma melhor colocação no mercado de trabalho local e para a elevação de sua escolaridade. Os depoimentos dos alunos apontaram para uma mesma direção quanto à importância da qualificação versus a oferta de trabalho no mercado local, para os que possuem apenas o certificado de auxiliar técnico.

Ouvir os professores que fizeram parte da equipe docente do PROEJA FIC, do IFPA/Campus Tucuruí, foi necessário para que determinadas questões como continuidade dos estudos dos alunos e qualificação profissional pudessem ser compreendidas, havendo também uma preocupação com estas questões durante os cursos de formação continuada. Assim, emergiu a categoria Atuação Docente.

No capítulo a seguir, apresentarei de modo mais aprofundado a descrição do PROEJA FIC, suas faces e estrutura proposta pela SETEC/MEC, além de expor suas finalidades e intencionalidades.

3 PROEJA FIC: FUNDAMENTOS, LEGISLAÇÃO E TRAJETÓRIA

Neste capítulo, discutirei de modo mais aprofundado o PROEJA FIC, apresentando os fundamentos que o constituem, a legislação que o assegura e sua

trajetória no Estado do Pará. Reconheço que não se pode falar do PROEJA FIC sem antes tratar do PROEJA, programa federal implantado pelo Decreto N° 5.478/2005, que antecede o PROEJA FIC e traz como finalidade principal a oferta de elevação da escolaridade e qualificação de jovens e adultos para o mercado de trabalho, por meio do ensino integrado no Ensino Médio.

Todavia, antes de um aprofundamento sobre os programas federais PROEJA e PROEJA FIC, é necessário que se retome um breve histórico da educação profissional no Brasil para que se compreenda que se trata de uma história com muitas oscilações e que, desde sua oferta inicial, a educação profissional nunca esteve voltada para a formação integral do cidadão, mas apenas para sua capacitação profissional, intencionando, na maioria das vezes, atender apenas às necessidades do mercado de trabalho de cada época.

A história da educação profissional no Brasil, desde os primórdios, esteve relacionada ao atendimento assistencialista para a população desfavorecida economicamente, apenas objetivando a formação de mão de obra para as fábricas e indústrias e ignorando totalmente a formação integral dos trabalhadores. De acordo com Castro e Regattiere (2010), suas primeiras intenções já revelavam seu caráter assistencialista, voltado especificamente para o amparo dos órfãos e demais desvalidos da sorte. Segundo Frigotto (2007),

Para entender a natureza da nossa dívida com a educação básica e a educação profissional e tecnológica, nas suas dimensões quantitativa e qualitativa e na sua relação, *é preciso se dispor a entender* o tipo de estrutura social que foi se conformando a partir de um país colônia e escravocrata durante séculos (p. 131).

Sua história remonta a 1809 com a Criação do Colégio das Fábricas pelo príncipe regente D. João, que estava vinculada às necessidades emergentes da economia. Até o Segundo Império, a educação profissional ainda se voltava para o atendimento prioritário aos menores abandonados. Neste mesmo período, foram criados os Liceus de Artes e Ofícios, que objetivavam amparar crianças órfãs e abandonadas, oferecendo-lhes instrução e iniciando-lhes em ocupações industriais (MANFREDI, 2002).

No período republicano, além da função assistencial, houve também a função de preparar operários, uma vez que a partir de 1906 consolidou-se uma política de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola. No ano de 1910, houve a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, embrião do que podemos

chamar hoje de Rede Federal de Educação Tecnológica, que eram destinadas aos mais pobres e humildes do país. Em 1920, a Câmara dos Deputados estendeu o ensino profissional a todas as pessoas, não somente aos mais pobres, e após a Revolução de 1930, a reforma consolidou-se.

Destaca-se, no ano de 1942, a Reforma Capanema, com a criação do conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional e, posteriormente, com a criação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) no mesmo ano, e, em 1946, os Serviços Nacionais de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O ensino profissional trazia em seu bojo as necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana, mas não deixava de ter, ainda neste período, a tradição assistencialista. É importante ressaltar que, até então, não havia comunicação entre o ensino escolar (secundário e normal) e o ensino profissional. Cada um trazia objetivos distintos e eram destinados a públicos específicos.

A partir de 1960, com a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), o ensino profissional foi equiparado, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico. Por meio da Lei nº 5692/71, tornou-se obrigatória a profissionalização para o Segundo Grau (atual Ensino Médio), o que, pode-se dizer, garantiu o fim do dualismo entre formação acadêmica e educação profissional.

Em 1982, com a Lei nº 7.044/82, tornou-se facultativa a oferta de ensino profissional nas escolas de Ensino Médio; desde 1961, universal e obrigatório. Essa dicotomia entre a formação acadêmica e a educação profissional foi consagrada pelo Decreto n. 2.208/1997, que separou radical e formalmente o ensino técnico da formação geral e básica. Conforme alega Frigotto (2005),

O Decreto n. 2.208/1997 e outros instrumentos legais (como a Portaria n. 646/1997) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado (p. 25).

Em 1996, o governo federal cria o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR - como “um remédio para os males do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho” (BRASIL, 2004, p. 12). Este Plano, então implementado em todas as regiões do país, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM - e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT - teve como objetivo geral apresentar a oferta de educação profissional

suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, a partir de 1999, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, como resultado de suas ações articuladas ao conjunto de ações das agências de educação profissional, já existentes no país.

O PLANFOR pretendia atender os trabalhadores mais vulneráveis no mercado de trabalho: desempregados; trabalhadores com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo; mulheres; jovens (16 a 24 anos); e população não-branca, e também atender os indivíduos com inserção precária no mercado de trabalho³. Destaca-se o fato de que houve reduzida incorporação de trabalhadores com 45 anos ou mais e daqueles com baixa escolaridade (até a quarta série incompleta e de quarta a oitava séries incompletas), os quais tiveram baixa taxa de participação nos cursos ofertados pelo governo federal.

De acordo com Leite e Posthuma (1996), o PLANFOR necessitava de reformulação em suas bases, visto que

Esse tipo de formação vem sendo questionada por estudiosos da educação profissional, como insuficiente para responder, hoje, às necessidades da produção e da formação profissional dos trabalhadores. Um posicionamento favorável do país na economia mundial depende, em grande parte, da capacidade de basear a competitividade de sua produção na valorização e na qualificação da força de trabalho e não no uso intensivo de mão-de-obra barata e pouco qualificada (p. 68).

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) instituiu o Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003-2007, considerando o ano de 2003 como um período de transição, que deveria anteceder à implementação plena do PNQ a partir de 2004. Este plano sustentou que seria necessário reformular os objetivos gerais do PLANFOR para que se pudessem atingir resultados nacionais mais eficazes quanto à qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros.

Almeida (2003) apresenta os itens destacados pelo PNQ que precisariam ser revistos; questões que, a partir desse novo pensar a formação do trabalhador para o mercado de trabalho, viriam dar origem ao PROEJA e ao PROEJA FIC, nos

³Consideram-se como inserção precária no mercado de trabalho as seguintes posições na ocupação: autônomos; donos de negócio familiar; trabalhadores que costumam realizar seu trabalho de forma eventual (bicos); empregados domésticos; assalariados sem carteira; trabalhadores em autogestão/co-gestão; cooperativados; assentados; trabalhadores não-remunerados; agricultores familiares; trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso (LIEDKE; BULHÕES, 2002, p. 12).

anos seguintes. Destacam-se aqui a formação integral dos trabalhadores e a elevação do seu nível de escolaridade, atuais princípios do PROEJA. Os itens do PNQ que precisariam ser melhorados são:

- a) a integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente a intermediação de mão de obra, o microcrédito, a economia solidária e o seguro-desemprego, além de outras políticas públicas que envolvam geração de trabalho, emprego e renda;
- b) a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos trabalhadores brasileiros;
- c) o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decentes e da participação em processos de geração de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- d) a elevação da escolaridade dos trabalhadores por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos;
- e) a inclusão social, a redução da pobreza, o combate à discriminação e a diminuição da vulnerabilidade das populações;
- f) o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade, ou o aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;
- g) a elevação da produtividade, a melhoria dos serviços prestados, o aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

Assim surgiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Foi implantado através do Decreto N° 5.478/2005 e trouxe como objetivo a integração da Educação Profissional à Educação Básica no nível técnico com o ensino médio, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, MEC, 2005).

Com a atual LDB, Lei nº 9394/96, o Ensino Médio passa a ter o caráter de etapa final e de consolidação da educação básica, além do exercício para a cidadania e para o mercado de trabalho. Aponta para uma articulação entre educação básica e educação profissional, de modo mais específico nas turmas de

Educação de Jovens e Adultos, uma vez que para ter sucesso na educação profissional a pessoa necessita de uma formação básica sólida e bem construída. No inciso I, do 2º parágrafo do Capítulo III da LDB, diz-se que a formação inicial e continuada ou qualificação profissional deverá ser um dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 6º, promulga que a educação é um direito social do povo brasileiro, vindo ao lado de outros direitos fundamentais como a saúde, moradia, segurança, lazer, entre outros.

O artigo 205 da Carta Magna garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ainda, a nova LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), no capítulo terceiro, nos artigos 39º a 42º, trata da educação profissional e garante que

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996).

Essa lei trouxe inúmeros avanços, entre eles destaca-se a integração da educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, devendo também atender a modalidade EJA, como está previsto no parágrafo 2º, “por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional”.

Ainda no mesmo documento, em seu artigo 3º, a LDB garante a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de

concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

No que diz respeito à educação profissional, a LDB é regulamentada pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que estabelece que

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores;

II – educação profissional técnica de nível médio; e

III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I – organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II – articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no caput articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho (BRASIL, 2004).

Tais legislações garantiram a legalidade da oferta da Educação Profissional vinculada à Educação de Jovens e Adultos, no ensino médio e fundamental. É interessante registrar que essa oferta foi fruto de inúmeras lutas dos movimentos sociais que exigiram do governo federal um olhar mais respeitoso aos jovens e adultos brasileiros sem escolaridade e sem qualificação profissional, ou seja, “reivindicações apresentadas por entidades representativas dos educadores e do movimento popular em busca de inclusão social por meio de políticas integradas de educação e trabalho” (MORAES, 2006, p. 406).

Os fóruns de EJA são exemplos dessas lutas e mobilizações sociais, apresentam-se como espaço de interlocução e discussão entre os vários segmentos interessados na educação de jovens e adultos e buscam propor ações que

contribuam na construção de políticas públicas que efetivem o direito à educação, independente da idade, como proclamado na Constituição de 1988.

A expressividade dessa articulação não pode ser desprezada, já que hoje existem 26 fóruns estaduais e um no Distrito Federal, além dos 52 fóruns regionais. Anualmente, desde 1999, são realizados os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos - ENEJAs.

Quanto aos cursos e programas de formação inicial e continuada, explicita-se no artigo 3º Decreto nº 5.154 que devem se articular, preferencialmente, aos de educação de jovens e adultos, com vistas a qualificar para o trabalho e a elevar o nível de escolaridade do trabalhador.

Acatando a necessidade da elevação da escolaridade, o Plano Nacional de Educação - PNE, com suas vinte metas a serem alcançadas entre os anos 2011-2020, contempla objetivos a serem cumpridos para atender os jovens e adultos do país que possuem escolaridade reduzida. Entre elas, destaco aqui as metas que fazem referência diretamente à EJA e tratam da elevação da escolaridade e da taxa de alfabetização, superação do analfabetismo, além do aumento da oferta da EJA na forma integrada à educação profissional. Apresento as metas 8,9 e 10 do PNE que contemplam a EJA e sua vinculação com a Educação Profissional, são elas:

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da vigência do PNE, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (PNE - 2011/2020) (grifo meu).

A oitava meta objetiva o combate da histórica e injusta desigualdade educacional entre negros e não negros quanto aos anos de permanência na escola. Em 2011, a escolaridade da população de cor branca de 25 anos ou mais alcançou a média de 8,3 anos, enquanto que a população de cor negra da mesma faixa etária ficou com apenas 6,4 anos (PNAD/IBGE, 2011). A nona meta propõe algo desafiador, mas já alcançado por inúmeros países: a superação do analfabetismo. No Brasil, no ano de 2011, cerca de 8,4% dos brasileiros com 15 anos ou mais não

sabiam ler e escrever (PNAD/IBGE, 2011), além da redução do número de analfabetos funcionais.

A décima meta, na qual deterei a atenção por estar vinculada diretamente ao tema da tese, trata da proposta de expansão, de no mínimo 25%, das matrículas de EJA na forma integrada à Educação Profissional. O número de matrículas em turmas de EJA tem reduzido com o passar dos anos, o que é muito preocupante dado ao número de pessoas que ainda possuem, no Brasil, apenas o ensino fundamental incompleto. De 2007 a 2011, o país perdeu 18.893 das 166.254 turmas de EJA, ou seja, uma queda de 18,9%, de acordo com dados da PNAD/IBGE (2011).

A maior parte das matrículas de EJA no Brasil, em todas as regiões, é para turmas presenciais, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio (PNAD/IBGE, 2011). A opção de EJA integrada à Educação Profissional ainda registra números bem pouco expressivos e distantes da meta do Plano Nacional de Educação.

No projeto de lei do Plano Nacional de Educação, foram elaboradas estratégias objetivas que deverão ser cumpridas para o pleno alcance das metas propostas. A seguir, apresento as oito estratégias para o cumprimento da oferta de até, no mínimo, 25% das vagas da EJA, na forma integrada à educação profissional, previsto na meta 10. São elas:

- a) 10.1 - Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;
- b) 10.2 - Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;
- c) 10.3 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância;
- d) 10.4 - Institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de

escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional;

- e) 10.5 - Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação e formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional;
- f) 10.6 - Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical;
- g) 10.7 - Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional;
- h) 10.8 - Fomentar a diversificação curricular do Ensino Médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores (PNE, 2011/2020).

As estratégias propõem a manutenção dos programas que atendem a EJA na forma integrada à educação profissional, tanto para a conclusão do Ensino Fundamental, como é o caso do PROEJA FIC, como do Ensino Médio e PROEJA Técnico, bem como sua expansão. Fazem referência à questão curricular, material didático e metodologia, criação de cursos que atendam as necessidades locais, assistência estudantil aos estudantes, parcerias com as entidades privadas vinculadas ao sistema sindical, além da expansão e melhoria da rede física para melhor atendimento dos estudantes.

A Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional trazem marcas ao longo de suas histórias de exclusão e marginalidade. Ambas nunca foram vistas com a preocupação governamental necessária, mas sempre com interesses

capitalistas e neoliberais. Suas histórias se cruzam nos espaços em que a pessoa jovem e adulta, vista apenas como mão de obra, necessita ter os conhecimentos básicos necessários para produzir e aumentar, cada vez mais, a renda do homem burguês. Garantir a oferta de políticas públicas que objetivem elevar a escolaridade deste homem e mulher historicamente penalizados, é garantir o atendimento do direito à educação e qualificação para o trabalho de cada uma dessas pessoas. Direito este já firmado e duramente conquistado, mas pouco consumado.

Pode-se dizer que o PROEJA, mesmo sendo fruto de reivindicações da sociedade civil e tendo em seu conteúdo concepções, princípios e diretrizes que se identificam com os anseios da população jovem e adulta, como política governamental, trata-se de uma ação socioeducativa compensatória que atende aos interesses de uma sociedade capitalista, que é guiada pelos princípios neoliberais.

A estrutura operacional do PROEJA, segundo o documento base, é composta por: concepções, princípios, projeto político-pedagógico, currículo integrado, avaliação processual e contínua, formação inicial e continuada de professores e gestores, oferta de vagas, além do financiamento e monitoramento do MEC/SETEC, tendo à frente, em nível nacional, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em sua primeira versão, foi instituído como política exclusiva do Governo Federal nas instituições federais de educação profissional. Posteriormente, o Decreto nº 5.478 foi revogado, sendo substituído pelo Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, o qual, entre outras mudanças, alterou o seu nome para Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA -, que está em vigor, incluindo a Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II para atuarem como proponentes e executores do Programa.

Alguns princípios fundamentam o PROEJA, a saber: princípio da aprendizagem e de conhecimentos significativos; respeito ao ser e aos saberes dos educandos; construção coletiva do conhecimento; vinculação entre educação e trabalho; integração entre a Educação Básica, Profissional e Tecnológica; interdisciplinaridade; e avaliação como processo (BRASIL, 2006, p. 34-35).

Para Barcelos (2010), os desafios que essa modalidade tem colocado aos educadores e educadoras estão a desassossegar e a exigir que aprofundemos os processos de investigação e de reflexão sobre o currículo, bem como que

busquemos estabelecer interlocuções com diferentes áreas e, também, com diferentes pensadores.

Esse programa governamental traz como foco a construção de uma educação articulada entre a ciência e a profissionalização, intencionando a formação integral do indivíduo por meio de uma formação integrada. Ciavatta (2005) questiona o que seja integrar e nos traz a reflexão:

O que é integrar? [...] Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (p. 84).

O ensino integrado tem sido no PROEJA uma fonte de estudos de pesquisadores e professores que atuam nessa modalidade de ensino, uma vez que pensar o sujeito de modo integrado e trazer essa concepção ao currículo requer a construção de novos saberes, pois nossas escolas e nossa educação, de modo geral, veem o homem como ser dicotomizado e não de modo integral.

No bojo de suas propostas, o PROEJA traz a necessidade de acolhimento de jovens e adultos que se encontram fora da escola ou mesmo os que nela já se encontram após anos de afastamento, propondo retirá-los da margem da sociedade e inseri-los, com maior qualificação, no mercado de trabalho. Sustenta-se na tríade: formação para a atuação no mundo do trabalho, especificidades dos sujeitos e formação para o exercício da cidadania. O Documento Base considera os seguintes pressupostos: o jovem e adulto como trabalhador e cidadão; o trabalho como princípio educativo; as novas demandas de formação do trabalhador; e a relação entre currículo, trabalho e sociedade (BRASIL, 2006).

Além dessas características, o Decreto nº 5.840/06 ampliou para as instituições públicas dos sistemas de ensino estadual e municipal, assim como para as entidades do Sistema S, a possibilidade de ofertarem cursos na modalidade PROEJA.

Em julho de 2006, um novo decreto veio ampliar a abrangência do PROEJA, com a inclusão da formação inicial e continuada de trabalhadores integrada ao ensino fundamental. Em 2009, foi lançado um ofício convite para que os Institutos Federais elaborassem seus projetos e enviassem para serem analisados e aprovados pelo MEC, a fim de se implantar o programa PROEJA FIC com cursos técnicos escolhidos pelos Institutos conforme anseio do mercado de trabalho local. Uma das exigências para a implantação desse programa seria a parceria obrigatória entre os Institutos Federais e as Secretarias de Educação. Assim, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental - PROEJA FIC, de acordo com o Documento Base (BRASIL, 2007) tem como objetivo

Propiciar a esse público o acesso a serviços e produtos culturais de que até então foram privados, respeitando os saberes construídos em suas trajetórias, permitindo a organização da reflexão e de estruturação de possibilidades de interferências na realidade é fator de democratização e justiça distributiva (p. 8).

Sabemos que os alunos do ensino fundamental na modalidade EJA são pessoas para as quais foi negado o direito à educação, durante a infância ou adolescência. Algumas dessas pessoas nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar em função da entrada precoce no mundo do trabalho ou mesmo por falta de escolas, ou ainda pela dificuldade de nelas permanecer por não acompanharem os estudos, sendo praticamente expulsas. A partir dessa realidade, pode-se sentir a importância que teve a oferta do PROEJA FIC no IFPA/Campus Tucuruí, possibilitando a ampliação da oferta educacional no município.

O Campus Tucuruí foi fundado no ano de 1994 por meio da Portaria nº. 1.769 de 21/12/94, em que se criou a antiga Unidade de Ensino Descentralizado de Tucuruí – UnED, pertencente à então Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA, que foi inaugurada em 10/04/1995 para viabilizar o projeto de interiorização do ensino técnico profissionalizante que visava à formação de mão de obra especializada para atender às necessidades das empresas da região sudeste e sul do Estado do Pará, como ELETRONORTE, Camargo Corrêa Metais, Companhia Vale do Rio Doce, etc.

A seguir, imagens do IFPA/Campus Tucuruí quando da última visita da pesquisa realizada em abril de 2013.

Figura 7 - Imagem da entrada principal do prédio do IFPA/Campus Tucuruí



Fonte: Arquivo pessoal/abril de 2013.

Figura 8 - Imagem da lateral do prédio do IFPA/Campus Tucuruí



Fonte: Arquivo pessoal/abril de 2013.

No ano de 2007, o Campus, que já atuava com cursos técnicos e superiores, assumiu a implantação da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJATEC – por meio do curso de Edificações.

No ano de 2010, ocorreu a implantação do PROEJA FIC no Campus Tucuruí em parceria com as Prefeituras Municipais de Breu Branco e Tucuruí. O

curso ofertado aos alunos foi integrado, ou seja, ofertado em horário único (noturno) de modo que as disciplinas técnicas e básicas dialogassem.

O PROEJA FIC teve a duração de dois anos e objetivou atender a etapa final do ensino fundamental equivalente, na modalidade EJA, à 3ª e 4ª etapas, que compreendem do 5º ao 8º anos. Ainda em 2010, houve o ingresso de 270 alunos no programa, formando-se 09 turmas de 30 alunos em cada turma, nos seguintes cursos: Agente de Operação de Estação de Tratamento de Água, Pedreiro de Acabamento, Auxiliar de Controle de Endemias, Auxiliar Técnico de Manutenção de Computadores, Auxiliar de Piscicultura e Beneficiamento do Pescado, Auxiliar de Topografia e Auxiliar Técnico de Laboratório de Análises, sendo duas turmas oferecidas para os dois últimos cursos.

Das 09 turmas formadas, 04 foram desenvolvidas em Breu Branco e 05 turmas em Tucuruí, ambas coordenadas pelo IFPA/Campus Tucuruí em parceria com a Rede Municipal de Ensino.

O município de Breu Branco localiza-se a 25 Km de Tucuruí (IBGE, 2010) e surgiu a partir da doação de casas de madeira pela Eletronorte, que necessitou transferir 1.200 pessoas das áreas alagadas pela usina hidrelétrica. Breu Branco foi criado através da Lei nº 5.703, de 13 de dezembro de 1991, pelo então governador Jader Barbalho.

Para assistirem às aulas da formação técnica, os alunos deslocavam-se de Breu Branco – em transporte fornecido pela Secretaria de Educação – ao IFPA/Campus Tucuruí, geralmente duas vezes na semana.

Fundamentando-se no documento base do PROEJA FIC, o Campus elaborou o Projeto Político Pedagógico dos cursos ofertados, em que apresenta o objetivo geral do programa, objetivos específicos de cada curso, o regime letivo, o perfil do egresso, a forma de acesso, as matrizes curriculares, as ementas das disciplinas comuns ao Ensino Fundamental (2º ciclo) e das disciplinas técnicas específicas de cada curso, além de apresentar os critérios de avaliação, expedição de certificados e o corpo docente do IFPA/Campus Tucuruí.

Somente aos finais de semana os alunos do PROEJA FIC utilizavam os laboratórios do IFPA/Campus Tucuruí para a realização de atividades de campo e atividades práticas, visto que as turmas eram formadas por jovens e adultos trabalhadores que só dispunham do sábado para essas aulas. De acordo com o

Ofício Convite nº 040 GAB/SETEC/MEC, no item 8, que se intitula “Responsabilidade dos Integrantes”, coube à instituição federal proponente

8.2.6 – Responsabilizar-se pela oferta da qualificação profissional, com carga horária mínima de 200 horas, do curso PROEJA FIC, objeto desta seleção; (BRASIL/MEC, 2009).

E ao município parceiro coube

8.3.5 – Responsabilizar-se pela oferta do ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, com carga horária mínima de 1.200 horas, do curso PROEJA-FIC, aprovados no âmbito desta seleção, disponibilizando os recursos humanos necessários; (BRASIL/MEC, 2009).

Além da nova possibilidade de ação formativa, com carga horária mínima de 1.400 horas, sendo 1.200 horas mínimas destinadas à formação geral e 200 horas mínimas à formação profissional, algumas alterações são observadas: suprimem-se as cargas horárias máximas permitidas; às instituições proponentes descritas no decreto anterior, somam-se as “entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional”, ou seja, o já citado Sistema S; o projeto pedagógico integrado único é mencionado como obrigatório, mesmo quando os cursos envolverem “articulações interinstitucionais ou intergovernamentais”; e um comitê nacional, cuja composição, atribuições e regimento ficam a cargo do MEC, terá a tarefa de acompanhar e efetuar o controle social das ações do PROEJA (BRASIL, 2006).

O que se pretende por meio da integração da formação básica e da qualificação profissional, não somente no ensino fundamental mas também no médio, é o que Kuenzer (2000) sabiamente expõe em suas palavras ao dizer que devemos ir em busca de uma educação que possa

(...) trabalhar com conteúdos diferentes para alunos cujas relações com o trabalho, com a ciência e com a cultura ocorrem diferentemente, desde que sua finalidade, articulada à de um projeto político e econômico mais amplo, seja fazer emergir, em todos os alunos, no dizer de Gramsci, o verdadeiro dirigente, porquanto nem só especialista e nem só político, mas expressão de um novo equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades de atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente, tendo em vista a construção de relações justas e igualitárias (p. 30).

Se o PROEJA FIC, em nível nacional, de fato contribuir na formação integral dos alunos, fazendo emergir o verdadeiro dirigente, já terá alcançado grande parte de sua missão.

No capítulo a seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa efetuada com alunos e professores do PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí. Este capítulo será subdividido em temáticas que, em verdade, são categorias que surgiram durante a análise das informações e observações realizadas.

No decorrer da descrição do próximo capítulo, poder-se-á observar que diversas questões surgirão, mas sempre permeadas pela elevação da escolaridade e qualificação profissional, temáticas centrais desta tese.

4 O PROEJA FIC NO ESTADO DO PARÁ: RECENTE EXPERIÊNCIA E NOVAS DESCOBERTAS

Como já apresentado, no capítulo anterior, acerca do PROEJA FIC, trata-se de um programa do Governo Federal que visa integrar educação e qualificação para o trabalho, por meio da parceria entre a rede municipal de ensino e os institutos federais.

No Estado do Pará, o IFPA coordenou 10 turmas, sendo 09 pertencentes ao Campus Tucuruí e 01, ao Campus Altamira, todas em parceria com a Rede Municipal de Educação. As 10 turmas ofertadas no Pará desenvolveram suas atividades no período de 2010 a 2011 e, apesar da obrigatoriedade da oferta de 10% das vagas de cada *campus* dos Institutos Federais do Brasil serem destinadas aos alunos do PROEJA, nenhuma outra turma de PROEJA FIC foi ofertada neste Estado nos anos seguintes; apenas turmas do PROEJA Técnico/Ensino Médio foram ofertadas.

Essa obrigatoriedade da oferta do PROEJA pelos Institutos Federais está prevista no Decreto Nº 5.840 de 13 de julho de 2006, quando no Art. 2º se afirma que “as instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007”. No desdobramento do mesmo artigo, parágrafo primeiro, diz-se, ainda, que “§ 1º As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007”. Assim, a oferta de turmas do PROEJA Técnico e PROEJA FIC não é algo opcional aos Institutos Federais, mas um dever que deve ser cumprido para com o povo brasileiro.

A história das Escolas Técnicas Federais está há mais de um século permeada quase que exclusivamente pela Educação Profissional e Ensino Médio. Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, houve uma enorme mudança no campo de atuação destas escolas, e alguns de seus docentes e diretores e população, de modo geral, ainda vivem esse momento de adaptação a essas novas propostas, entre elas, a de atender a EJA integrada à Educação Profissional no Ensino Médio e Fundamental; e isso implica um cuidado com o currículo adotado, as abordagens e técnicas de ensino utilizadas e as especificidades dos alunos (jovens e adultos) que vêm de uma escolarização sinuosa, entrecortada por momentos de estudo/escola e de trabalho, o que exige um ensino diferenciado.

Neste capítulo, discutirei os resultados da pesquisa realizada durante e ao final do PROEJA FIC ofertado pelo IFPA/Campus Tucuruí. Para alcançar uma melhor compreensão, os resultados foram divididos em temáticas - categorias que surgiram durante a construção das investigações na primeira e segunda fase da pesquisa -, as quais necessitaram que fossem aprofundadas e compreendidas para que se pudesse alcançar o objetivo que esta tese se propôs: que foi o de investigar quais contribuições o PROEJA FIC trouxe para a qualificação profissional e elevação da escolaridade dos alunos inseridos nas turmas do programa, bem como a ação pedagógica presente em seus cursos e sua atuação para a garantia da continuidade dos estudos e melhor inserção destes alunos no mercado de trabalho.

A primeira questão que será discutida neste capítulo é a escolha dos alunos por determinada área do curso PROEJA FIC e sua permanência nos cursos pelos quais optaram. As informações analisadas aqui foram obtidas durante a primeira etapa da pesquisa, a partir de observações realizadas e por meio do material disponibilizado pelo pedagogo do IFPA/Campus Tucuruí.

Os demais itens que serão apresentados são fruto das investigações ocorridas na segunda fase e obtidas por meio das entrevistas reflexivas (desenvolvidas com os alunos e professores) e do grupo focal (realizado apenas com os alunos).

O 4º capítulo apresentou a seguinte divisão:

- a) 4.1 – Escolha do curso e permanência no PROEJA FIC;
- b) 4.2 - Histórias de vida que se entrelaçam: as narrativas de ex-alunos do PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí – PA;

- c) 4.3 - A elevação da escolaridade dos alunos do PROEJA FIC do Instituto Federal do Pará/Campus Tucuruí;
- d) 4.4 - A inserção no mercado de trabalho pós PROEJA FIC: o que dizem os alunos;
- e) 4.5 - A compreensão dos docentes do IFPA/Campus Tucuruí quanto à continuidade dos estudos e à educação profissional no PROEJA FIC.

Apresentarei, a seguir, os resultados da pesquisa e as análises realizadas.

4.1 Escolha do curso e permanência no PROEJA FIC

No final do ano de 2010, quando tive a primeira aproximação com os alunos do PROEJA FIC, o pedagogo do IFPA/Campus Tucuruí responsável pelas turmas forneceu um material sobre os alunos que tratava da escolha do curso e permanência no PROEJA FIC.

Como foram ofertadas inicialmente 30 vagas para cada uma das 09 turmas e, no primeiro ano, já haviam notado a significativa evasão, o pedagogo pediu que os alunos respondessem dois questionamentos:

- a) 1. Qual o motivo da escolha do seu curso?
- b) 2. O que o faz permanecer no curso que você escolheu?

Como ele ainda não havia feito a análise e sistematização das respostas obtidas, solicitei uma cópia do material respondido pelos alunos e procedi à sistematização por considerar um material importante de ser analisado.

Após leitura do material e sistematização das informações fornecidas, cheguei aos seguintes resultados: 139 alunos responderam as questões propostas, sendo 39 alunos do curso de Laboratório de Análises (duas turmas); 11 alunos do Curso de Pedreiro de Acabamento; 28 alunos do Curso de Auxiliar de Topografia (duas turmas); 15 alunos do Curso de Agente de Tratamento de Água; 12 alunos do Curso de Manutenção de Computador; 14 alunos do Curso de Auxiliar de Endemias; e 20 alunos do Curso de Auxiliar de Piscicultura.

Sobre o porquê de escolherem o curso – 1º questionamento proposto – cada aluno respondeu a pergunta apresentando sua justificativa pela escolha daquele curso. Na tabela a seguir, apresento os motivos mencionados pelos alunos.

Tabela 2 - Sistematização da pergunta 1: Por que você escolheu esse curso?

CURSOS RESPOSTAS + FREQUENTES	Aux.Téc. de Lab. de Análise	Pedreiro de Acabamen to	Auxiliar de Topogra fia	Ag. de Trat. de Água	Manut. de Comput adores	Aux. de Controle de Endemias	Auxiliar de Piscicultura	TOTAL %
Oportunidade de Emprego	07	02	08	03	08	05	07	40 (28,7%)
Maior qualificação	12	04	06	05	02	-	07	36 (25,8%)
Achou o curso interessante	11	-	06	04	01	06	03	31 (22,3%)
Um sonho realizado	07	-	02	-	01	03	02	15 (10,7%)
Por falta de vaga em outros cursos	-	04	05	01	-	-	01	11 (7,9%)
Continuidade dos estudos	02	01	01	02	-	-	-	06 (4,3%)

Merece destaque o fato de que 76 respostas, do total de 139, revelaram que os alunos escolheram o curso na busca de melhores oportunidades de emprego e maior qualificação profissional, conforme falas transcritas a seguir:

“Porque é um curso na área da saúde e o Brasil precisa de pessoas qualificadas para cuidar da nossa população”. (Aluno do Curso de Lab. de Análises).

“Porque como eu já trabalho na área da construção civil para mim seria uma oportunidade a mais de crescer”. (Aluno do Curso de Pedreiro de Acabamento).

“Porque quero uma chance de emprego”. (Aluno do Curso de Lab. de Análises).

“Porque é uma oportunidade única para eu ter um curso na minha mão para ter um emprego do tipo que eu gosto que tem muita matemática”. (Aluno do Curso de Aux. de Topografia).

Nas respostas dadas pelos alunos, pude observar a real necessidade da oferta de cursos de qualificação profissional voltados para o público jovem e adulto: não somente para melhor colocação no mercado de trabalho, mas também para a continuidade dos estudos. Analisando as informações obtidas, notei que o motivo inicial que os levou a optarem pelo PROEJA FIC foi a oferta de qualificação profissional integrada ao Ensino Fundamental.

As falas apresentadas fazem referência à qualificação profissional e à oportunidade de emprego, fatores motivadores que levaram os alunos a optarem pelo PROEJA FIC e pelo curso de auxiliar técnico nas diferentes áreas.

A esperança de melhor inserção no mercado de trabalho com garantia de melhores salários leva milhares de jovens e adultos a buscarem a qualificação profissional. Santos (1999) enfatiza que

O aprofundamento do ensino é fator determinante para diminuir a disparidade de renda, porque, vistas as estatísticas, ainda no Brasil percebe-se que apesar das outras formas de ascensão social, quanto mais educação se tem, mais possibilidade de empregabilidade existe (p. 69).

Para Menezes-Filho (2002), os retornos econômicos à/da educação em termos salariais no Brasil estão entre os mais elevados do mundo. Porém, estes retornos vêm declinando ao longo do tempo, em parte, devido ao próprio processo de expansão educacional que, ao aumentar a oferta relativa de pessoas com ensino fundamental e médio, diminuiu a diferença salarial entre estas pessoas e aquelas com nenhuma ou baixa qualificação e, por outra, porque não há uma oferta de empregos correspondente à oferta educacional. Além disso, o aumento da oferta de pessoas com média qualificação provocou também um aumento da taxa de desemprego e de informalidade, o que – somado ao aumento das horas trabalhadas – provocou uma piora, em termos de bem-estar, deste grupo educacional intermediário, tanto em relação aos não-qualificados como àqueles com nível superior.

Segundo o Documento Base do PROEJA FIC, para que a integração proposta entre formação geral e formação específica possa de fato acontecer, é necessário que o currículo seja integrado e que os conhecimentos das especificidades do jovem e adulto trabalhador sejam incorporados na proposta curricular. Todavia, se para os alunos a oferta do ensino integrado foi um fator motivador na escolha de um curso ao retornarem para a escola, para os docentes, o currículo integrado tem sido um grande desafio. Conforme Araújo e Silva (2012), o maior número de dissertações e teses sobre o PROEJA, no período de 2011 a 2012, tratou do currículo integrado.

Efetivar o currículo integrado não se trata de uma simples junção ou imbricamento da formação geral com a formação técnica, mas de fundir uma na outra, de modo que se tornem uma só, em um só currículo, logo, integrado. É a construção de um currículo dinâmico, vivo, que entrelaça as intencionalidades pretendidas, conforme afirma Sacristán (2000), “é na ação que está a expressão última do valor do currículo.” E mais, “um currículo que busque a formação unitária com base no trabalho como princípio educativo.” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS 2005; KUENZER, 2006).

Tomarei Gramsci como parâmetro, que pretendeu integrar epistemologicamente o mundo do trabalho e o da cultura. Nos seus dizeres, “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 2011, p. 52-53). Nesta perspectiva, retomamos ao currículo integrado, que busca em sua essência a formação do homem integral, conforme preconiza Moura (2006):

O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (p. 7).

Entendo, como afirma Lukács (1978), que é pelo trabalho que o homem se faz humano, transforma a natureza e a si mesmo. Neste sentido, o trabalho como princípio educativo deve ser tomado como um processo que, articulando ciência, cultura, tecnologia e sociedade, possibilita uma sólida formação geral fundamentada nos conhecimentos acumulados pela humanidade, a partir duma organização

curricular que promova a apropriação dos saberes de caráter mais amplo e genérico, tanto científicos como culturais, voltados para o desenvolvimento de sua humanidade.

Há que se destacar os limites do poder do professor de integrar, em sala de aula, algo que está dividido na própria sociedade (SILVA, 2011). O aluno jovem e adulto trabalhador possui experiência, especialmente do mundo do trabalho, podendo trazê-la para a escola. Vale ressaltar, com base em Thompson (2002), que a experiência é uma categoria histórica e, por isso, deve ser compreendida de forma contextualizada, como experiência de classe. Esse trabalho não pode ficar restrito ao professor, pois implica uma construção desde a base do currículo e muita integração entre os profissionais da escola. Requer reflexão da prática até então exercida e o que se pretende daí em diante, com movimentos da prática para a teoria, para daí a uma prática transformada, como dizia Paulo Freire (1979).

O curso com a proposta do currículo integrado garantiu a escolha, por parte do aluno, pelo PROEJA FIC, mas retornar à escola depois de anos de afastamento, por diversos motivos, e defrontar-se com ela, muitas vezes, despreparada didática, metodológica, estrutural e politicamente para receber esse aluno trabalhador, é um fator decisivo para sua não-permanência no espaço escolar.

Para Rocha (2011),

O PROEJA FIC pode ser considerado uma política equalizadora e tencionada. O programa tem a finalidade de proporcionar a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental a formação básica aliada à formação profissional, seja ela objeto de ocupação já exercida ou não pelo educando (p. 247).

Ainda sobre o primeiro questionamento respondido pelos alunos, outras respostas surgiram, além da qualificação profissional como motivo principal. A saber: a escolha do curso como realização de um sonho; acharam interessante o curso; ou optaram pelo curso por falta de vaga em outros cursos, como podemos observar nas falas a seguir:

“Porque era o meu sonho mexer com computador”.
(Aluno do Curso de Manut. de Computadores).

“Porque eu sempre quis fazer um curso do governo federal”.
(Aluno do Curso de Aux. de Piscicultura).

“Porque ele é muito interessante e quero aprender cada dia mais e mais sobre saúde, como me proteger e seguir minha carreira e trabalhar no laboratório auxiliando as pessoas que querem trabalhar”.
(Aluno do Curso de Aux. de Lab. de Análises).

Nas falas apresentadas, a satisfação na realização de um sonho é algo claro. Ao longo de nossas vidas, deixamos muitos sonhos de lado, nem sempre por escolhas nossas, mas por necessidades maiores. O sonho de manusear um computador, ou ser aluno de um programa do governo federal ou mesmo de aprender cada dia mais por meio da escola, garantiu a esses alunos o tão almejado retorno ao espaço escolar.

Coura (2008) afirma que, “ao envelhecerem, muitas pessoas chegam a acreditar que realizar seus sonhos não é mais possível, que o tempo que têm pela frente não é suficiente para concretizarem seus desejos” (p. 2). A pesquisa demonstrou não ser o caso desses alunos, pois, independente de suas idades, o sonho e a necessidade de um permanente aprendizado não se esgotou com o tempo.

É preciso notar também que a oferta da continuidade dos estudos e qualificação profissional deveria ser garantida a todos indistintamente, como já está previsto em lei nos artigos 2º e 5º da LDB nº 9394/06: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo” (BRASIL, 1996) (grifo meu). Assim, fazer um curso em uma instituição pública federal ou simplesmente ter acesso a um computador não seria para eles considerado algo quase impossível de se alcançar, mas um direito de fato, garantido de forma simples e sem dificuldade.

Quanto à falta de vagas em outros cursos, mencionada na fala de 11 alunos, vimos que a escolha por um dos sete cursos ofertados deu-se pelo próprio aluno e, à medida que os cursos iam preenchendo suas vagas, já não restavam nas opções de escolha.

É claro que voltar à escola depois de anos e fazer um curso com o qual não se tem uma identificação pessoal, pode ser um fator desmotivador para a

permanência até o seu final. Se essa oferta do PROEJA FIC fosse permanente, com vagas ofertadas anualmente, como está previsto em lei, provavelmente não se teria essa problemática ou mesmo, se se, antes da oferta do curso, fizesse uma enquete com a demanda de alunos para ver quais cursos deveriam ser ofertados, minimizar-se-ia essa evasão.

Quanto à continuidade dos estudos, apenas 06 respostas indicaram que o fator motivador da escolha do curso foi a elevação da escolaridade. Talvez isso se justifique pelo fato de que o que tenha chamado a atenção dos alunos, inicialmente, foi a possibilidade do curso em ofertar a qualificação profissional, tão importante para o jovem e adulto trabalhador. Veremos essa afirmativa nas falas a seguir:

“Porque eu queria terminar o ensino fundamental e também pelo curso junto que nos proporciona formação”.

(Aluno do Curso de Ag. de Trat. de Água).

“O objetivo é alcançar uma profissão e continuar o curso médio se for possível”.

(Aluno do Curso de Aux. de Topografia).

O reconhecimento da educação como direito do cidadão, ao longo de sua vida, desloca a ideia de compensação para a de reparação de um direito que lhe foi negado. A compreensão da necessidade de continuação dos estudos foi observada pela maioria dos alunos ao responderem a segunda pergunta proposta sobre o que os faziam permanecer no curso.

Na pergunta nº 2, quanto à permanência desses alunos no PROEJA FIC, veremos que o que os fez escolher o curso, a princípio, foi a oportunidade de formação profissional, mas o que os mantém frequentando as aulas é o fato de vislumbrarem a elevação da escolaridade por meio da continuidade dos estudos no Ensino Médio. As falas transcritas a seguir representam tal afirmação:

“Permaneço no curso porque eu quero vencer, quero terminar os meus estudos e seguir em frente até o nível mais alto que eu puder.”

(Aluno do Curso de Aux. Téc. de Lab. de Análises).

“Porque eu estou sem estudar há mais de 25 anos e esse curso vai me levar a realizar um sonho que é chegar no nível superior.”

(Aluno do Curso de Aux. de Piscicultura).

“Porque eu sempre tive vontade de ter uma formação através dessa instituição de referência nacional.”

(Aluno do Curso de Aux. de Lab. de Análises).

“Eu permaneço no curso porque eu tenho um objetivo na vida de estudar, aprender e concluir meus estudos para poder me formar e exercer a profissão que gostaria.”

(Aluno do Curso de Auxiliar de Piscicultura).

Os alunos mencionaram a satisfação em estar estudando em uma escola federal e relataram, nas primeiras visitas às turmas, a vontade de continuar os estudos também nesta instituição de ensino, agora fazendo um curso técnico, de ensino médio. Ao final da primeira fase da pesquisa e após o contato inicial com a equipe de coordenação do IFPA/Campus Tucuruí, a equipe pedagógica do PROEJA FIC e os docentes inseridos no programa, pude perceber a motivação, apesar das dificuldades, dos sujeitos envolvidos no programa e a satisfação em fazer parte dele.

4.2 Histórias de vida que se entrelaçam: as narrativas de ex-alunos do PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí – PA

Já não apenas fale a elas ou sobre elas,
Mas as ouça,
Para poder falar com elas.
(PAULO FREIRE, 1981)

No item anterior, discuti a escolha dos alunos por determinadas áreas do PROEJA FIC e o que garantia sua permanência no curso pelo qual optaram. Concluí que a opção em fazer o ensino fundamental integrado à educação profissional foi o fator motivador para o ingresso nos cursos, mas que o que os faziam permanecer era a satisfação pelo retorno à escola e o desejo pela continuidade dos estudos, possibilitando assim a elevação de sua escolaridade.

No ano de 2011, houve a conclusão e certificação de 112 alunos dos cursos PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí. Deste total, 22 alunos fizeram o curso de Auxiliar de Topografia em 02 turmas existentes que funcionavam nos municípios de Tucuruí e Breu Branco, ambas coordenadas pelo IFPA/Campus Tucuruí em parceria com a Rede Municipal de Ensino dos dois municípios.

O curso objetivou a conclusão do Ensino Fundamental, sob a responsabilidade da Rede Municipal, bem como capacitar o profissional para atuar como auxiliar em tarefas de topografia utilizando as diferentes tecnologias, de modo a estar capacitado para realizar as seguintes atividades: manipulação de níveis, balizas e outros instrumentos de medição; levantamento da rede de distribuição de

água, esgoto, luz e outros; colaboração no balizamento, efetuando a colocação de estacas, e as medições de distâncias à trena; dentre outras, sob a responsabilidade do IFPA.

No ano de 2012, houve a oferta do Curso de Agrimensura PROEJA Técnico com vagas específicas para ex-alunos do PROEJA FIC do Curso de Topografia. Foram ofertadas 30 vagas no total, sendo a metade delas destinada para que estes alunos concorressem entre si. Houve 15 alunos aprovados, mas, como outros 17 alunos inscritos pelo PROEJA FIC também tiveram boa avaliação, a coordenação do curso solicitou, junto à diretoria do IFPA/Campus Tucuruí e esta, por sua vez, junto à Reitoria do IFPA, a extensão do número de vagas de 30 para 34 alunos, possibilitando assim que todos os alunos do PROEJA FIC fossem atendidos, com mais 02 vagas ofertadas para que o público em geral pudesse disputá-las.

Na segunda etapa da pesquisa, convidei esses alunos, os 34 aprovados, para a continuidade da pesquisa, uma vez que já havia tido o contato inicial no ano de 2010, e todos aceitaram participar voluntariamente, compondo um grupo focal sobre elevação da escolaridade e qualificação profissional. Do total, 13 alunos integraram o grupo focal e destes, 08 participaram da entrevista reflexiva.

Para resguardar a identidade dos alunos participantes da pesquisa, os sujeitos receberam nomes fictícios. Dos oito alunos, 4 são homens e 4 são mulheres, na faixa etária de 24 a 51 anos, como segue: Lucas (51 anos), André (35 anos), João (32 anos), Antonia (32 anos), Fátima (29 anos), Lúcia (25 anos), Paulo (24 anos) e Nazaré (24 anos). Veremos histórias muito semelhantes de impossibilidade de permanência na escola e pouca oportunidade de continuidade de estudos na infância.

Merece destaque o fato de que apenas o Lucas (51 anos) já possuía o ensino fundamental completo e havia feito um curso técnico, pelo SENAI, o qual optou por estudar novamente de 5ª a 8ª séries por ser o curso de modo integrado ao Curso de Auxiliar em Topografia. Os demais alunos tinham reduzida escolaridade formal e haviam estudado, no máximo, até o 5º ano.

Também destaco o fato de que os homens, na maioria dos casos, tiveram que deixar os estudos para trabalhar e ajudar a família financeiramente, enquanto que as mulheres justificaram a impossibilidade de permanência na escola porque engravidaram e tiveram que cuidar dos filhos.

Veremos trechos das histórias de vida desses alunos e notaremos como elas se entrelaçam. Observaremos que algumas questões são recorrentes nas histórias narradas pelos sujeitos, entre elas destacam-se: longo tempo fora da escola, reduzida escolaridade formal e retorno à escola pelo incentivo do ensino integrado à qualificação para o trabalho.

O longo tempo fora da escola pôde ser observado quando os alunos disseram que: “(...) a última vez que eu fui à escola foi em 1997, aí eu voltei em 2010” (André, 35 anos); “(...) eu parei há uns vinte anos de estudar” (Lucas, 51 anos); e “(...) fiquei 12 anos sem estudar” (Antonia, 32 anos). Estes alunos da classe trabalhadora passaram tanto tempo afastados do espaço escolar que acreditavam que a escola não mais lhes pertencia: “eu não queria mais voltar a estudar devido já estar tempo parado demais” (João, 32 anos). Esta sensação de não pertencimento é uma realidade frequente nos cursos de EJA, uma vez que a grande maioria dos alunos esteve muitos anos fora da escola e já não se sente parte dela, o que se evidencia na “ausência de efetivas políticas de universalização das condições de acesso e permanência no ensino fundamental e médio, bem como de universalização do padrão de qualidade das ofertas educativas” (CIAVATTA e RUMMET, 2010).

Nesta perspectiva, a formação humana exige da escola profundas reformulações para abrigar e potencializar a riqueza e a diversidade que para ela convergem quando recebe os alunos da classe trabalhadora.

Segundo Smith (2001),

Sair de casa e ingressar no mundo mais amplo da faculdade ou de uma profissão pode ser difícil e estressante para qualquer pessoa jovem, e não nos surpreende que às vezes seja ainda mais difícil para o adulto jovem com dificuldades de aprendizagem realizar com sucesso essa transição. Problemas contínuos com habilidades escolares, organização, adoção de responsabilidade e estabelecimento de uma rede de apoio pessoal podem prejudicar as tentativas do indivíduo para adquirir a independência econômica e emocional (p. 98).

Os motivos do abandono representam o triste retrato do Brasil e de milhares de jovens e adultos espalhados pelos quatro cantos do país. Os homens participantes da pesquisa relataram que precisaram trabalhar cedo para ajudar financeiramente na casa de seus pais ou formaram, ainda jovens, sua própria família, o que não lhes permitiu continuar os estudos. As mulheres abandonaram a escola também muito cedo, porque logo engravidaram e, na responsabilidade de

assumir a criança, não tiveram como aliar a maternidade e a educação formal ao mesmo tempo.

Referindo-se ao abandono escolar, Azevedo (1999) afirma que

A entrada precoce no mundo laboral, o baixo grau de escolaridade e os baixos requisitos de qualificação profissional, condicionam, por um lado as aspirações individuais desses jovens, e por outro, o desenvolvimento a nível de uma importante área para a economia social. Com o aumento dos níveis de escolarização, o prolongamento da permanência no sistema escolar, numa sociedade onde valorizam as habilitações escolares dos indivíduos, as suas qualificações e competências, as novas tecnologias e a sociedade de informação, o abandono escolar sem a conclusão da escolaridade obrigatória e a saída do sistema escolar sem qualquer diploma escolar constituem áreas críticas da coesão social e são a demonstração de desigualdades e assimetrias sociais (p. 68).

Confirmamos este fato nos discursos que seguem: “Minha mãe foi embora e aí eu tava morando com avó, aí eu decidi parar um tempo também porque eu tinha que trabalhar” (Paulo, 24 anos); e “Engravidei e tive um filho, então devido eu ter esse filho eu parei de estudar e passei seis anos fora da escola, depois eu engravidei de novo, fui mãe solteira, eu vivia trabalhando e cuidando dos meus filhos” (Lúcia, 25 anos). Benavente (1994) é enfática ao dizer que, apesar da existência de causas múltiplas do abandono escolar, não devemos desviar atenção daquela que frequentemente é apontada como sendo uma das principais razões: os alunos que abandonam a escola foram por ela, antecipadamente, abandonados.

Concordo com Freire, quando diz que “ninguém opta pela tristeza e pela miséria, ninguém é analfabeto por opção” (1987, p. 30), mas temos a escolha, por meio da tomada de consciência como autores de nossa história, de como lidar com as situações desafiadoras apresentadas ao longo da vida.

Como aponta Barcelos (2006),

Os estudantes da EJA em sua maioria são pessoas excluídas, que tiveram as suas vozes silenciadas ao longo da vida e que por meio da escola poderão ter a chance de se fazer ouvir. Essas vozes por muito tempo invisíveis, porque silenciadas, poderão deixar de sê-lo na medida em que nos disponhamos a ouvi-las/senti-las/valorizá-las. Defendo que a escola é um dos territórios privilegiados para que essa escuta aconteça (p. 39).

Terem retornado à escola depois de tantos anos representou um grande desafio e uma grande satisfação pessoal: “Eu já tinha muitos anos fora da escola, foi um sucesso, aprendi coisas novas e eu lendo vi que nos concursos estão lá a ciência e suas tecnologias e para mim foi uma maravilha, excepcional, porque trouxe uma inovação sobre as disciplinas, que hoje estão bem modernas, dá vontade de

correr atrás sempre de mais.” (Lucas, 51 anos). É necessário que se compreenda que ter acesso à educação formal é um direito que historicamente foi negado a milhares de brasileiros. Para muitos, a EJA ainda é vista por uma perspectiva negativa que a associa a algo semelhante a compensar, consertar ou curar, como destaca Fernández (2006), e não como uma obrigação do Estado com os cidadãos brasileiros.

Ao se tratar da EJA vinculada à Educação Profissional, vemos se perpetuar a “cultura dos mínimos”, sinalizada por Fernández (2006), em que se presume que o aluno da classe trabalhadora não necessita de conhecimentos rebuscados e aprofundados que estejam voltados para a sua formação integral. No entanto, quando vemos o trabalho como princípio educativo, significa que devemos superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar jovens e adultos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, não apenas como governados (GRAMSCI, 1981). Para este autor marxista, um caminho seria a criação de uma escola unitária, tratado por Furtado e Lima (2010) ao afirmarem que

A escola unitária, portanto, era pensada para superar a bifurcação da escola — uma para os futuros dirigentes e outra para os futuros dirigidos - ou seja, a unificação da mão com a cabeça - na qual a primeira faz e a outra reflete (p. 20).

Este é o desafio que se impõe ao PROEJA FIC nas centenas de turmas espalhadas por todo o país, visto que os alunos reconhecem a necessidade da escolarização: “(...) quando eu fui lá para escola municipal para fazer o fundamental, era porque tinha a necessidade da aprendizagem, do conhecimento, aí como surgiu o PROEJA FIC, eu me candidatei, mas eu já tava disposto a fazer pelo menos o fundamental” (André, 35 anos), o que reforça o pensamento de Soares (2003) ao dizer que é aprendendo que reformulamos nossa maneira de atuar no mundo de modo crítico, reflexivo e como sujeitos construtores de sua própria história. O aluno André continua sua fala dizendo: “(...) o PROEJA FIC me incentivou mais ainda porque eu estava adquirindo mais alguma coisa, uma profissão, um conhecimento de uma área que eu não conhecia.”

A pesca artesanal era a principal fonte de renda da maioria dos homens e mulheres da região. Com a escassez do peixe, tiveram que migrar para outras fontes de renda, inclusive para o emprego formal, e assim passaram a buscar a

elevação da escolaridade e a qualificação profissional a partir do retorno à escola. Compreende-se esta assertiva na fala de um aluno ao afirmar: “(...) eu era pescador, mas aí ela (referindo-se à esposa) viu que pescaria não ia dar muito futuro para mim, aí ‘pintou’ esse PROEJA FIC (João, 32 anos).

É fato que a busca pela conclusão do ensino fundamental tornou-se mais motivante para os alunos pela oferta de um curso integrado à qualificação profissional, em virtude da exigência cada vez maior do mercado de trabalho na busca de pessoas qualificadas e que tenham maior escolaridade, realidade corroborada na fala dos alunos ao dizerem que: “(...) nunca conseguia um cargo melhor devido eu não ter uma escolaridade boa, estudei só até a 5ª série.” (Lúcia, 25 anos); “(...) eu pretendia voltar, mas não sabia quando, aí com essa grande oportunidade do curso, fez com que eu ficasse mais motivado pelo curso, aí eu vi esta oportunidade porque um curso para fazer assim de topografia não é barato, aí eu decidi me inscrever e seguir em frente.” (Paulo, 24 anos); “(..) a importância dele - referindo-se ao PROEJA FIC - para mim foi me trazer de volta para os estudos porque se não tivesse essa oportunidade eu não ia voltar a estudar mais.” (João, 32 anos). Gramsci (2000) nos faz lembrar que se faz necessário que a escola se constitua em espaço de potencialização dos processos de aprendizagem vivenciados fora dela e impregnados de saberes socialmente construídos.

Esta perspectiva impõe como desafio uma nova relação teoria-prática, formulando, em novas bases, os aspectos referentes à organização e ao funcionamento da escola, em que estão inscritas as propostas curriculares. Acerca desse desafio, trata-se de “superar o ser humano cindido, historicamente, pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (CIAVATTA, 2005).

Pensar a educação voltada para atender a necessidade do aluno da classe trabalhadora, implica pensar a questão do trabalho como ponto fundamental para que a EJA alcance “o aluno concreto – enquanto síntese de relações sociais (...)” (SAVIANI, 2008).

As histórias estão entrelaçadas na medida em que se ligam umas às outras por teias comuns. Assim, destaco: o abandono da escola quando crianças para buscar ajudar, ainda que minimamente, nas despesas de suas famílias; o reconhecimento da escolaridade formal para melhor colocação no mercado de

trabalho, bem como o interesse pelo retorno à escola por meio da relação construída pelo PROEJA FIC entre trabalho e educação.

São histórias de lutas, perdas e ganhos ao longo da caminhada. Histórias que retratam as dificuldades de continuidade da escolaridade, de escolhas difíceis ao longo da jornada e, principalmente, de tomadas de decisão que os levaram a optar, apesar das intempéries da vida, pela continuidade dos estudos, usufruindo assim seus direitos tão duramente conquistados.

No item a seguir, discutirei mais aprofundadamente de que maneira se deu a elevação da escolaridade por meio do curso integrado e qual a importância deste curso na vida dos alunos.

4.3 A elevação da escolaridade dos alunos do PROEJA FIC do Instituto Federal do Pará/Campus Tucuruí

A elevação da escolaridade é um direito garantido por lei a todos os cidadãos brasileiros, inclusive aos que não tiveram acesso ao ou oportunidade de estudo na idade própria, conforme preconiza a LDB nº 9394/96, no artigo 37º: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Este texto da Lei está respaldado na lei Magna do Brasil quando, em seu artigo 205, prevê que “a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 128).

Diante da questão legal apresentada, fazemos o seguinte questionamento: como garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo e a formação integral, sem lhe garantir a elevação de sua escolaridade? De que maneira o sujeito terá a compreensão do valor de seu trabalho e assim uma melhor colocação no mercado de trabalho, senão por meio de um nível educacional mais elevado?

Freire (1991) defendia a ideia de que a educação serviria para libertar o sujeito das correntes intelectuais que o aprisionam e que a função da escola deve ser preparar homens e mulheres que lutem por seus direitos e assim construam uma sociedade mais justa e igualitária. Concordamos com o autor ao dizer que

Não podemos alimentar a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, vá contribuir para alterar as condições de moradia, comida e mesmo de trabalho [...] essas condições só vão ser alteradas pelas lutas coletivas dos trabalhadores por mudanças estruturais da sociedade. (p. 70)

As mudanças sociais só chegarão por meio de lutas coletivas, resultado de pessoas que comunguem dos mesmos sonhos e ideias de sociedade. A escola possui a responsabilidade de oferecer uma educação plena em que os sujeitos tomem consciência de seu papel social e assim, organizados, lutem pelo que lhes é de direito. Aqui, no caso do PROEJA FIC, a luta é por um direito básico: o direito à educação, à conclusão do ensino fundamental e à elevação da escolaridade com a continuidade dos estudos por meio do ensino médio e superior.

O documento base do PROEJA FIC prevê que seja garantido ao aluno trabalhador uma formação integral que permita a construção de uma nova perspectiva de vida:

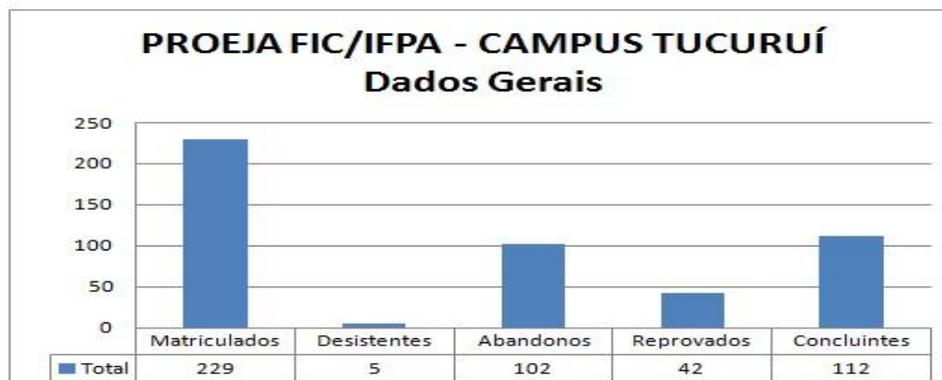
O que se aspira é uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim, uma formação plena. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral. (BRASIL, 2007, p.27)

Como está previsto no documento base do PROEJA FIC e com o qual estou de acordo,

As tentativas de aproximação entre as realidades da educação e do trabalho encontram-se no esforço de articulação da formação profissional com a elevação de escolaridade do trabalhador, que demanda uma Educação Básica de qualidade. Essa formação pressupõe a apropriação de conhecimentos teóricos e práticos, científicos e tecnológicos, do conceito de trabalho como princípio educativo e da cultura técnica articulada à cultura geral. No entanto, é preciso estar consciente de que não é essa concepção que vem predominando no panorama educacional brasileiro. (BRASIL, 2007)

Quanto aos números que comprovam a elevação da escolaridade dos alunos, observamos que 229 alunos matricularam-se no PROEJA FIC, conforme podemos observar no Gráfico 1, nos 09 cursos ofertados no IFPA/Campus Tucuruí. Desses, 112 finalizaram e receberam a certificação de conclusão de ensino fundamental, que foi emitida pela rede municipal de ensino, e a de auxiliares técnicos, emitida pelo IFPA. O número de alunos concluintes representa 48,9% dos alunos inicialmente matriculados. Vejamos:

Figura 9 - Dados gerais dos alunos do PROEJA FIC/Campus Tucuruí, ano 2009



Fonte: Secretaria do IFPA/Campus Tucuruí.

O número de alunos concluintes pode parecer pouco expressivo diante do número total de alunos matriculados, mas ele supera o número de alunos que abandonaram o curso ou mesmo que foram reprovados ou desistentes.⁴ Quase metade de todos os alunos que se inscreveram nos 09 cursos ofertados alcançou a certificação final e, progressivamente, a elevação de sua escolaridade. Isto é um dado significativo, uma vez que a evasão nas turmas de EJA, de modo geral no país, é algo alarmante e preocupante.

De qualquer modo, não posso deixar de destacar o expressivo número de alunos que abandonaram o curso, que foi de 102 alunos, o que representa 44,5% do total. Benavente (1994) sustenta que o abandono na escolaridade obrigatória é um dos mais extremos fenômenos de exclusão que constituem a face visível duma situação mais vasta que atinge crianças e jovens, em ruptura declarada ou silenciosa, com uma escola obrigatória que não é direito, mas tão só dever.

Esse número significativo de alunos que abandonaram os cursos pode ser fruto do contexto que caracterizou o seu ingresso, e é explicado por Fernandes (2010), atual diretora de ensino do IFPA/Campus Tucuruí, ao afirmar que muitos alunos escolheram o curso sem ter conhecimento sobre ele ou habilidade para determinada área. De acordo com a diretora de ensino, o sorteio - método utilizado

⁴O termo “desistente” se refere ao aluno que assinou um termo de desistência da sua vaga no curso e apresentou formalmente os motivos do afastamento. E o termo “abandono” faz referência ao aluno que por número excessivo de faltas deixou de frequentar a escola, sem nenhuma justificativa oficial. Segundo Santos (2005), o abandono escolar é um problema do domínio da conduta de um indivíduo e traduz-se na decisão de deixar a escola sem completar o nível de ensino desejado. Essa decisão não é, de forma alguma, repentina, mas produto de um longo processo de tensões, desajustamentos, fracassos e desinteresse pela escola.

para o ingresso dos alunos - precisa ser revisto, pois desconsidera os interesses e as habilidades do sujeito:

O sorteio como método de seleção mostra-se uma forma equitativa de seleção, porém, não consegue identificar e valorizar as habilidades e conhecimentos dos candidatos, o que se reflete nos indícios de evasão, quando os alunos não identificam suas experiências de vida com os conhecimentos técnicos e as competências trabalhadas nos cursos. (FERNANDES, 2010, p. 81)

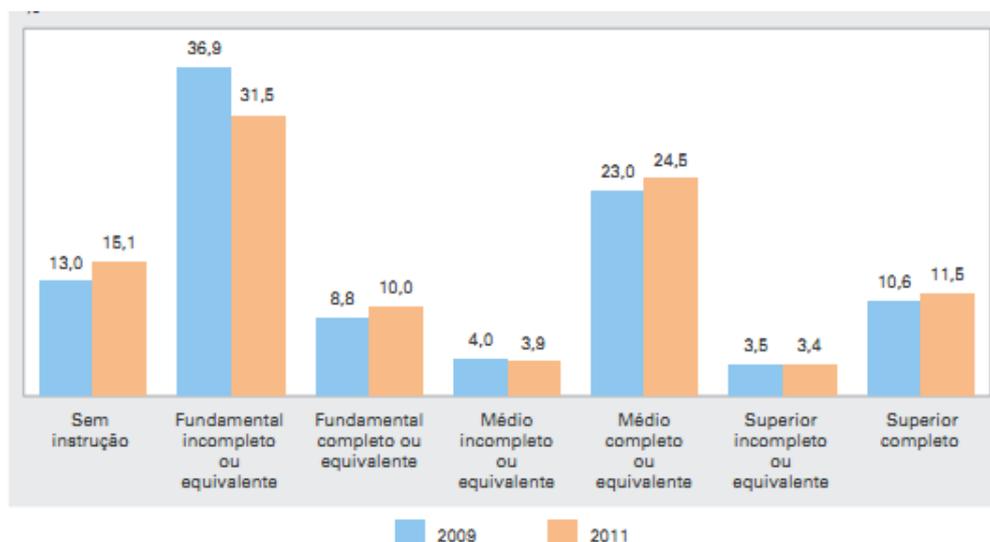
Os alunos que fizeram o curso até o final tiveram oportunidade de elevar sua escolaridade, uma vez que quase todos eles possuíam apenas a primeira etapa do ensino fundamental completa, o que equivale aos quatro anos de estudo. Os alunos relataram, no grupo focal e na entrevista reflexiva realizada, a satisfação do retorno à escola e o desejo de concluir seus estudos no ensino médio e, posteriormente, o de fazer um curso superior. A satisfação alcançada pela elevação da escolaridade, por meio do PROEJA FIC, é observada na fala da aluna ao dizer:

“(...) me ajudou porque a partir do momento em que eles ofereceram uma vaga ‘pra’ gente do PROEJA FIC fazer o ensino médio aqui pelo IFPA que é uma escola conceituada, uma escola que muita gente queria estar e não consegue às vezes, então eles deram essa oportunidade ‘pra’ gente de fazer o curso técnico, que talvez eu não tivesse essa oportunidade se eu não tivesse feito o PROEJA FIC.” (Lúcia, 25 anos)

É importante frisar que a continuidade dos estudos no ensino médio, no próprio IFPA, foi uma reivindicação dos alunos durante todo o curso do PROEJA FIC, e a oferta das vagas específicas para estes alunos foi fruto de suas insistentes solicitações e empenho de alguns de seus docentes.

Nacionalmente houve também a elevação da escolaridade das pessoas de 25 anos ou mais, segundo dados do IBGE/PNAD (2011). Na comparação entre 2011 e 2009, houve queda nacional importante do percentual daqueles que possuíam nível fundamental incompleto ou equivalente, de 36,9% para 31,5%, conforme tabela a seguir.

Figura 10 - Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução - Brasil - 2009/2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2011.

Todavia, apesar da redução do número de pessoas com o fundamental incompleto e do aumento no número de jovens e adultos a concluírem o fundamental, também houve o crescimento de 13,0% para 15,1% de pessoas sem instrução, o que mostra que ainda há muito por fazer para minimizar ou erradicar a injustiça educacional crescente em nosso país.

No próximo item, apresentarei, a partir da análise da fala dos sujeitos, a contribuição do PROEJA FIC para a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho dos ex-alunos do programa.

4.4 A inserção no mercado de trabalho pós PROEJA FIC: o que dizem os alunos

A inserção no mercado de trabalho é sempre um desafio para a maioria dos brasileiros e, em especial, para os que possuem reduzida escolaridade formal, conforme podemos observar na tabela abaixo, que apresenta a relação direta entre o nível de estudo e o rendimento salarial. Quanto maior o grau de instrução, maior será a remuneração:

Tabela 3 - Relação entre grau de instrução e remuneração, IBGE, 2011

Nível de estudo mais elevado X rendimento médio (pessoas ocupadas de 10 anos ou mais) – 2007-2011

Grau de instrução	2007	2008	2009	2011
Sem instrução	376,64	396,89	402,55	540,28
Fundamental incompleto ou equivalente	598,76	617,29	621,83	698,79
Fundamental completo ou equivalente	844,75	851,75	865,05	938,55
Médio incompleto ou equivalente	707,10	724,59	731,25	802,41
Médio completo ou equivalente	1139,32	1144,85	1154,98	1202,74
Superior incompleto ou equivalente	1577,74	1599,55	1569,58	1577,85
Superior completo	3579,73	3451,21	3429,79	3510,44

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Rendimento de todos os trabalhos na semana de referência inflacionado pelo INPC de setembro de 2011

Ao se perguntar aos entrevistados sobre a inserção no mercado de trabalho pós PROEJA FIC e se este programa, por meio do curso de Auxiliar de Topografia que fizeram, contribuiu para conseguirem um emprego na área cursada, os alunos responderam que o curso foi muito importante pelo conhecimento novo que obtiveram, mas que não contribuiu para a consecução dum emprego na área, uma vez que as empresas locais já não contratam pessoas somente com o ensino fundamental e com o certificado de Auxiliar de Topografia.

Confirmei isto nas afirmativas “(...) a mim mesmo não ajudou de maneira nenhuma a adquirir um emprego, o nosso município tem deficiência nessa área de emprego ‘pra’ auxiliar, agora ‘pra’ técnico já tem” (André, 35 anos); “(...) ainda não ‘tô’ praticando a área, porque eu ‘tô’ deixando terminar o curso de agrimensura ‘pra mim’ operar na área” (João, 32 anos); e “(...) o auxiliar foi bom ‘pra mim’ abrir a minha mente, ‘pra mim’ querer estudar mais ainda, só que o auxiliar não tem tantas vantagens, só se tiver o acompanhamento de um topógrafo” (Nazaré, 24 anos).

Os alunos entrevistados compreendem a necessidade da continuidade dos estudos e da elevação da escolaridade para a garantia de uma melhor colocação no mercado de trabalho, embora a conclusão do Fundamental integrado ao Ensino Profissional não tenha ajudado a entrarem no mercado de trabalho (apenas com o certificado de auxiliar). Continuam buscando a elevação da escolaridade, no nível médio, por acreditarem que o curso técnico lhes dará mais chances de emprego, mas também buscam um conhecimento que lhes proporcione não apenas a formação técnica, do fazer, mas uma formação integral, que os lance adiante, conforme preconiza Ciavatta:

Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. (2005, p. 84)

Isso que diz Ciavatta é a discussão mais recente na área de formação integrada, mas como se viu, na realidade dos alunos, essa formação ainda está distante de ser alcançada.

Diante desta questão, indaga-se se a comunidade, os sindicatos e a população em geral foram consultados para a escolha de cada curso que seria oferecido, uma vez que é evidente para os alunos a dificuldade de atuação na área como auxiliares de topografia nos municípios de Tucuruí e Breu Branco, onde os cursos foram ofertados. Outra questão que merece ser analisada é se os cursos foram definidos considerando a vocação que os municípios possuem, dadas as suas características e riquezas naturais⁵

A Prof.^a Neusa Fernandes⁶, diretora de ensino do Campus Tucuruí, aponta aspectos positivos e negativos do processo de ingresso e destaca, entre outras questões, alguns pontos que merecem ser discutidos. Assim:

Uma ação que teria contribuído para atingir o público mais específico, ou seja, com o conhecimento e habilidades nas áreas ofertadas, seria a divulgação do projeto junto as cooperativas, empresas e sindicatos. Um problema identificado, na etapa de inscrições, foi a falta de esclarecimentos aos candidatos quanto à proposta e natureza dos cursos do projeto. (FERNANDES, p. 81)

Entende-se, portanto, que o curso poderia ter tido uma outra vertente se as cooperativas, empresas e sindicatos tivessem sido consultados ou mesmo se

⁵Esta questão, entre outras, foi apontada no livro “Encontro Nacional PROEJA FIC 2010”, resultado do primeiro encontro nacional do PROEJA FIC que ocorreu em Porto Alegre no ano de 2010, organizado pelo MEC/SETEC, que reúne resumos dos seis grupos de trabalhos: GT1 - Materiais didáticos, didáticas e inovações pedagógicas; GT2 - Monitoramento, acompanhamento e avaliação; GT3 - Regime de colaboração: Institutos Federais/Municípios/Governos Estaduais; GT4 - Acesso e Permanência; GT5 - Formação de Professores; e GT6 - Currículo Integrado. Como membro do GT5 – Formação de Professores (RELATO 2 – ANEXO), publiquei um resumo em que levantava questões quanto ao modo como está sendo desenvolvido o programa no Estado do Pará e propunha um monitoramento permanente de todas as ações, como já previsto na carta convite, mas que de fato ainda não estava acontecendo no estado.

⁶Participou do GT4 – Acesso e Permanência - e publicou também um resumo no Livro “Encontro Nacional do PROEJA FIC”.

houvessem destinado vagas específicas para esse público que já atuava na área. Ao final do texto, a diretora diz que acredita que a evasão teria sido reduzida se esta ação e o esclarecimento sobre o curso tivessem sido realizados, desse modo evitar-se-iam discursos nesse sentido: “(...) vou terminar o curso, como eu falei ‘pro’ professor, quero terminar o curso, quero trabalhar e através do meu curso poder fazer enfermagem” (Fátima, 29 anos), e continua dizendo: “(...) é uma área que eu gosto, eu gosto de cuidar das pessoas, eu tenho aquele amor assim pelo próximo, vontade de ajudar, aquele tipo de coisa assim que eu gosto muito”, ou seja, a aluna deseja a formação profissional e gostaria de atuar em uma determinada área que atende suas necessidades, área diferente ao curso que está fazendo.

Ainda merece ser pontuada a questão do tempo gasto na finalização de um curso que não atende às expectativas futuras de trabalho. É um tempo caro, pois recursos públicos são investidos e, para quem já esteve por anos longe da escola, algo precioso, dada à difícil situação de conciliação com a vida cotidiana, tais como, filhos, família de um modo geral, jornada extensa de trabalho e estudo.

A ausência de oferta de cursos de qualificação profissional para as turmas de EJA, característica do século anterior, é substituída por uma ampliação expressiva de oportunidades de acesso a cursos, como está prescrito na LBD nº 9394/96, que, embora diferenciados, guardam como ponto comum, no mais das vezes, as características que irão convergir para o que Kuenzer (2005) denominou como “certificação vazia”.

Apenas um aluno, dos quinze que participaram da pesquisa, trabalha na área do curso como autônomo, e esta ainda não é a sua principal fonte de renda, pois trabalha em uma empresa de conserto de material eletrônico: “eu faço nivelamentos, sempre muitas pessoas me procuram.” (Lucas, 51 anos). Este aluno, que de certo modo já atua na área do curso, informou que desejava criar uma cooperativa com os colegas de turma para que pudessem se organizar e assim oferecer o serviço de modo mais estruturado, mas seu projeto não teve o apoio por parte dos colegas e nunca foi executado. Também foi o único que afirmou possuir equipamentos que comprou com seus próprios recursos financeiros, o que lhe possibilitou atuar na área e o ajudou (e tem ajudado) a compreender melhor as disciplinas técnicas do curso. São suas estas palavras:

Eu já comprei uma estação total⁷, eu sou o único aluno que tem mais material da área de Agrimensura. Eu 'tô' pensando em comprar um GPS e lá no estudo diz que quando você começa a fazer as coordenadas cartesianas por GPS vai lhe dar ênfase para que aprenda a trabalhar com a estação total, vai ganhar conhecimentos 'pra' mexer com ela. (Lucas, 51 anos)

O alto custo do material impossibilita os demais alunos a exercerem a profissão de modo autônomo, e assim passam a buscar trabalho em empresas, que, no entanto, só contratam o topógrafo que geralmente já possui seus auxiliares, conforme depoimento de uma aluna: "(...) é um pouco dificultoso conseguir emprego porque o auxiliar já é indicado pelos topógrafos e todo topógrafo já vem com seus auxiliares" (Nazaré 24, anos). Isto revela que os promotores do curso não conhecem de fato a realidade local quanto à possibilidade de emprego para os futuros egressos.

Foi relatado que uma ex-aluna do curso foi para o município de Altamira⁸ e logo conseguiu emprego, "(...) uma colega da gente deixou o curso, ela 'tá' em Altamira trabalhando, ela so fez o curso de Auxiliar de Topografia e ela 'tá' muito bem, ela agradece muito ter feito" (Fátima, 29 anos). Milhares de pessoas do Pará e de diversos estados do país migraram nos últimos anos para este município em decorrência da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte⁹, no rio Xingu, às proximidades da cidade. Isto tem gerado muitos empregos temporários, e como a mão de obra técnica especializada é bastante escassa na região, os que possuem certificação técnica de Auxiliar de Topografia e apenas o ensino fundamental, por exemplo, com certa facilidade são empregados.

A compreensão de que não há oportunidade de emprego para Auxiliar de Topografia em Tucuruí é notada na fala do aluno ao mencionar seu desejo de atuar

⁷Para Kavanagh e Bird (1996), uma estação total é o conjunto definido por um teodolito eletrônico, um distanciômetro a ele incorporado e um microprocessador que automaticamente monitora o estado de operação do instrumento.

⁸Altamira é o maior município brasileiro em extensão territorial, com uma área de **159 695,938 km²**. Localiza-se no Estado do Pará e sua população estimada para 2013 **é/era** de 105.106 habitantes (IBGE, 2010).

⁹Em potência instalada, a usina de Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da brasileira e paraguaia Itaipu e será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira. Sua construção ainda é causa de diversos conflitos com ambientalistas brasileiros e internacionais, comunidades indígenas e um grande número de pessoas que, preocupados com os impactos causados à fauna, flora, cultura indígena local, entre outros, criaram forte oposição à sua instalação no local.

na área, mas fora da cidade “(...) pretendo trabalhar na área do meu curso, é só eu terminar que eu vou viajar e usar o que eu aprendi.” (João, 32 anos).

Quando levantada, no grupo focal, a questão da inserção no mercado de trabalho somente com o ensino fundamental e certificado de Auxiliar de Topografia, os alunos foram unânimes ao afirmar que foi muito importante terem concluído o ensino fundamental, em especial, com o curso de Auxiliar Técnico, pois isso lhes garantiu um novo conhecimento, contudo, não foi suficiente para que pudessem ter um emprego na área, dada à escolaridade ainda reduzida.

Na fala de um dos alunos, corroborada pelos demais, podemos confirmar essa questão:

(...) quanto à contribuição do estudo sobre o emprego não fluiu muito, não porque não houvesse um aprendizado, o aprendizado houve, mas para emprego hoje o estudo do PROEJA FIC não contribui muito porque quando vai se fazer uma prova de concurso, o aprendizado dele ainda é baixo para disputar vagas de emprego (Grupo focal).

Outro aluno fez referência ao baixo nível de escolaridade mesmo com o ensino médio completo, afirmando não ser suficiente para a disputa por uma vaga de emprego no mercado de trabalho:

(...) a gente ainda não consegue disputar as vagas que foram ofertadas, quando tiver o concurso de Topografia, a gente ainda não ‘ta’ preparado pra disputar de igual com as outras pessoas que já tem o ensino superior e já tiveram um curso mais abrangente, mais focado. (Grupo focal)

Existe outro agravante que precisa ser considerado que é a dificuldade na conciliação entre trabalho e estudo. Ficou evidente esta questão quando o aluno diz: “decidi largar o emprego e ficar só nos estudos mesmo” (Paulo, 24 anos). A LDB faz referência ao trabalhador na escola e garante seu acesso ao espaço escolar e a permanência nele como um direito subjetivo. O artigo 37 da referida lei diz:

Art. 37 A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996)

Essa difícil escolha entre se manter no emprego ou continuar os estudos é o dilema que se impõe aos milhares de jovens e adultos que retornam ao espaço escolar em todo o Brasil. Homens e mulheres trabalhadores ficam sem o real direito de opção e findam, na maioria das vezes, abandonando a escola para manter seu emprego, que comumente é a única geração de renda da família, e passam boa parte da vida observando a escola de longe, como um desejo não realizado ou sonho que somente alguns podem realizar.

Tal realidade explica o fenômeno do ingresso e reingresso escolar, fruto da alternância entre períodos de emprego e desemprego e provocado também pelas novas imposições do mercado de trabalho quanto à qualificação do trabalhador. Tal situação é responsável por uma trajetória de escolarização sinuosa dos jovens e adultos.

Chega-se, ao final deste item, ao resultado de que o mercado de trabalho exige do trabalhador não apenas a escolaridade fundamental, mas ao menos a escolaridade básica e a formação técnica, portanto, nível de ensino médio completo, necessárias para que este trabalhador possa exercer sua profissão com competência compreendendo seu papel social.

4.5 A compreensão dos docentes do IFPA/Campus Tucuruí quanto à continuidade dos estudos e à educação profissional no PROEJA FIC

Após apresentar as discussões que trataram do ingresso e permanência no PROEJA FIC, história de vida dos alunos, elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho pós PROEJA FIC, neste último item abordarei a compreensão dos docentes quanto à elevação da escolaridade e à educação profissional dos alunos do PROEJA FIC.

Os professores que participaram da pesquisa atuaram nos cursos do PROEJA FIC ministrando as disciplinas técnicas e tiveram uma participação fundamental no sentido de ajudar a compreender como se trataram a elevação da escolaridade e a qualificação profissional no decorrer do curso. Os dois professores, sujeitos da pesquisa, são concursados do IFPA/Campus Tucuruí que ministraram disciplinas técnicas nas turmas do Curso de Auxiliar em Topografia/PROEJA FIC e que permanecem como docentes no Curso de Agrimensura/PROEJA Técnico.

Inicialmente os dois professores relataram brevemente sua história de vida e como se tornaram docentes do PROEJA FIC; posteriormente, relataram a formação continuada que tiveram para atuar no curso, as dificuldades encontradas, a inserção no mercado de trabalho e a elevação da escolaridade dos alunos do PROEJA FIC. Chamei os professores participantes da pesquisa de Professor FIC 1 e Professor FIC 2.

O Professor FIC 1 é paraense, 42 anos, fez o curso de Engenharia Civil na Universidade Federal do Pará e, antes de atuar como docente no IFPA/Campus Tucuruí, trabalhou coordenando projetos e captando recursos junto a diversas prefeituras, inclusive em outros estados brasileiros e noutro país. Chegou ao município de Tucuruí, por meio de uma empresa multinacional onde trabalhava, com a missão de construir o cais da cidade no ano de 2001, lá permaneceu até o ano de 2003. Com a conclusão das obras, retornou para São Paulo, onde residia, e em 2005 voltou para Tucuruí para passar suas férias onde fixou residência definitiva. Em 2007 passou no concurso para professor substituto do Campus Tucuruí e no ano de 2008 foi aprovado no concurso para professor efetivo desta mesma instituição.

O Professor FIC 2, 41 anos, também paraense, é engenheiro agrônomo e ex-estencionista rural da EMATER. Fez especialização em docência no ensino superior e lecionava em uma faculdade particular antes de ser aprovado no concurso do IFPA/CampusTucuruí. Atualmente está cursando o Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca no Centro de Ciências Biológicas da UFPA. É professor efetivo do Campus Tucuruí há três anos e meio, possui seis anos de experiência como docente, incluindo os anos como professor de uma faculdade particular. O convite para atuar como professor nos cursos do PROEJA FIC ocorreu porque o professor que era titular da disciplina de Topografia foi transferido para Belém. Assim, assumiu a turma no final de 2010 quando já havia iniciado. Nenhum dos dois professores tinha experiência docente em turmas de EJA.

A proposta do PROEJA FIC, presente no Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC, enviada aos Institutos Federais em abril de 2009, orienta que o programa cumpra determinadas etapas, entre elas a formação continuada dos profissionais envolvidos na implantação dos cursos. Assim reza o documento:

4.3 - Das etapas do projeto:

Cada projeto deverá conter obrigatória e simultaneamente todas as ações previstas neste documento:

A - Formação continuada de profissionais para implantação dos cursos PROEJA FIC;

B - Implantação dos cursos PROEJA FIC;

C - Produção de material pedagógico de orientação e subsídio para a implantação e desenvolvimento dos cursos PROEJA FIC;

D - Monitoramento, estudo e pesquisa com vistas a contribuir para a implantação e consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões atinentes ao PROEJA considerando a realidade do público a ser atendido. (BRASIL, 2009).

Vale destacar uma falha na elaboração do documento no item 4.3, seção A, que enfatiza que a formação continuada será destinada à 'implantação dos cursos' e não de modo permanente, contínuo, durante todo o seu período como deve ser.

No documento, ainda é colocado que todos os que forem trabalhar com as turmas do programa, indiscriminadamente, devem ser capacitados, como segue no item posterior do mesmo documento: "4.6.5 - Todos os profissionais envolvidos, docentes, profissionais da educação, técnicos e gestores, deverão ser capacitados em curso de formação continuada", o que nos leva a crer que não somente professores, mas também técnicos em educação, assistentes administrativos, gestores e demais funcionários que atuem diretamente com os alunos do PROEJA FIC necessitam ter o conhecimento necessário sobre o curso, seus objetivos e proposições, além das características particulares desse alunado.

Ao tratarmos de características específicas dos alunos jovens e adultos, devemos ir para além da questão didática e curricular, considerando sua bagagem de conhecimentos já construídos e experimentados ao longo da vida. Sobre essa questão, reporto-me a Thompson (2002) ao afirmar que

O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e do currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo. (p. 13)

Isto reforça a importância da formação continuada dos profissionais que lidam diretamente com os alunos da EJA. No IFPA/Campus Tucuruí, segundo relato

da diretora de ensino, a formação docente ocorreu de modo contínuo e previa o cumprimento de seminários, palestras e cursos de formação, em períodos mensais, para todos os docentes da rede municipal de ensino e do Campus Tucuruí que estivessem ministrando disciplinas aos alunos do PROEJA FIC.

O Professor FIC 1 informou ter participado do Encontro Regional Norte do PROEJA, promovido pelo MEC em parceria com o Instituto Federal do Amazonas, que ocorreu em Manaus de 05 a 07 de outubro de 2010. Este evento, segundo ele, o ajudou em sua formação: “(...) fomos até Manaus fazer uma capacitação para poder adquirir essa flexibilidade para trabalhar com o PROEJA FIC uma vez que não é uma educação de forma normal, é ‘atípica’ em função até mesmo do período que esses alunos passaram longe da escola”. A educação EJA possui especificidades que precisam ser respeitadas para que a aprendizagem seja significativa.

O documento base do PROEJA FIC enfatiza esses aspectos quando diz que é necessário que os conhecimentos e saberes dos educandos sejam respeitados para que a aprendizagem torne-se significativa. Acerca disso:

Reconhecer e respeitar a bagagem de conhecimentos que educandos e educandas trazem consigo e, através deles, elaborar o que será trabalhado é a motivação para que novos conhecimentos sejam buscados, não se pode ignorar aquilo que foi sendo construído durante a trajetória de cada um e cada uma, pois as pessoas que buscam a modalidade PROEJA FIC têm sua história, a qual foi esculpindo a identidade e a cultura, através de valores, crenças, convivências, simbologias, representações, relacionamentos e prática no trabalho. Também é necessário reconhecer que o processo educativo é inerente ao ser humano, em todos os espaços e momentos, não está restrito ao ambiente e tempo escolar. (BRASIL, 2007)

Mais adiante, algo que chamou a atenção na fala do Professor FIC 1 foi o fato de ter relatado que, nos cursos de capacitação, foi colocado que “(...) no PROEJA FIC as provas têm que ser *light*, as perguntas têm que ser mais objetivas e superficiais”, prática da qual ele discorda. De maneira geral, trata-se o aluno jovem e adulto que esteve muito tempo distante da escola como incapaz de aprender no mesmo nível dos demais alunos que não interromperam seus estudos. Ele informou que sempre dizia nas turmas do PROEJA FIC que

(...) no dia que vocês forem fazer um concurso para disputar uma vaga de Técnico em Edificações, Agrimensura ou qualquer que seja a modalidade, vocês não vão ser diferenciados nas perguntas porque foram alunos do PROEJA FIC, então vocês têm que se esforçar, assim como há o esforço do professor para que a gente possa produzir profissionais em condições de igualdade com o restante dos profissionais que disputam o mercado de trabalho. (PROFESSOR FIC 1)

Este é o papel do professor progressista, segundo Freire (1979): “(...) desafiar a curiosidade ingênua do educando para, com ele, partear a criticidade”. O professor narra ainda sua satisfação ao ver seus alunos cursando o Ensino Médio e alguns desejosos de continuar os estudos no Ensino Superior.

Quanto à educação garantida aos jovens e adultos no Brasil no sentido de ofertar sempre o mínimo, concordamos com Furtado e Lima (2010) ao discutirem que o direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população, pelas relações assimétricas de poder, ensejando exclusão social e dando origem à luta por uma educação que respeite e atenda às necessidades dessa população.

Quanto à capacitação para atuar nos cursos do PROEJA FIC, o Professor FIC 2 informou que já iniciou seu trabalho com os cursos em andamento e que, por isso, participou de apenas dois seminários, não sendo, em sua opinião, suficientes para capacitá-lo para atuar com essa modalidade de ensino, como vemos no próprio discurso do professor:

(...) eu achei que os treinamentos não foram suficientes para a gente se tornar professores do PROEJA FIC (...) eu acho que as capacitações seriam suficientes se os professores já tivessem experiência com esse tipo de público, de como lidar por exemplo com material didático, de como produzir um material didático adequado, de como aplicar as metodologias corretas para aquele grupo. (PROFESSOR FIC 2)

Observo os anseios do professor e sua percepção quanto à ausência da formação contínua, uma vez que se trata de um público totalmente novo, que exige deste profissional conhecimentos prévios quanto à elaboração de material didático contextualizado, avaliação, metodologias adequadas, conhecimento de experiências exitosas, entre outros. Compreendo ainda que, mesmo com formação adequada, cada aluno da EJA é um universo único, possuidor de múltiplos saberes, e que por isso sempre será exigido do professor que novas práticas pedagógicas sejam constantemente pensadas. Por se tratar do PROEJA FIC, um programa novo que possui proposta inovadora, o desafio torna-se maior para todos.

Os alunos afirmaram ter tido bons professores, mas mencionaram em seus discursos somente os professores das disciplinas básicas que eram da rede municipal de ensino e que já possuíam experiência em turmas da EJA, como segue: “(...) tivemos bons professores, que nem o professor de português, a professora de matemática, a professora de ciências que foram professores muito marcantes, (...)”

tinham uma metodologia de ensino muito eficaz e eu estava muito motivado.” (Grupo focal). Isto demonstra que, por se tratar de um público muito recente para os Institutos Federais, os professores das disciplinas técnicas ainda possuem significativa dificuldade para atender didaticamente esse alunado, o que justificaria a formação permanente e a troca de experiências por meio de grupos de trabalho, pesquisa e estudo dos docentes.

Um dos alunos durante o grupo focal fez a seguinte assertiva: “eu acho que as aulas técnicas do curso ficaram muito a desejar”. O Professor FIC 2 reconhece a dificuldade encontrada pelos docentes e relata que, “(...) com relação aos professores, as metodologias que a gente aplicou lá e o material didático não foram muito adequados não”.

Os alunos foram unânimes ao ratificarem a escassez de professores para atuar nas disciplinas técnicas no curso:

Quando eu entrei no curso eu entrei assim com um sonho de pegar o aparelho e ter um domínio com ele, mas não houve porque não tinha professores suficientes ‘pra’ atender a demanda de ensino que era necessária, que até hoje ainda tem essa deficiência tão grave ainda da parte técnica, mas da parte disciplinar está excelente, ‘tô’ gostando. (Grupo focal)

Esta afirmativa é corroborada pelo que diz o Professor FIC 2 quando afirma que sozinho ministrou quase todas as disciplinas técnicas do Curso de Topografia, dada à carência de profissionais habilitados para atuar nesta área, no Campus Tucuruí. O mesmo professor também apresentou a questão do tempo como um problema, pois “(...) o tempo requerido para trabalhar com o pessoal de PROEJA deve ser dobrado, uma vez que eles têm uma realidade diferenciada e a gente está aplicando a mesma carga horária de curso regular” (PROFESSOR FIC 2). O professor afirma que a carga horária reduzida é um empecilho para a aprendizagem dos alunos.

O Professor FIC 1 fez referência à dificuldade que alguns alunos dos cursos técnicos possuem em disciplinas técnicas que necessitem dos conhecimentos de Física e Matemática, e disse que a situação se agrava quando se trata dos alunos ex-PROEJA FIC: “(...) com os ex-alunos do PROEJA FIC a situação se agrava mais ainda, porque além dessa dificuldade na base, existe a questão do tempo porque todo o conhecimento adquirido e não praticado cai no esquecimento”.

Concordo com Barcelos (2010) ao dizer que

Os desafios que essa modalidade tem colocado aos educadores e educadoras estão a desassossegar e a exigir que aprofundemos os processos de investigação e de reflexão sobre o currículo, bem como que se busque estabelecer interlocuções com diferentes áreas e, também, com diferentes pensadores (p. 42).

O Professor FIC 1 diz que, apesar da grande dificuldade dos alunos, “(...) não há nada que não pudesse ser superado uma vez que grande parte desses alunos também demonstrava um interesse sobrenatural, muitas vezes não vistos em outros cursos mais avançados”. Fato corroborado por um dos alunos durante o grupo focal ao dizer: “(...) comecei a estudar o PROEJA FIC, aí eu fui gostando e relembro o que eu já sabia, estava só escondido mas eu sabia um pouco e fui levando para frente.”

Sobre a inserção no mercado de trabalho e a elevação da escolaridade dos alunos do PROEJA FIC, objeto da pesquisa, o Professor FIC 1 relata sua satisfação em encontrar alunos que concluíram o curso e estão trabalhando na área: “(...) eu tive a felicidade de encontrar agora em Altamira, durante a construção da usina Belo Monte, alunos que fizeram o PROEJA FIC e que são chefes de equipes de campo e estão na área da Topografia.” O professor afirma que houve um “(...) agigantamento da parte dos professores e do próprio Instituto no sentido de possibilitar que esses alunos viessem a ser inseridos de maneira satisfatória no mercado de trabalho.” Esta posição não condiz com a realidade apresentada pelos alunos quanto à dificuldade em conseguir um emprego na área do curso, nos municípios de Tucuruí e Breu Branco, como apresentado no item anterior.

A opinião do Professor FIC 2 é coerente com a dos alunos, pois reconhece a não existência de vagas de emprego no município de Tucuruí, seja em empresas ou como autônomo, no ramo de Auxiliar de Topografia. Acerca disto diz que “(...) no momento em Tucuruí o mercado para Auxiliar de Topografia não é muito bom realmente. Para trabalhar como autônomo é necessário ter um registro no conselho do CREA e só pode ter quem tem o curso técnico”. O professor compreende que sem a elevação da escolaridade é impossível ter uma colocação satisfatória no mercado de trabalho: “(...) talvez seja isso que levou os alunos a procurar o curso técnico para se qualificarem, já que a oferta de trabalho nos grandes projetos em Tucuruí, já não é mais vista como antes”.

O Professor FIC 2 diz que, se os professores pudessem trabalhar exclusivamente com as turmas do PROEJA FIC, os resultados poderiam ser melhores. Em suas palavras afirma que “(...) o IFPA não dispõe de professores para trabalhar exclusivamente no PROEJA FIC; essa foi uma das dificuldades que se teve”. Justifica-o ainda dizendo que a atuação do docente nas turmas do PROEJA FIC exige um trabalho dobrado, não é a mesma coisa que trabalhar para um curso técnico regular, “(...) tanto no esforço do professor como no tempo que ele tem que se dedicar para aquelas turmas”.

O ensino integrado nas turmas do PROEJA FIC e o modo como se deu a interlocução entre as disciplinas básicas e técnicas foram questões levantadas pelos alunos durante o grupo focal, que merecem aqui ser relatadas. Eles informaram que perceberam que as disciplinas não estavam de acordo com o curso e decidiram solicitar uma reunião com a coordenação do IFPA/Campus Tucuruí, para pedir que novos direcionamentos fossem dados: “(...) aí a gente decidiu realmente reunir e chamar o pessoal aqui do Instituto para ver se pudessem colocar o assunto do nosso curso, não ‘tava’ saindo o que era, o planejamento não era de acordo com o curso”. Os alunos disseram que a disciplina Matemática passou posteriormente a ser voltada para as questões do curso: “(...) o ensino da matemática ‘lá’ do FIC começou a cair assuntos que a gente ia usar no nosso curso”.

Essa dificuldade de integração entre as disciplinas gerais e técnicas justifica-se por essa concepção estar arraigada na formação e prática dos docentes, em que “(...) de um lado, ocorre uma escolarização propedêutica voltada apenas para os conhecimentos gerais e do outro uma formação profissional de caráter instrumental para o trabalho (BRASIL, 2007).

O ensino integrado no PROEJA FIC é um desafio que se impõe aos docentes de todo o país, especialmente quando essa integração não depende de apenas uma instituição, mas de duas, como é o caso aqui por se tratar de uma parceria entre IFPA e Prefeitura. Nosso ensino durante muitos anos foi fragmentado, e quebrar as barreiras desse ensino setorizado é uma missão que nos é proposta, dadas às problemáticas atuais e às novas necessidades educacionais.

Nesse ponto, é bom lembrar o que diz o documento do PROEJA FIC:

Deve-se, pois, levar em conta que o momento histórico é outro e que a fragmentação curricular não responde mais aos questionamentos atuais, bem como é insuficiente como base para a percepção dos problemas contemporâneos, que necessitam de um olhar mais integrado. Isso pode se dá com a colaboração das diferentes áreas do conhecimento tanto acadêmicas quanto profissionais. Essa visão mais integrada, aliada às necessidades do próprio ser humano, poderá proporcionar um desenvolvimento mais amplo do estudante (BRASIL, 2007).

Esse desenvolvimento do estudante é esperado por meio da continuidade de seus estudos, a esperada elevação da escolaridade, que foi referida pelo Professor FIC 1 ao relatar que sempre houve essa preocupação, não apenas dos professores do curso, mas da instituição. Disse, ainda, que a continuidade dos estudos deu-se "(...) a partir do momento em que, ao finalizar o PROEJA FIC, promoveu-se a abertura de vagas para novos cursos e níveis imediatamente mais elevados e a prioridade para os alunos do PROEJA FIC ficava evidente".

O professor também relatou que em determinada situação os alunos do PROEJA FIC participaram de uma semana de exposição técnica da empresa Amanco Tubos e Conexões, em Tucuruí, juntamente com outros alunos de cursos técnicos e superiores, quando o palestrante da Amanco informou que "(...) muitas perguntas só foram respondidas por estes alunos do FIC", o que representou para o professor que, de fato, estava ocorrendo aprendizagem. Segundo o Professor FIC 1, isto "(...) demonstra claramente que o professor é apenas um orientador e que o aluno busca e buscou os conhecimentos, para que pudesse adquirir essa transformação mediante a situação em que eles viviam, para o futuro que se criou através do PROEJA FIC." Para os docentes, é importante que tenham "consciência de seu dever e do conteúdo filosófico desse dever." (GRAMSCI, 1981).

A garantia de vagas específicas aos ex-alunos do PROEJA FIC no PROEJA Técnico, no Curso de Agrimensura, foi uma luta de todos os alunos que desejavam que a oferta por vagas no IFPA se mantivesse no Ensino Médio. Foi uma conquista também de seus professores, com destaque especial para o Professor FIC 2, que, representando os alunos dentro da instituição (Eles o têm como uma espécie de 'padrinho' do PROEJA FIC), se tornou seu porta voz para que o curso fosse ofertado pela primeira vez na modalidade do PROEJA e com metade das vagas destinadas aos alunos oriundos do PROEJA FIC.

Aqui encerro este capítulo que objetivou descrever e analisar os resultados da pesquisa realizada com alunos, ex-alunos e professores do PROEJA FIC do IFPA/Campus Tucuruí. Que seus resultados se acrescentem aos tantos

outros já realizados no país sobre esse programa federal e sirva de caminho para que muitos outros sejam realizados e juntos possamos construir não apenas o entendimento das problemáticas levantadas, mas as soluções tão almejadas para os novos e antigos problemas!

5 CONCLUSÃO

Ofertar educação para todos como garantem as leis brasileiras e internacionais, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, tornou-se uma grande luta, na qual os guerreiros da labuta diária são as vítimas dessa exclusão. São homens e mulheres trabalhadores cujos nomes e rostos tornaram-se ignorados ou esquecidos, uma vez que, no Brasil, muitas leis são apenas projeções de direitos futuros e, quando efetivadas de fato, chegam tardiamente para muitos.

Voltando à questão de partida, reforço que esta tese se propôs responder a seguinte problemática: A oferta do ensino integrado da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA, por meio do programa federal PROEJA FIC, apresentou-se como alternativa eficaz para a garantia da elevação da escolaridade e melhor inserção dos alunos do IFPA/Campus Tucuruí, no mercado de trabalho?

Assim, seu objetivo foi investigar quais contribuições o PROEJA FIC trouxe para a qualificação profissional e a elevação da escolaridade dos alunos inseridos nas turmas do Programa, bem como a atuação docente presente nos cursos oferecidos para a garantia da continuidade dos estudos e melhor inserção desses alunos no mercado de trabalho.

Ao final da pesquisa, cheguei a algumas conclusões quanto às turmas do PROEJA FIC ofertadas pelo IFPA/Campus Tucuruí aos jovens e adultos trabalhadores. A saber:

- a) a oferta do ensino integrado da EJA com a Educação Profissional em turmas concluintes do Ensino Fundamental foi um fator determinante para que os alunos entrevistados retornassem ao espaço escolar; assim, posso afirmar que o PROEJA FIC contribuiu para que houvesse a elevação da escolaridade dos alunos participantes do programa. Essa elevação da escolaridade também se deu por meio da garantia de

vagas específicas para que ex-alunos do PROEJA FIC pudessem ingressar no Ensino Médio em turma do PROEJA Técnico, no próprio IFPA/Campus Tucuruí;

- b) por outro lado, foi apontado pelos alunos que faltou oferta no Ensino Médio para os egressos dos outros cursos do PROEJA FIC. Se mais turmas fossem ofertadas com vagas específicas, os alunos concludentes teriam interesse em também elevar sua escolaridade;
- c) a qualificação profissional por meio da certificação, em nível fundamental, de auxiliar nas turmas do PROEJA FIC não foi suficiente para a inserção no mercado de trabalho na área do curso, no município de Tucuruí-PA, visto que é exigido do profissional, no mínimo, o nível médio e a certificação de técnico;
- d) os cursos de formação continuada oferecidos aos docentes para atuação nas turmas do PROEJA FIC pelo IFPA/Campus Tucuruí foram insuficientes para uma prática pedagógica situada, que responda aos interesses e necessidades dos alunos trabalhadores. Aqui se destaca a falha no texto do Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC, que informa que a formação continuada dos profissionais seria destinada apenas à implantação dos cursos, e não de modo permanente como deve ser;
- e) as histórias de vida dos ex-alunos do PROEJA FIC são marcadas pela impossibilidade de permanência na escola, e a causa mais recorrente, relatada pelos próprios alunos, estava ligada a questões relacionadas à família;
- f) o modo de ingresso dos alunos nos cursos, por meio de sorteio, e a falta de divulgação sobre os cursos ofertados pelo PROEJA FIC foram decisivos para a evasão nas turmas, assim como a falta dum levantamento da demanda real dos jovens e adultos do município.

A Educação de Jovens e Adultos da etapa final do Ensino Fundamental no Estado do Pará passou por uma nova experiência ao vincular formação acadêmica e educação profissional. Essa vinculação trouxe, aqui e de modo geral, resultados benéficos para os alunos envolvidos, uma vez que o afastamento do espaço escolar ocorreu, na maioria dos casos, por necessidade de inserção no mercado de trabalho e seu retorno, pela compreensão de que sem educação, pouco se avança no espaço laboral.

A ausência da oferta de, no mínimo, 10% das vagas de cada *campus* do IFPA destinadas aos alunos do PROEJA integrado ao Ensino Fundamental e Ensino Médio mostra o descaso com esse público jovem e adulto e o não cumprimento de um Decreto Nacional. Vale registrar que o governo federal publicou a Resolução/CD/FNDE nº 48, de 2 de outubro de 2012, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, para a manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, especialmente aqueles oriundos do Programa Brasil Alfabetizado. Isto significa que a rede municipal e a estadual também têm a responsabilidade de garantir a continuidade dos estudos dos jovens e adultos, e podem fazê-lo por meio da parceria com os Institutos Federais, garantindo assim, também, a oferta de novas turmas do PROEJA FIC no Estado do Pará.

Ainda se tratando da elevação da escolaridade dos alunos do PROEJA FIC, a oferta de vagas específicas para ex-alunos do programa em turmas do PROEJA TEC pelo IFPA/Campus Tucuruí foi uma iniciativa que trouxe resultados positivos, uma vez que possibilitou a elevação da escolaridade dos alunos e a continuidade de sua trajetória acadêmica no próprio Instituto Federal. Infelizmente, apenas uma turma do PROEJA Técnico que destinara vagas específicas para ex-alunos do PROEJA FIC foi ofertada, a qual atendeu somente os alunos que fizeram o Curso de Auxiliar de Topografia.

Os alunos ainda disseram, em seus relatos no grupo focal, que muitas pessoas na cidade aguardam que novas turmas do PROEJA FIC sejam ofertadas para voltarem à escola.

Quanto à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho, conclui-se que o município de Tucuruí já não absorve alunos somente com o diploma de Auxiliar Técnico, o que os obriga a continuar sua formação e buscar a certificação técnica integrada ao nível de ensino médio.

Quanto ao Curso de Auxiliar de Topografia, por meio do qual aprofundei as investigações nesta tese, observou-se que ele foi pensado sem se considerarem o contexto local e a necessidade do mercado de trabalho, uma vez que entre todos os alunos que finalizaram o curso e permaneceram em Tucuruí, apenas um deles atua na área, desenvolvendo, contudo, esse trabalho como secundário.

A ausência de estágio nas turmas do PROEJA FIC, por não estar previsto nos cursos de auxiliar técnico do nível fundamental, foi avaliada pelos alunos como

algo negativo, pois não puderam exercer a prática do curso, ficando assim o conhecimento restrito apenas ao teórico e às aulas práticas.

Sobre a formação docente para atuar em turmas do PROEJA, vimos que ainda há muito por fazer nesse segmento, e que podemos começar pela oferta de novas turmas de especialização, formação de grupos de pesquisa e estudos – vinculados ou não às universidades - além da produção de materiais digitais e impressos das experiências vividas nos *campi*. Esses materiais podem ser produzidos pelos docentes e pelos próprios alunos por meio de memorial.

Outra questão que merece atenção especial quando novas turmas do PROEJA FIC forem ofertadas no Estado do Pará, é a forma de ingresso dos alunos e o conhecimento das áreas dos cursos ofertados. Foi constatado na pesquisa que o sorteio como forma de ingresso, apesar de democrático, não garantiu a permanência dos alunos nos cursos. É preciso considerar a necessidade do mercado local e pensar em garantir aos sujeitos a formação técnica levando em conta sua aproximação com determinada área, ou mesmo sua já atuação nela, como também tomar o cuidado, durante o processo de ingresso, em não deixar de considerar o tempo de afastamento da escola como critério para o ingresso nas turmas, assim, quanto mais tempo longe da escola, maior seria a prioridade no reingresso.

Ainda merece destaque o fato de que a rede de pesquisa PROEJA TEC/CAPES realizou inúmeras pesquisas, no período de 2008 a 2012, em nível de Mestrado e Doutorado no campo do PROEJA com os docentes do IFPA e IFCE; e entre os inúmeros resultados alcançados, foi observado que a realidade dos Institutos Federais, tanto do Pará quanto do Ceará, no que se refere ao PROEJA, é muito semelhante, e foi detectado que:

- a) existe a desarticulação do ensino integrado, que só tem de integrado a matrícula, que é única, e a inclusão de todas as disciplinas em um só período;
- b) o PROEJA precisa priorizar seu reconhecimento junto à instituição;
- c) a evasão dos alunos deve-se principalmente a “fatores internos” existentes dentro do Instituto Federal;
- d) há um descompasso entre as intencionalidades educacionais manifestadas nos documentos que instituem o PROEJA;
- e) existe uma forte resistência à mudança da prática docente;

- f) para que o PROEJA se concretize como política pública que visa promover a inclusão sócio-laboral de jovens e adultos trabalhadores, é necessário que o sistema educacional prepare os sujeitos na concepção de formação integral.

Por fim, concluo que: quanto maior a elevação da escolaridade, melhor é a inserção no mercado de trabalho, e que a relação trabalho e educação nas turmas de EJA, aqui destaco o PROEJA FIC no IFPA/Campus Tucuruí, demonstrou ser um caminho viável e atrativo para o retorno dos alunos ao espaço escolar e sua permanência.

Ao final desta tese, posso afirmar que já não sou a mesma pessoa, pois a EJA integrada à Educação Profissional passou a ser parte de quem sou e de minha essência como pesquisadora e docente. Ocorreu aquilo que o filósofo Heráclito de Éfeso (535 a.C. - 475 a.C.) tão sabiamente afirmou, que o homem depois que toma banho no rio não é mais o mesmo, pois o rio muda e o homem também. Essa temática passou a integrar tudo o que fiz e produzi nos últimos anos, e passei a levantar bravamente essa bandeira e assumir essa causa em meu ambiente de trabalho.

Como servidora, pesquisadora e professora do Instituto Federal do Pará, compreendo a importância da realização de pesquisas no campo do PROEJA, não apenas para que as leis sejam efetivadas, mas para que novos conhecimentos e saberes sejam construídos dentro de nossos espaços de trabalho pelos sujeitos envolvidos.

A Educação de Jovens e Adultos, como modalidade de ensino, é considerada uma educação de classe dos que ficaram à margem e decidiram continuar sua escolaridade, gozando do direito à educação. Um direito negado das mais cruéis formas pelo estado e ofertado de forma pulverizada, como um gotejamento de ações fragmentadas, parecendo sempre um favor realizado e não um direito público subjetivo do cidadão brasileiro. Direito a uma educação de qualidade, plena, que possa garantir a formação de um sujeito crítico, reflexivo e consciente de seu papel social.

Finalizo esta tese na certeza de que ela trouxe contribuições ao tratar de uma temática ainda pouco explorada no país, o PROEJA FIC, e se propôs iniciar uma discussão muito complexa, abrindo margem para que muitos outros pesquisadores possam aprofundar as análises e levantar outras questões no campo

da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, no Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. de. **Da formulação à implementação:** análise das políticas governamentais de educação profissional no Brasil. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2003.

ARAÚJO, A. B.; SILVA, M. A. da. **Currículo integrado na educação de jovens e adultos:** apontamentos a partir do mapeamento de uma rede de pesquisas. Trabalho Necessário, Ano 10, n. 15/2012. Issn: 1808 - 799X. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario.

AZEVEDO, J. Inserção no Mercado de Trabalho: Um estudo de casos. 1999. **Coleção Cadernos PEETI – Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.** Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: INEP, 2003.

BARCELOS, V. **Educação de jovens e adultos:** currículo e práticas pedagógicas. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Formação de professores para educação de jovens e adultos.** Petrópolis: Vozes, 2006.

BENAVENTE, A. *et al.* **Renunciar à Escola:** O Abandono Escolar no Ensino Básico. Lisboa: Fim do Século, 1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Edição revisada, ampliada e atualizada até a emenda constitucional Nº 48. Brasil: Editora Escala Ltda., São Paulo, janeiro, 2006.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, Seção I, 23 dez. 1996.

_____. Documento Base: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. Brasília, SETEC – MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Decreto nº 5.840 – Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. MEC: Brasília, DF, 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução 01/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Revoga o anterior e amplia a abrangência do Programa para toda a educação básica.

_____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de EJA – PROEJA.

_____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Repete-se?**

_____. Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC. Convida os Institutos Federais para a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental – PROEJA FIC. Brasília, 2009.

_____. PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Contribuindo para a formação do cidadão produtivo e desenvolvimento **sustentado** do País. Brasília: SPPE/MTE/FAT/CODEFAT, 2000. Disponível em: <http://mte.gov.br>.

CAREY, M. A. The group effect in focus group: planning, implementing, and interpreting focus group research. In: M. Morse (Org.) **Critical issues in qualitative research methods**. p. 224-241. Thousand Oaks: Sage.

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (org.). Interação Escola-Família: Subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

CHARLESWORTH, L. W.; RODWELL, M. K. Focus group with children: a resource for sexual abuse prevention program evaluation. **Child Abuse & Neglect**, 21, 1205-1216, 1997.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. RUMMERT, S. M. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (Brasil). Relatório Final. LIMA/COPPE/UFRJ. Novembro, 2000.

COURA, I. G. M. **Entre medos e sonhos nunca é tarde para estudar**: a terceira idade na educação de jovens e adultos. GT-18: Educação de Jovens e Adultos. Prefeitura Municipal de Contagem. 2008, p. 2. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT18-4504--Int.pdf>>.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, PUC/SP, 1979.

CURY, **Carlos Roberto Jamil**. **Os fora de série na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. **É o mesmo autor, logo acima?**

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. de 2012.

FERNÁNDEZ, F. S. **As raízes históricas dos modelos atuais de educação de pessoas adultas**. Lisboa: Educa. Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006, 88 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A Alfabetização de Adultos – Crítica de sua visão ingênua, compreensão de sua visão crítica. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Indignação** – Cartas pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Unesp, 1979.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, 2007.

_____. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, 2005.

FURTADO, E. D. P.; LIMA, K. R. R. EJA, trabalho e educação na formação profissional: possibilidades e limites. Porto Alegre, **Educação & Realidade**, v. 35, n. 1, 201, p. 200.

GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica**. Barcelona: Fontamara, 1981.

_____. Cadernos do cárcere. v. 2, 6 ed., Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2011.

INEP. Censo Escolar de 2011. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: jul. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

_____. Perfil Socioeconômico da População. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Pará 2010, 2012. Belém: IDESP, v. 1, n. 1, p. 1 – 82, 2012. ISSN 2317-1642.

JORNAL DE TUCURUÍ E REGIÃO. Escassez de Peixe no Lago de Tucuruí. Diário do Pará no Caderno Diário de Carajás. Disponível em: http://jornaldetucurui.blogspot.com.br/2012/11/diario-do-para-no-caderno-diario-de_9624.htmlv/. Novembro, 2012. Acesso em: 20 dez. 2013.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.): **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

_____. (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, M. de P.; POSTHUMA, A. C. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n. 1, p. 63-76, jan./mar., 1996.

LIEDKE, E. R.; BULHÕES, M. G. P. **Sistematização crítica dos resultados da avaliação externa do Plano Estadual de Qualificação Profissional do Rio Grande do Sul (PEQ-RS) 1996-2001**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MACIEL, E. R. **O Lago**. Imperatriz: Ética, 2012.

MANDEVILLE, B. **La Fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública**. México, Fondo de cultura Económica.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANNING, P. K. Metaphors of the field: varieties of organizational discourse. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, December, 1979.

MENEZES-FILHO, N. A. A. **Evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. São Paulo: FEA/USP, 2002.

MINAYO, C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, C. S. V. Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 395-416, 2006.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORGAN, D.; KRUEGER, R. A. When to use focus group and why. In: D. MORGAN (Org.). **Successful focus group: Advancing the state of the art** (p. 3-19). Newbury Park, CA: Sage, 1993.

MORGAN, D. Focus groups as qualitative research. Newbury Park, CA: Sage, 1997.

MOURA, R. B. S. **Análise sanitário-ambiental da exposição da população em Tucuruí, PA**. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos da USP, São Carlos, 2006.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2010.

O'BRIEN, K. Improving survey questionnaires through focus group. In: D. MORGAN (Org.). **Successful focus group: Advancing the state of the art**. Newbury Park, CA: Sage, p. 105-117, 1993.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2010. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad04/brasilpnad2004.pd>>. Acesso em: mar./2012.

PINTO, L. F. Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi. **Ciênc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 3, p. 777-782, set.-dez./2012.

PNE - Plano Nacional de Educação. Projeto de Lei (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL nº 8.035 / 2010 / Organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

ROCHA, J. M. **Formação inicial de trabalhadores e elevação de escolaridade: políticas públicas de qualificação profissional (1963-2011)**. 277f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, J. B. dos. Educação, desenvolvimento e empregabilidade. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 65-69, 1999.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

_____. **Escola e Democracia**. 36 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, M. R. A política de integração curricular no âmbito do PROEJA: entre discursos, sujeitos e práticas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. v. 19, n. 71, p. 307-326, 2011.

SILVEIRA, P.; Doray, B. (Org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SOUSA, A. de A. (Org.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VAN MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 24, n. 4, p. 520-526, Dec. 1979.

APÊNDICE - RELATOS DA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS DO PROEJA E PROEJA FIC

Nos dias 17 e 18 de dezembro, do ano de 2010, participamos do Encontro Nacional do PROEJA FIC, que ocorreu em Porto Alegre - RS. A professora Ivany Ávila, uma das responsáveis pela elaboração do documento base do PROEJA, apresentou como se deu a elaboração e destacou alguns aspectos. Apresentou as pessoas que fizeram parte da elaboração do documento. Disse que, no início, tiveram vários encontros e que o entusiasmo era muito grande por parte de todos. Afirmou que todas as pessoas que compunham a equipe da elaboração tinham ou viviam experiências diversas na área da Educação de Jovens e Adultos.

Na ocasião, pensaram que o Programa Nacional de Integração da Educação profissional traria grandes desafios para todos. Almejavam uma formação que permitisse a mudança na perspectiva de vida por parte do aluno, além da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual fazem parte. A ideia principal era a formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral.

A base do documento era o reconhecimento, o respeito e o diálogo com o saber do aluno trabalhador. Para tal, faz-se necessário o cuidado com tempos e espaços de aprendizagem diferenciados. O objetivo principal era fazer uma reflexão e propor fundamentos acerca da integração entre formação inicial e continuada e ensino profissional nos anos finais do ensino fundamental. Os fatores essenciais eram a construção coletiva em cada escola do Projeto Político-Pedagógico e a formação de professores de modo integrado e continuado, sempre considerando o conhecimento anterior dos alunos.

Uma das metodologias sugeridas é a de Arcos Ocupacionais, constante do documento base. A equipe de elaboração discutiu bastante como seria o processo avaliativo para que não fosse como tem sido normalmente nas escolas. A sugestão foi a de elaborarem projetos integrados, além de considerarem a avaliação diagnóstica dos alunos. A outra preocupação era saber como se acompanharia o trabalho.

Destacou, ao final de seu pronunciamento, que os princípios do PROEJA FIC são: pensar o jovem e adulto como trabalhador cidadão e a integração entre educação e trabalho e construção coletiva do processo.

Posteriormente, a professora Vania do Carmo Nóbile Silva, coordenadora do PROEJA Nacional/SETEC - MEC, apresentou a situação e proposta do PROEJA em nível nacional e fez referência ao Ofício-Convite nº 40 encaminhado aos Institutos Federais. Disse que o público alvo do PROEJA FIC são os jovens e adultos sem a conclusão do ensino fundamental, população carcerária e comunidade de pescadores. Proponentes e parcerias se deram com a rede federal, sistemas municipais de ensino e sistemas estaduais.

A demanda de pessoas interessadas em participar da oferta do PROEJA FIC foi muito grande e, por isso, se pensou em oferecer um novo edital para 2011, o que não ocorreu.

Esse possível novo edital articularia quatro grandes ações: Oferta de cursos de qualificação profissional integrados à elevação da escolaridade em nível fundamental; Formação Profissional; Produção do Material Pedagógico; e Monitoramento e Pesquisa.

Talvez o grande desafio dos professores do PROEJA FIC, segundo a coordenadora nacional, seja a produção do material pedagógico, pois muitos professores tiveram dificuldade em elaborar tal material.

Foram apresentados os resultados do Edital nº 40, que seguem: Implantação do PROEJA FIC em 83 *campi* da Rede Federal, distribuídos em 33 Institutos Federais e 01 Cefet; Parceria com 176 municípios, além do Distrito Federal; Cerca de 14 mil matrículas; e Investimento aproximado de 21 milhões de reais.

Após seu pronunciamento, houve um espaço para perguntas dos presentes. É importante registrar que havia representação de todos os estados onde o PROEJA FIC já havia sido implantado, e essa representação foi formada por coordenadores do programa nos *campi*, professores da rede federal e municipal que atuam no programa, além dos coordenadores estaduais. Seguem as perguntas e considerações da platéia:

Como melhorar a relação entre Prefeitura e Instituto Federal?

Um grande desafio foi a comunicação entre os parceiros, outra questão foi o descumprimento do vale-transporte do aluno, ele não recebia o vale, portanto não ia às aulas e isso dificultava o processo, e uma última questão foi a elaboração do ofício convite enviado aos Institutos, que não houve uma discussão prévia com os professores em nível nacional.

E o termo de responsabilidade, quem cobrará e fiscalizará o andamento do PROEJA FIC e o cumprimento de tal parceria?

E a carga-horária dos professores municipais, uma vez que eles não recebem nenhum acréscimo em trabalho com o PROEJA FIC, como se garantirá a participação dos mesmos nos encontros de formação?

Os cursos em sistemas prisionais apresentam muita dificuldade, pois precisam definir melhor a importância do PROEJA FIC aos delegados e agentes prisionais para que eles compreendam as finalidades do programa. É preciso rever o PROEJA FIC nos sistemas prisionais.

É necessário que se discuta a adesão dos professores dos IFs ao programa. Muitos professores preferem atuar somente nos cursos de graduação e especialização e não conceberam a importância de participação e integração no programa. É preciso pensar na verticalização do ensino.

Sugiro que, no novo ofício convite, se delimite um raio de abrangência do Instituto Federal aos municípios, para que não queiram atender a lugares muito distantes e não possam dar o apoio necessário.

Em decorrência da dificuldade na efetivação das parcerias, houve uma evasão muito alta dos alunos em muitos lugares.

A coordenação nacional do PROEJA FIC apresentou as seguintes respostas aos pronunciamentos:

A pergunta inicial foi definir que lugar ocuparia o PROEJA FIC nos Institutos Federais. Inicialmente era responsabilidade do departamento de ensino e posteriormente passou a ser responsabilidade do departamento de extensão.

Existe também um mundo ideal - pensado inicialmente, e o mundo real – a realidade vivida. As secretarias estaduais e municipais se comprometeram – por meio de um termo de cooperação - com o Programa, mas o principal responsável são os Institutos Federais. É preciso ter um canal aberto para conversar e resolver os problemas que surgem na caminhada.

Quanto à ampliação do tempo, pode-se fazer em mais de dois anos desde que se garanta a carga horária do curso e dos professores. A participação dos professores nos cursos de formação continuada é essencial, mas é necessário que os professores antes tenham conhecimento do que seja o Programa e o adotem de modo pessoal e profissional. É preciso que eles participem do processo de construção do Programa no campus onde atuam.

A questão do auxílio-financeiro ao estudante teve a intenção de garantir aos alunos ajuda para permanência nos cursos. No ano de 2010, os estudantes receberam o referente a nove meses.

O atendimento à população carcerária foi uma primeira experiência que, apesar das muitas dificuldades, não se pode pensar em parar, porque esse público não recebe formação de nenhuma maneira.

Neste mesmo evento, participamos do Grupo de Trabalho Monitoramento e Avaliação do PROEJA FIC, que objetivou acompanhar as ações até então desenvolvidas e pensar um caminho de realização de um monitoramento permanente e uma avaliação contínua.

Inicialmente todos os participantes do grupo apresentaram-se e informaram os motivos de terem escolhido este grupo de trabalho. Alguns professores já manifestaram suas angústias com o desenvolvendo do programa e suas formas de monitoramento e avaliação.

Quais são as ações de monitoramento que estão sendo feitas em nossos Campi? Sugeriu-se inicialmente fazer um levantamento da necessidade de determinado curso para atender o mercado local na intenção de que se pense no curso certo, para que se garanta a permanência do aluno no curso. Outra ação pode ser feita através da construção do perfil socioeconômico do aluno e da necessidade de absorção do mercado da região.

Foi discutido que o curso de formação de professores deveria ser iniciado antes do começo da implantação dos cursos e que continuasse depois por meio de encontros periódicos. Relatou-se a experiência de alguns *Campi* em Porto Alegre em que semanalmente são realizados encontros com os docentes, e que os alunos possuem aulas apenas 03 vezes na semana para que em dois dias os professores estejam disponíveis para planejar, estudar, elaborar pesquisas e cuidar da formação docente.

As propostas apresentadas foram: a carga-horária do professor precisa ser reduzida para que ele participe de formação e contada na carga-horária total dele; Bolsa-pesquisa para o docente que estiver atuando no Programa; O aluno deverá possuir duas matrículas com planos pedagógicos distintos: formação acadêmica (escola municipal ou sistema prisional) e educação profissional (Instituto Federal); e Reforçar que os grupos de pesquisa sejam cadastrados no CNPQ.

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2011, estivemos presentes no Seminário Nacional do PROEJA, que ocorreu em Brasília - DF. O objetivo deste evento foi discutir as diretrizes do PROEJA em nível nacional, e participaram dele professores dos Institutos Federais; Representantes dos Governos Estaduais; Professores-pesquisadores das Universidades Federais e Coordenações Nacionais do PROEJA.

Deu-se início ao evento com a formação de uma mesa-redonda coordenada pela Prof.^a Simone Valdete (Diretora de Políticas Públicas da Educação Profissional e Tecnológica do MEC/SETEC), cuja temática foi “Proeja como política pública: experiências em processo”. A mesa foi integrada pela Prof.^a Inêz Deliberaes Montecchi (IF de Mato Grosso) que relatou sobre o Proeja FIC; A Prof.^a Rosemeri Scalabrin (IF Marabá/Pará) que relatou sobre o Proeja Indígena; A Prof.^a Greise Girard (IF Farroupilha) que apresentou o Proeja Prisional; além do Prof. Ademar de Araujo Filho (IF Roraima) que apresentou o Proeja Técnico. Foi convidada para também compor a mesa, para ser a debatedora, a Prof.^a Maria Margarida Machado (UFG).

A Prof.^a Inêz Montecchi iniciou sua apresentação com um vídeo sobre as turmas do PROEJA FIC do IF/Campus Cárcere/Mato Grosso. O vídeo, uma forma de documentário, apresentou as falas dos alunos do PROEJA narrando as experiências vividas e os benefícios de estarem incluídos no Programa. No Campus Cárcere, foram ofertadas 05 turmas com 150 alunos das séries iniciais (1^a a 4^a séries) e séries finais (5^a a 8^a séries) do Ens. Fundamental. Foram ofertados cursos de Manufatura do Pescado, além de Cursos de Artesanato e Laticínios. Pela experiência positiva do PROEJA FIC, este Campus foi premiado nacionalmente (Medalha Paulo Freire) pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido.

O Prof. Ademar Filho, IF/Roraima, apresentou seu relato pautado no Proeja Técnico. Foi apresentada a legislação da implantação do Proeja, os cursos de especialização e a assistência ao estudante do Proeja, que iniciou em 2005 com oferta de 02 turmas de Curso Técnico em Edificações com 66 alunos. A proposta original era de 08 módulos de 400 h com total 3.200 h. Hoje a carga horária dos cursos é de 2.400 h. Ademar Filho, apresentou o perfil dos alunos quanto ao gênero, etnia, renda familiar, tempo de interrupção de estudos, faixa etária e local de onde são oriundos. O Campus Boa Vista possui 546 alunos do Proeja nos cursos de

Edificações, Eletrotécnica, Informática, Secretariado, Análises Clínicas e Enfermagem.

A Prof.^a Rose Meire, IFPA/Campus Marabá, apresentou a experiência do Campus no Proeja Indígena. No início de sua apresentação, a professora apresentou o contexto social da região e informou que o foco do Campus é a Agroecologia e a Educação do Campo, e em seguida informou que em Marabá existem 473 Projetos de Assentamentos, 13 povos indígenas localizados em 27 aldeias, além da luta pela terra - que é a realidade local. A Rede de Mobilização Social em Marabá é composta pelas entidades educacionais, movimentos sociais, religiosos e fóruns, entidades sindicais e associações, além das instituições de ensino federal que ofertam os programas educacionais. A professora apresentou também quais povos indígenas estão envolvidos no curso, as atividades realizadas, as formas de trabalho, os produtos comercializados e a renda externa.

O Curso do Proeja iniciou em 2009 com visitas às aldeias e a realização do I Seminário com Povos Indígenas, em que se discutiu a proposta pedagógica a ser desenvolvida. Em 2010, houve o retorno às aldeias e o II Seminário com Povos Indígenas e Servidores do Campus. Em 2011, houve o processo de ingresso (roda de conversa e produção de texto escrito) dos alunos e o III Seminário com representação dos povos indígenas. As aulas iniciaram em agosto de 2011, tendo como primeira etapa: Tempo-escola de acolhida (história de vida e mapeamento das aldeias) e a Pesquisa e Trabalho como princípio educativo: Tempo aldeia. Organização Curricular: Ciclo I: Diagnóstico sociocultural e agroambiental da aldeia; Ciclo II: Agroecossistema, gestão sustentável dos recursos naturais e segurança alimentar; Ciclo III: Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas. Desafios Permanentes: Diálogo (de conhecimento, entre instituições, áreas e sujeitos envolvidos) Garantia à voz dos sujeitos dentro do currículo; Formação dos Professores. A professora encerrou sua fala enfocando a necessidade de se trabalhar com temas geradores no PROEJA.

A Prof.^a Greise Girard, IF/Rio Grande do Sul, apresentou sua fala a partir das experiências no PROEJA FIC prisional. O Campus Farroupilha é um Campus essencialmente agrícola. O Curso do sistema prisional sugerido pelos alunos foi o de construção civil na função de “pedreiro”. O Campus não dispunha de professores para assumir o curso solicitado, todavia fez uma parceria com a UNIPAMPA (Universidade do Pampa) para que pudessem garantir docentes para o curso de

Construção Civil. Houve também parceria com a Prefeitura Municipal de Alegrete - RS. Dos 35 alunos do sistema prisional, regime semiaberto, apenas 10 alunos se inscreveram para o curso. As vagas restantes foram disponibilizadas às demais pessoas da comunidade. A experiência foi muito positiva e a comunidade recebeu os alunos do sistema prisional sem preconceito, e já obtiveram a aprovação de novas turmas ofertadas novamente para o sistema prisional, inclusive para os que estão em regime fechado. A Prof.^a também relatou sobre a experiência de uma turma do PROEJA FIC na APAE formada em sua totalidade por alunos com necessidades especiais.

Ao final da apresentação dos membros da mesa de discussão, a Prof.^a Maria Margarida tomou a palavra e fez suas considerações sobre as apresentações da mesa e sobre o PROEJA nacional. Disse que se faz necessário definir quem deveremos atender, uma vez que a EJA já é ofertada pelos sistemas municipais e estaduais, agora ofertada também pela rede federal. É preciso que se ofereça um curso de qualidade, à altura daquilo que os alunos necessitam de fato. Não podemos prometer uma escola pobre para os pobres. Afirmou que o que os unia na mesa é a desigualdade, uma vez que o público com que trabalham é fruto da exclusão historicamente conhecida na EJA. É urgente que pensemos em transformar o PROEJA - como programa - em política pública e que seja permanentemente ofertado para atender a demanda da EJA no Brasil.

Ainda durante o evento, participamos de grupos de trabalhos e pudemos participar do GT Acesso e Permanência no PROEJA. Após apresentação dos componentes do grupo, houve alguns relatos sobre a forma de ingresso dos alunos do PROEJA TEC/FIC nos *campi* dos Institutos Federais. Alguns relatos foram feitos por regiões, e foi percebido que em cada Campus existe uma forma de ingresso diferenciada atendendo a necessidade local. É consenso que a forma de acesso não deve ser por meio de prova, uma vez que inibe e já afasta o possível candidato, que já está há anos longe da escola. As pessoas presentes no GT relataram os diversos caminhos de acesso ao PROEJA, entre eles destacam-se: Palestras de definição do curso junto à comunidade, prefeitura, estado e rede federal ofertante; Construção de um Memorial - como forma de ingresso - para que se considere o tempo de afastamento do aluno da escola e a idade do aluno; Entrevistas individuais com vagas garantidas para alunos com deficiência; Análise da renda per capita; Questionário com abordagem socioeconômica; Redação sobre o interesse no curso

pleiteado; Garantia de 100% de cadastro reserva; e Atendimento de cotas (indígena, quilombola, etc.).

Quanto à permanência, nos diferentes *campi* dos IFs do Brasil, pode-se ouvir a partir dos relatos que é garantida por meio de Auxílio transporte; Alimentação; Material escolar; Bolsa auxílio mensal (R\$100,00); Acompanhamento regular com pedagoga e assistente social; Assistência à saúde (Exame médico, Exame Oftalmológico, Exame Odontológico); Equipe multidisciplinar; Garantia de coordenação específica do PROEJA em cada Campus; Garantia de carga horária para planejamento e formação continuada docente; e Criação nos *Campi* do NEAB.

Foi relatada também a existência de curso do PROEJA a distância via ETEC, mas diante dos tantos problemas apresentados, o caminho de educação a distância não se mostrou tão interessante, em virtude das dificuldades de acesso a computadores, internet, atividades práticas e outras questões.

ANEXO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC

Brasília, 08 de abril de 2009

Aos Senhores e às Senhoras Dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,

Assunto: CONVITE ÀS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA COM ENSINO FUNDAMENTAL (PROEJA FIC).

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), acolherá propostas para implantação de cursos no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental, doravante chamado de **PROEJA FIC**, na forma e nas condições estabelecidas neste documento.

1- OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo apoiar, por intermédio das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, a implantação de cursos de formação inicial e continuada integrados com o ensino fundamental na modalidade da educação de jovens e adultos:

1. Nos municípios brasileiros.
2. Nos estabelecimentos penais.

Para efeito da apresentação de propostas em resposta a este convite, considera-se que a implantação envolverá as seguintes ações:

A - Formação continuada de profissionais para implantação dos cursos PROEJA FIC:

1. Docentes, profissionais da educação, técnicos e gestores que estarão envolvidos na implantação e desenvolvimento dos cursos nas escolas municipais.
2. Docentes, profissionais da segurança pública, técnicos e gestores que estarão envolvidos na implantação e desenvolvimento dos cursos nos estabelecimentos penais.

B - Implantação dos cursos PROEJA FIC.

C - Produção de material pedagógico para os cursos PROEJA FIC.

D - Monitoramento, estudo e pesquisa com vista a contribuir para a implantação e consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões atinentes ao PROEJA,

considerando a realidade das escolas municipais ou, conforme o caso, da educação em estabelecimentos penais.

2 - JUSTIFICATIVA

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC, desde 2005, induz a implantação do PROEJA através do fomento a ações de implantação, acompanhamento, formação, pesquisa, assistência ao estudante e outras. Tais ações têm ocorrido principalmente no âmbito das instituições da rede federal e das secretarias estaduais de educação.

Segundo dados do Censo Escolar de 2007 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, o Brasil possui hoje uma oferta de educação de jovens e adultos (EJA) de 2.265.979 matrículas, no segundo segmento, incluindo a oferta privada e pública (municipal, estadual e federal). No entanto, a demanda potencial - somente para este segmento da EJA - é de 33.812.098.

Além disso, conforme estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil, em 2007, havia 9.133.900 de trabalhadores que procuraram emprego. Destes, apenas 1.676.000 possuíam experiência e qualificação profissional. Constata-se assim, uma demanda potencial de 7.457.800 de trabalhadores sem qualificação profissional em busca de uma oportunidade de se inserir no mundo do trabalho.

No contexto dessas demandas, alguns públicos específicos tais como pessoas com necessidades educacionais especiais, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, privados de liberdade, populações do campo (agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros) e indígenas, em geral, têm ainda pouco ou quase nenhum atendimento.

Segundo dados do Sistema de Informação Penitenciária (Infopen) do Ministério da Justiça, já passa dos 420 mil o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil. E somente 18% desta população participam de atividades educacionais, formal e não-formal, sendo que cerca de 70% não concluíram o ensino fundamental.

Vale registrar que o Governo Federal, através de ação articulada entre os Ministérios da Educação e da Justiça e a criação do Projeto Educando Para a Liberdade, tem mobilizado esforços e recursos para o atendimento educacional da população carcerária.

Ao longo dos últimos 03 (três) anos foram realizadas ações no sentido da sensibilização de diretores de estabelecimentos penais e agentes penitenciários, juízes da vara de execução penal e Ministério Público para a importância da oferta de educação no sistema penitenciário. Esta mobilização permitiu entre outras coisas o incremento nas turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado.

Além disto, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), conjugação de esforços em proveito da melhoria da qualidade da educação básica, contemplará ações nos estabelecimentos penais em 18 (dezoito) estados. Com os recursos liberados no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) estes estados planejarão a oferta de educação no sistema penitenciário, realizarão formação de profissionais e a aquisição de acervo para as bibliotecas nos estabelecimentos penais.

Recentemente o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça publicou a Resolução nº 03 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

Buscando contribuir para melhoria e ampliação da oferta de formação para trabalhadores, a SETEC/MEC lança este convite às instituições da rede federal para colaborarem com a implantação do PROEJA FIC nos sistemas ou redes municipais de educação.

Em outra frente, como parceiros do Ministério da Justiça no âmbito do PRONASCI, no alinhamento das políticas de educação profissional e tecnológica e da educação de jovens e adultos com as de segurança pública e fundada na convicção de que a educação é um direito de todos, a SETEC/MEC convida as instituições da rede federal para, em cooperação com os sistemas públicos de ensino e sistemas penitenciários, contribuírem para a garantia do direito à educação e à qualificação para o trabalho da pessoa presa.

3 - PROPONENTES ELEGÍVEIS e PARCERIAS

É considerada proponente elegível exclusivamente instituição componente da **rede federal de educação profissional, científica e tecnológica** (constante no art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008) que comprove a(s) parceria(s) estabelecida(s) por meio de acordo de cooperação ou instrumento específico equivalente:

1. **PROEJA FIC nos sistemas ou redes municipais de ensino** - parceria obrigatória com prefeitura(s), por intermédio de sua(s) secretaria(s) de educação, admitindo-se a parceira com consórcio de prefeituras.

A comprovação de parceria entre a instituição da rede federal (proponente) e o(s) município(s) ou consórcio de municípios é obrigatória. Sob hipótese alguma serão acolhidos nesta seleção projetos encaminhados por instituição federal sem parceria com município(s) ou de município sem interveniência de instituição da rede federal.

2. **PROEJA FIC nos estabelecimentos penais** - parceria obrigatória entre instituição da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e estado e/ou município integrante(s) do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), por intermédio de suas secretarias de educação e de segurança pública ou órgão responsável pela administração penitenciária.

A comprovação de parceria entre a instituição da rede federal (proponente) e o(s) município(s) ou estado(s) integrante(s) do PRONASCI é obrigatória. Sob hipótese alguma serão acolhidos nesta seleção projetos encaminhados por instituição federal sem as parcerias acima citadas ou de estados e/ou município não integrante do PRONASCI com ou sem interveniência de instituição da rede federal.

4 - CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS

4.1 - Do requisito de escolaridade

Os projetos deverão destacar qual a fase, segmento, etapa ou ciclo do ensino fundamental é considerado como requisito prévio à qualificação profissional pretendida. Por exemplo, se a formação pretendida necessitar que o educando tenha concluído o equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental, o curso deverá ser estruturado em projeto integrado que contemple os componentes curriculares equivalentes aos anos finais do ensino fundamental.

4.2 - Do requisito de idade e do público atendido

Os projetos deverão estar voltados para educandos em idade de ingresso na educação de jovens e adultos, conforme estabelecido nos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nos projetos apresentados em parceria com os municípios, além do público geral de jovens e adultos, ressalta-se a possibilidade de apresentação de propostas que contemplem públicos específicos da educação especial, da educação do campo, da educação escolar indígena ou do sistema socioeducativo.

4.3 - Das etapas do projeto

Cada projeto deverá conter obrigatória e simultaneamente todas as ações previstas neste documento:

A - Formação continuada de profissionais para implantação dos cursos PROEJA FIC;

B - Implantação dos cursos PROEJA FIC;

C - Produção de material pedagógico de orientação e subsídio para a implantação e desenvolvimento dos cursos PROEJA FIC;

D - Monitoramento, estudo e pesquisa com vista a contribuir para a implantação e consolidação de espaços de integração das ações desenvolvidas, bem como de investigação das questões atinentes ao PROEJA considerando a realidade do público a ser atendido.

4.4 - Das bases legais

Cada projeto deverá ser construído tendo como referência:

4.4.1 - As orientações contidas neste ofício e seus anexos;

4.4.2 - O Documento Base do PROEJA FIC disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf.

4.4.3 - A legislação pertinente da educação de jovens e adultos e da educação profissional.

4.4.4. A Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária nº 3, de 11 de março de 2009, e seus anexos, no caso de cursos PROEJA FIC nos estabelecimentos penais.

4.5 - Da apresentação das propostas:

No caso de propostas que visam o apoio a sistemas ou redes municipais de ensino, cada instituição da rede federal poderá apresentar **apenas um projeto por unidade de ensino ou campus**. No caso de parceria com mais de um município, a unidade de ensino ou campus deverá consolidar todas as propostas em um mesmo projeto.

Os projetos destinados a oferta de PROEJA FIC nos estabelecimentos penais deverão ser apresentadas em **documento distinto** daquele destinado aos sistemas ou redes municipais de ensino, **não havendo limitação de número de projetos por unidade de ensino ou campus**.

Cada proposta deverá atender ao previsto no item 3 deste ofício e ser apresentada com os seguintes documentos:

4.5.1 - **Ofício de encaminhamento**, conforme modelo constante no ANEXO I;

4.5.2 - **Projeto(s) pedagógico(s)**, conforme ANEXO II contendo:

- Identificação dos responsáveis, parceiros e coordenadores;
- Pré-projeto do(s) curso(s) PROEJA FIC;
- Projeto(s) de formação dos profissionais envolvidos;
- Projeto(s) de monitoramento, estudo e pesquisa;
- Termo(s) de parceria. Poderão ser utilizados termos específicos para cada parceiro ou um único termo firmado ao mesmo tempo com todos os entes envolvidos.

4.5.3 - **Plano de trabalho simplificado** da unidade orçamentária vigente conforme modelo do ANEXO III.

No caso de instituição da rede federal que se transformou, pela Lei nº 11.892/2008, em campus de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, **os projetos deverão conter as assinaturas do diretor geral de campus e do reitor. O plano de trabalho deverá ser assinado pelo atual ordenador de despesas** ou gestor orçamentário responsável pelo campus.

Os projetos e planos de trabalho apresentados por unidades dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET RJ) e de Minas Gerais (CEFET MG) deverão estar assinados pelo diretor geral da instituição. Aqueles apresentados por campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná ou escola vinculada à universidade federal deverão estar assinados pelos respectivos reitores.

4.6 - Dos valores e metas:

1. Os projetos destinados aos sistemas ou redes municipais de ensino deverão seguir as seguintes referências:

4.6.1 - Valor **máximo** a ser descentralizado por turma de trinta (30) alunos prevista no projeto: **sessenta e cinco mil** reais (R\$65.000).

4.6.2 - Cada turma de PROEJA FIC poderá ter, **no máximo, trinta** (30) alunos.

4.6.3 - Cada projeto apresentado deverá prever, **no mínimo, noventa** (90) vagas nos cursos PROEJA FIC.

4.6.4 - Cada campus ou unidade de ensino que comprovar parceria com mais de um município poderá solicitar em seu projeto **até dois mil** reais (R\$2.000) por município atendido, a partir do segundo. Por exemplo, para um projeto envolvendo três municípios parceiros poderá ser solicitado até quatro mil reais (R\$4.000).

4.6.5 - **Todos** os profissionais envolvidos, docentes, profissionais da educação, técnicos e gestores, deverão ser capacitados em curso de formação continuada.

A instituição da rede federal deverá detalhar no projeto a quantidade de profissionais que serão capacitados, discriminando o número de docentes. Durante a análise do projeto, no quesito de razoabilidade, será considerada a coerência da relação entre o número de professores capacitados e a quantidade de vagas ofertadas.

2. Os projetos destinados ao atendimento de estabelecimentos penais deverão seguir as seguintes referências:

4.6.6 - Valor máximo a ser descentralizado POR PROJETO: **sessenta e cinco mil reais (R\$65.000)**.

4.6.7 - **Todos** os profissionais envolvidos, docentes, profissionais da segurança pública, técnicos e gestores, deverão ser capacitados em curso de formação continuada.

Durante o processo de avaliação das propostas, a SETEC poderá solicitar adequações no orçamento estimado, no projeto pedagógico e nos cronogramas previstos, visando sua melhor adequação aos objetivos dessa ação de fomento.

4.7 - Da certificação:

Os cursos de PROEJA FIC deverão ser certificados pelas instituições da rede federal **em conjunto** com as instituições de ensino municipais ou estaduais, conforme orientação do Documento Base PROEJA FIC.

5 - ENVIO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão **OBRIGATORIAMENTE** ser enviadas por **e-mail e via postal**.

- **Envio por e-mail** para: proeja@mec.gov.br.

Assunto: PROEJA FIC e o nome da entidade proponente.

- **Envio pelo correio**, por SEDEX, com comprovante da postagem até a data final para apresentação das propostas (01/06/09), devendo constar no envelope:

PROEJA FIC

Coordenação Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica -
CGPEPT/DPEPT/SETEC/MEC

Esplanada dos Ministérios

Bloco L. 1º andar anexo II - Sala 125

CEP: 70047-900 Brasília-DF

As propostas deverão ser enviadas segundo cronograma abaixo:

Atividades/Ações	Período
Data final para postagem das propostas	01 de junho de 2009
Avaliação e Seleção dos Projetos	16 a 19 de junho de 2009
Divulgação do Resultado	A partir do dia 24 de junho de 2009
Descentralizações de Crédito	A partir de 30 de junho de 2009
Período limite para empenho do recurso pelas Instituições da Rede Federal	Até 31 de agosto de 2009
Período de realização dos cursos	Julho de 2009 a dezembro de 2011

6 - ANÁLISE E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - Da pré-seleção:

A pré-seleção dos projetos é etapa **eliminatória** e será realizada por equipe técnica destacada pela SETEC/MEC para este fim. Consistirá na conferência da data de postagem e na análise documental da proposta, conforme listado nos **itens 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3 e 5**.

6.2 - Da seleção:

A seleção será realizada por comissão de seleção nomeada para este fim pelo Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e consistirá na análise pedagógica dos projetos encaminhados e na análise qualitativa dos custos de execução.

6.2.1 - Da análise pedagógica:

Cada um dos itens elencados como critérios de análise receberá pontuação de zero (0) a sete (7). A nota do projeto será a média aritmética das pontuações concedidas. A classificação do projeto obedecerá à seguinte escala: nota zero (0), o projeto não atende aos objetivos deste convite; nota abaixo de três (3), o projeto não está qualificado; nota de três (3) para mais: o projeto está qualificado e esta nota contará para sua classificação.

Não serão qualificados projetos que não estejam em consonância com o Decreto nº 5.840/06 (e com a Resolução MJ nº 03, de 11/03/2009, no caso de propostas para os estabelecimentos penais).

No caso de empate na classificação, será beneficiado o projeto que contemplar o atendimento de públicos específicos da educação especial, da educação do campo, da educação escolar indígena ou do sistema socioeducativo.

6.2.1.1 - Dos projetos de curso PROEJA FIC:

Crêterios
6.2.1.1.1 - O curso está em sintonia com as necessidades locais de forma�o e a voca�o socioecon�mica e cultural da região.
6.2.1.1.2 - A matriz curricular do curso alcança a integra�o da forma�o geral com a profissional.
6.2.1.1.3 - A metodologia que será desenvolvida no curso atende as especificidades do público a ser atendido.
6.2.1.1.4 - A avalia�o do estudante considera as especificidades do público a ser atendido.
6.2.1.1.5 - A infra-estrutura oferecida � adequada para o curso.
6.2.1.1.6 - O projeto prevê estratégias que preparem a continuidade de estudos ou inser�o no mundo do trabalho para os egressos.

6.2.1.2 - Dos projetos de forma o continuada dos profissionais envolvidos:

Crêterios
6.2.1.2.1 - O projeto prevê a reflexão sobre a sele�o dos conteúdos para a constru�o do currículo, bem como de formas e possibilidades para uma abordagem contextualizada e integrada das temáticas e componentes curriculares da forma�o geral e da educa�o profissional, considerando as características do público a ser atendido.
6.2.1.2.2 - O projeto apresenta estratégias que oportunizem a discussão da forma�o específica do(s) eixo(s) tecnológico(s) do(s) curso(s) PROEJA FIC a ser(em) ofertado(s) ou, no caso dos profissionais que atuarão nos estabelecimentos penais, estratégias que oportunizem a compreensão do trabalho prisional como elemento da forma�o.
6.2.1.2.3 - O projeto prevê o estudo de metodologia(s) para elabora�o do material pedagógico adequado ao(s) curso(s) PROEJA FIC a ser(em) ofertado(s), considerando as características do público a ser atendido.
6.2.1.2.4 - O projeto aborda a compreensão do papel, responsabilidades e envolvimento de técnicos, gestores, profissionais da educa�o ou da segurança pública, conforme o caso, na proposta educativa objeto desta sele�o.

6.2.1.3 - Da proposta de monitoramento, estudo e pesquisa

Critérios
A proposta apresenta estratégias de integração das ações realizadas.
A proposta apresenta linhas de estudo e pesquisa em consonância com as necessidades do PROEJA ou do PROEJA/PRONASCI.
A proposta apresenta estratégias adequadas ao acompanhamento de todas as ações de implantação dos cursos PROEJA FIC.

6.2.2 - Da análise qualitativa dos custos de execução da proposta

Os recursos financeiros solicitados deverão estar consolidados em plano de trabalho da unidade orçamentária (UO) vigente, conforme ANEXO III.

Critérios
Coerência do orçamento com os objetivos, atividades e resultados propostos
Razoabilidade na utilização do recurso
Eficiência na utilização do recurso

7 - FINANCIAMENTO

Na execução dos recursos deverá ser observada a Constituição Federal - Art. 167, Inciso X e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008) que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências, em especial o Art. 22 que trata das despesas que não poderão ser custeadas.

7.1 - Da dotação orçamentária:

Os recursos para atender os eventuais dispêndios desse convite por parte do Ministério da Educação estão consignados na Funcional Programática: **12.363.1062.6358.0001** - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica e na Funcional Programática: **12.363.1062.6380.0001** - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.

7.2 - Dos itens financiáveis

O plano de trabalho deverá ser no formato **SIMPLIFICADO**. Todas as despesas deverão estar **LISTADAS E DETALHADAS** em documento próprio a ser apenso ao plano. Serão financiadas **EXCLUSIVAMENTE** despesas diretamente relacionadas à implantação dos cursos PROEJA FIC.

As instituições da rede federal, na elaboração dos planos de trabalho, deverão observar os limites, por natureza de despesa, definidos em seu orçamento anual, devendo evitar situações onde se faça necessária a solicitação de créditos adicionais.

7.2.1.1 - Aquisição de material de consumo;

7.2.1.2 - Contratação de pessoa física ou, no caso de servidor público, pagamento da gratificação prevista no Decreto no 6.114/2007, para o formador dos formadores;

7.2.1.3 - Diárias e passagens para professores do curso de formação, coordenadores dos projetos, palestrantes e pesquisadores;

7.2.1.4 - Laboratórios de formação básica diretamente vinculados à proposta apresentada (recomenda-se que sejam móveis ou com facilidade de montagem e desmontagem para a utilização nos estabelecimentos penais ou quando da utilização em mais de um município);

7.2.1.5 - Aquisição, modernização ou adaptação de laboratórios de educação profissional, exceto obras, que estejam atreladas à oferta da formação inicial e continuada no âmbito desta proposta;

7.2.1.6 - Aquisição de material bibliográfico da área de educação atrelados às necessidades dos cursos de formação dos formadores;

7.2.1.7 - Pagamento de pessoa física ou jurídica para revisão de texto, design, diagramação, impressão entre outras ações necessárias para a publicação do material pedagógico.

7.3 - Dos itens não-financeiros

7.3.1 - Construção, reforma ou melhoria de instalações físicas de escolas, salas de aula ou outros itens semelhantes;

7.3.2 - Despesas com alimentação;

7.3.3 - Despesas com materiais de limpeza;

7.3.4 - Outros itens previstos na Instrução Normativa do Tesouro Nacional 01/97 e suas alterações.

7.4 - Do repasse e empenho do recurso.

O repasse do recurso será efetivado mediante descentralização orçamentária para as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e deverá, **NECESSARIAMENTE**, ser empenhado por essas instituições até a data de **31 de agosto de 2009**, conforme orientação recebida da Subsecretaria de Planejamento Orçamentário (SPO/MEC).

Os bens adquiridos com os recursos desta ação passarão a compor o patrimônio da instituição federal proponente.

8 - RESPONSABILIDADES DOS INTEGRANTES

8.1 - Ao MEC, por meio da SETEC, órgão responsável pela execução e gestão do PROEJA em âmbito nacional, compete:

8.1.1 - Constituir comissão de seleção para julgar a qualidade pedagógica e financeira das propostas apresentadas mediante emissão de Parecer Conclusivo;

8.1.2 - Descentralizar recursos para as instituições que tiverem projetos selecionados;

8.1.3 - Acompanhar a implementação dos projetos financiados;

8.1.4 - Receber a prestação de contas das instituições da rede federal;

8.2 - À instituição da rede federal proponente, compete:

8.2.1 - Articular-se e firmar parceria com municípios ou com as unidades federadas integrantes do PRONASCI, conforme o caso;

8.2.2 - Apresentar projeto em conformidade com as orientações constantes neste documento;

8.2.3 - Receber e gerir os recursos que forem descentralizados para os projetos selecionados;

8.2.4 - Elaborar, prévia e coletivamente com a secretaria municipal ou estadual de educação, projeto pedagógico integrado único do curso PROEJA-FIC;

8.2.5 - Realizar, em colaboração com as secretarias de educação municipais ou estaduais, a seleção dos educandos para os cursos PROEJA FIC;

8.2.6 - Responsabilizar-se pela oferta da qualificação profissional, com carga horária mínima de 200 horas, do curso PROEJA FIC, objeto desta seleção;

8.2.7 - Responsabilizar-se pela formação dos docentes, técnicos, profissionais da educação ou da segurança pública e gestores que atuarão na implantação e desenvolvimento dos cursos de PROEJA FIC;

8.2.8 - Disponibilizar, quando necessário, espaço físico como salas de estudo, salas de aula, auditórios ou outros prescindíveis à realização da formação dos formadores ou dos cursos PROEJA FIC;

8.2.9 - Certificar, em parceria com uma instituição de ensino municipal ou estadual, os cursos ofertados;

8.2.10 - Manter toda documentação, dados e informações atualizadas para fins de monitoramento da SETEC/MEC e prestação de contas a este órgão após finalização do projeto;

8.2.11 - Manter os registros acadêmicos dos educandos dos cursos PROEJA FIC, objetos desta seleção.

8.3 - Ao município ou estado, por intermédio de sua secretaria de educação, compete:

8.3.1 - Cumprir os termos da parceria firmada com instituição da rede federal;

8.3.2 - Elaborar, prévia e coletivamente, com a instituição da rede federal parceira, projeto pedagógico integrado único do curso PROEJA-FIC;

8.3.3 - Autorizar a participação de seus docentes, técnicos administrativos, profissionais da educação e gestores em todas as etapas e atividades do curso de formação continuada, bem como das atividades de estudo e pesquisa;

8.3.4 - Colaborar com a instituição da rede federal parceira na seleção dos educandos para os cursos PROEJA FIC;

8.3.5 - Responsabilizar-se pela oferta do ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, com carga horária mínima de 1200 horas, do curso PROEJA-FIC, aprovados no âmbito desta seleção, disponibilizando os recursos humanos necessários;

8.3.6 - Disponibilizar, quando necessário, espaço físico como salas de estudo, salas de aula, auditórios ou outros prescindíveis à realização dos cursos;

8.3.7 - Certificar, em parceria com instituição da rede federal, os cursos ofertados;

8.3.8 - Manter os registros acadêmicos dos educandos dos cursos PROEJA FIC, objetos desta seleção;

8.3.9 - Providenciar auxílio transporte ou equivalente para o deslocamento dos estudantes dos cursos PROEJA FIC.

8.4. Ao órgão responsável pela administração do estabelecimento penal, compete:

8.4.1 - Cumprir os termos da parceria firmada com instituição da rede federal;

8.4.2 - Colaborar na elaboração do projeto pedagógico do curso PROEJA FIC a ser desenvolvido no estabelecimento penal;

8.4.3 - Autorizar a participação de seus técnicos, agentes penitenciários e gestores em todas as etapas e atividades do curso de formação continuada, bem como das atividades de estudo e pesquisa;

8.4.4 - Contribuir na definição de critérios e auxiliar na seleção dos/das educandos/as presos/as para o curso PROEJA FIC a ser desenvolvido no estabelecimento penal e promover as condições para a efetiva participação desses educandos no projeto educacional proposto;

8.4.5 - Disponibilizar os espaços físicos necessários à realização das atividades de formação dentro do estabelecimento penal;

8.4.6 - Sempre que possível, estimular os familiares dos presos e a comunidade em geral a acompanhar e a participar das atividades educacionais que contribuam para o processo de reintegração social.

9 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS CURSOS

A SETEC/MEC procederá com o acompanhamento e a posterior avaliação dos projetos financiados. Para tanto, a instituição federal proponente deverá manter toda documentação pedagógica e administrativa referente à realização dos cursos atualizada. Tais documentos deverão ser anexados ao processo de prestação de contas.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

A qualquer tempo, o presente convite poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

À SETEC/MEC reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente documento.

11 - CONTATOS

Os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à SETEC/MEC, via e-mail para o correio eletrônico proeja@mec.gov.br, por fax para o número 61 21049337 ou para o endereço Ministério da Educação. Bloco L Anexo II, sala 125, 1º andar, Coordenação Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC, colocando a identificação “**Informação - PROEJA FIC**”.

ELIEZER PACHECO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA